

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

AMANDA PACHECO DA MAIA

**FUTEBOL, IMPRENSA E INTELLECTUAIS: O PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DE VARGAS
NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL (1930-1945)**

Porto Alegre
2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO
EM HISTÓRIA

AMANDA PACHECO DA MAIA

**FUTEBOL, IMPRENSA E INTELLECTUAIS: O PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO
DE VARGAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL (1930-1945)**

Porto Alegre

2025

AMANDA PACHECO DA MAIA

**FUTEBOL, IMPRENSA E INTELLECTUAIS: O PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO
DE VARGAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito final para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2025

Ficha Catalográfica

M217f Maia, Amanda Pacheco Da

Futebol, Imprensa e Intelectuais : O projeto político-ideológico de Vargas na construção da identidade nacional (1930-1945) / Amanda Pacheco Da Maia. – 2025. 114.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

1. nacionalismo. 2. política. 3. imprensa. 4. intelectuais. 5. discurso. I. Martins, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo à **CAPES**, cuja concessão de bolsas de estudo tornou possível minha entrada no ensino de pós-graduação, promovendo a qualificação educacional de excelência no Brasil. Este apoio institucional não é apenas uma ferramenta de acesso, mas também uma expressão do compromisso com o conhecimento como potência transformadora da educação.

À **PUCRS**, expressei minha gratidão pela infraestrutura impecável, pelo corpo docente de excelência e pela assistência de ponta que moldaram minha experiência durante o mestrado. Foi nesta universidade que encontrei não apenas um espaço de aprendizado, mas também um ambiente que valorizou o ato de pensar criticamente e de criar.

Ao meu professor orientador, **Luís Carlos dos Passos Martins**, agradeço pela amizade genuína, pela leveza com que conduziu minha pesquisa e pelo incentivo constante, desde 2017, nutrindo minha paixão pela história e pela docência.

Ao meu avô, **Apolinário**, que, desde os primeiros anos da minha vida escolar, cultivou em mim e em meus primos o desejo de estudar e alcançar objetivos pessoais e profissionais. Sua crença no potencial dos netos ressoa com as palavras de Goethe: "Trate uma pessoa como ela é, e ela permanecerá como é; trate-a como pode e deve ser, e ela se tornará o que pode e deve ser."

Aos meus pais, minha profunda gratidão pela abdicção de privilégios pessoais, pela renúncia a metas próprias e pela dedicação incansável à minha criação. Vocês me ofereceram não apenas suporte material, mas um lar onde o amor e a união se manifestam como verdadeiras potências da vida.

Por fim, um agradecimento especial a mim mesma. Mesmo diante das adversidades da rotina, do cansaço e das inevitáveis dúvidas, consegui concluir este estudo. Recordo-me das palavras de Espinosa, que nos ensina que "a potência de um ser humano é medida pela intensidade de sua alegria e pela capacidade de perseverar em seu próprio ser." E, apesar de eventuais sentimentos de que poderia ter feito mais ou melhor, sei que fiz tudo o que estava ao meu alcance com dedicação e autenticidade.

RESUMO

MAIA, Amanda Pacheco Da. Imprensa, Intelectuais e futebol: O projeto políticoideológico de Vargas na construção da identidade nacional (1930-1945). 2025. 106 páginas. Dissertação (Mestrado em História), Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

O presente estudo aborda uma análise historiográfica acerca das movimentações políticas envolvendo a cultura popular e seus elementos fundadores durante os anos de 1930 a 1945 da Era Vargas. O enfoque do estudo é destinado ao processo de construção do projeto político-ideológico mediado pelos intelectuais políticos elegidos pelo presidente Vargas, optando sempre por indivíduos dotados de intelectualidade e representatividade no governo. Além disso, a análise perpassa a construção do que chamamos de brasilidade: o sentimento de nacionalidade sendo reestruturado em um momento pós-revolução de 30, onde era necessário o resgate dos elementos fundadores e da construção de novos elementos para constituir esta brasilidade.

Para isso, focando em um dos elementos fundadores do nacionalismo, usamos o futebol como um elemento da cultura popular que é retirado do domínio da elite brasileira e intelectual, e promovido para todas as classes e raças deste Brasil diverso que está surgindo. Segundo o autor Carlos Sandroni, a cultura popular não é algo fixo ou essencialista, mas sim uma construção social e histórica que adquire significados variados conforme os contextos em que é mobilizada. (SANDRONI, 2023)

Sandroni destaca que a cultura popular tem sido frequentemente apropriada e ressignificada por projetos nacionais, sobretudo em regimes autoritários, como forma de legitimar uma identidade nacional homogênea. Ao mesmo tempo, ele mostra que essa cultura também é um campo de disputas e resistências, onde as classes populares afirmam suas identidades próprias.

Nesse processo, reformas educacionais, políticas públicas e práticas cívicas serão constituídas, reforçadas e interligadas ao esporte ao longo do tempo. A análise

do futebol ao longo do período de 1930 a 1945 esclarece muitos fatores sobre o imaginário social da época.

A metodologia utilizada para a compreensão deste projeto político-ideológico abrange o estudo das fontes de comunicação do governo que eram mediadas pelos intelectuais, a implementação da Reforma Capanema na área da educação e do esporte, e por fim, a análise de discurso usando elementos do *ethos* discursivo de Vargas na construção da nacionalidade brasileira.

A investigação parte da análise de jornais da época e de pronunciamentos do governo, considerando-os como práticas discursivas inseridas em um projeto de consolidação ideológica do Estado Novo. A abordagem metodológica está fundamentada na Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Norman Fairclough (2001), que compreende o discurso como prática social e como elemento constitutivo das relações de poder e da produção ideológica. Nesse sentido, a imprensa não é tratada apenas como repositório de informações, mas como agente ativo na (re)produção da hegemonia, operando de forma articulada com estruturas sociais e políticas mais amplas. Através dessa perspectiva, compreende-se o DIP como mecanismo estatal que instrumentaliza a mídia para construir narrativas de brasilidade, ordem e progresso, articulando linguagem, poder e identidade nacional.

Palavras-chave: nacionalismo; política; imprensa; intelectuais; discurso.

ABSTRACT

MAIA, Amanda Pacheco Da. *Football, Intellectuals and Press: Vargas' political-ideological project in the construction of national identity (1930-1945)*. 2025. 106 pages. Dissertation (Master's in History), School of Humanities, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

This study provides a historiographical analysis of the political movements involving popular culture and its founding elements during the Vargas Era from 1930 to 1945. The focus of the study is on the process of constructing the political-ideological project mediated by the political intellectuals elected by President Vargas, always opting for individuals with intellectuality and representation in the government. In addition, the analysis encompasses the construction of what we call Brazilianness: the feeling of nationality being restructured in a post-revolutionary period of 1930, when it was necessary to rescue the founding elements and construct new elements to constitute this Brazilianness.

To this end, focusing on one of the founding elements of nationalism, we use football as an element of popular culture that is removed from the domain of the Brazilian elite and intellectuals, and promoted to all classes and races of this diverse Brazil that is emerging. According to author Carlos Sandroni, popular culture is not something fixed or essentialist, but rather a social and historical construction that acquires different meanings depending on the contexts in which it is mobilized. (SANDRONI, 2023)

Sandroni highlights that popular culture has often been appropriated and reinterpreted by national projects, especially in authoritarian regimes, as a way of legitimizing a homogeneous national identity. At the same time, he shows that this culture is also a field of disputes and resistance, where the working classes assert their own identities.

In this process, educational reforms, public policies and civic practices will be constituted, reinforced and interconnected with sport over time. The analysis of football over the period from 1930 to 1945 clarifies many factors about the social imaginary of the time.

The methodology used to understand this political-ideological project includes the study of government communication sources that were mediated by intellectuals,

the implementation of the Capanema Reform in the areas of education and sports, and finally, discourse analysis using elements of Vargas' discursive *ethos* in the construction of Brazilian nationality. The investigation begins with the analysis of newspapers of the time and government statements, considering them as discursive practices inserted in a project of ideological consolidation of the Estado Novo. The methodological approach is based on Critical Discourse Analysis (CDA), proposed by Norman Fairclough (2001), which understands discourse as a social practice and as a constitutive element of power relations and ideological production. In this sense, the press is not treated only as a repository of information, but as an active agent in the (re)production of hegemony, operating in an articulated manner with broader social and political structures. From this perspective, DIP is understood as a state mechanism that uses the media to construct narratives of Brazilianness, order and progress, articulating language, power and national identity.

Keywords: nationalism; politics; press; intellectuals; discourse.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. UMA NOVA RELAÇÃO ESTADO-CIDADÃO: O PROCESSO DE28 | |
| CONSTRUÇÃO DA BRASILIDADE E A ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS | 28 |
| 2.1 Concepções de nação e nacionalismo no Brasil: entre a teoria e a prática..... | 32 |
| 2.2 A construção da brasilidade e os recursos utilizados na criação de vínculos | 43 |
| 2.3 A profissionalização do futebol e os elementos da brasilidade | 48 |
| 2.3.1 As partidas de futebol no território brasileiro | 56 |
| 3. “DA TORRE DE MARFIM À ARENA POLÍTICA”: O PAPEL DOS59 | |
| INTELECTUAIS E AS POLÍTICAS ENVOLVENDO A CULTURA POPULAR ..59 | |
| 3.1 Os “homens de pensamento” e seu papel na construção do Varguismo | 60 |
| 3.2 Mecanismos da legitimação e difusão do nacionalismo: a imprensa e a educação | 67 |
| 3.3 Elementos da cultura popular na raiz do futebol brasileiro..... | 82 |
| 4. O ETHOS, O NACIONALISMO E O PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO:85 | |
| ANÁLISES E REPRESENTAÇÕES..... | 85 |
| 4.1 A relação entre populismo e o discurso na Era Vargas | 87 |
| 4.2 <i>Ethos</i> discursivo: análises e perspectivas | 93 |
| 4.3 O discurso a partir de 1937 e os locais de enunciação..... | 97 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 111 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 114 |

1. INTRODUÇÃO

As produções intelectuais acerca do século XX apresentam diferentes discursos sobre a identidade nacional brasileira e sobre seu processo de formação partindo de vários pressupostos, o que caracteriza as diversidades de tensões e debates da primeira metade do século XX a respeito da construção da memória do Brasil. No alvorecer da década de 1930, o Brasil estava imerso em uma conjuntura política turbulenta, marcada por profundas tensões sociais, econômicas e políticas. Após décadas de domínio oligárquico e da chamada 'política dos governadores', em que os estados aparentemente possuíam certa autonomia política e administrativa, a insatisfação popular crescia diante da concentração de poder nas mãos de uma elite política restrita. Este cenário de descontentamento foi intensificado pela crise econômica mundial de 1929, que afetou profundamente a economia agrária exportadora do Brasil, levando a uma quebra nos preços do café, principal produto de exportação do país na época.

Neste contexto, em meio às tensões políticas, o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, tinha uma visão crítica em relação à vigente política dos governadores que dominava o cenário político nacional. Vargas via essa prática como um mecanismo que fortalecia a indústria cafeeira em detrimento do interesse nacional. Sua perspectiva era moldada pela experiência política gaúcha, onde ele próprio enfrentou resistência das oligarquias locais. Para Vargas, a falta de protagonismo desejada para o Rio Grande do Sul no âmbito nacional representava não apenas uma injustiça regional, mas também um entrave ao desenvolvimento do país como um todo. (VARGAS, 1930)

Entendendo que o presente trabalho analisa estratégias governamentais de mais de 50 anos atrás, é pertinente apresentar esta breve retrospectiva histórica do período. É partindo destas problemáticas que se desdobra a Revolução de 1930, movimento que concedeu o protagonismo de Vargas e a sua chegada ao poder definitiva. Ele representava uma ala dissidente das elites gaúchas, que buscava maior protagonismo político e reformas sociais, práticas que iriam se formulando ao longo dos seus anos de presidente em um projeto político que se estenderia ininterruptamente até 1945, com o fim do Estado Novo. Assim, iniciava o projeto

político-ideológico da arquitetura de uma identidade brasileira, de um cidadão brasileiro e de uma política nacionalista.

Vargas emergiu como um líder carismático e habilidoso, capaz de articular os interesses de diversos setores da sociedade brasileira em meio a um período de profunda crise e instabilidade. Durante seu governo, ele implementou uma série de medidas e políticas que deixaram um legado duradouro na história do Brasil. Uma das suas principais contribuições para a construção da identidade brasileira foi a promoção de um projeto nacionalista que enfatizava a importância da unidade e do desenvolvimento do país, que se estenderia durante todo seu primeiro governo. Ele buscou consolidar uma narrativa de brasilidade que destacava as características únicas da nação, promovendo símbolos e valores que unificassem a população em torno de uma identidade comum. A estratégia política que aprofundaremos é chamada de tática da onipresença.

Para a historiografia contemporânea, a tática da onipresença refere-se a uma estratégia adotada por regimes autoritários e totalitários para estabelecer um controle abrangente e constante sobre a sociedade. Essa tática visa criar a percepção de que o governo está presente em todos os aspectos da vida cotidiana, desde as instituições públicas até as relações privadas, gerando um ambiente de vigilância contínua e controle ideológico.

A tática da onipresença é implementada através de diversos meios e práticas, incluindo a propaganda e mídia, através do controle dos meios de comunicação e a utilização intensiva da propaganda são fundamentais para a disseminação da ideologia do regime e para a criação de uma imagem onipresente do líder e do governo. Isso inclui o uso de rádio, jornais, cinema, cartazes e eventos públicos para perpetuar a narrativa oficial e enaltecer o regime. Além disso, é também comum o uso da educação e cultura, onde o sistema educacional é centralizado e padronizado para inculcar os valores e a ideologia do regime desde a infância. Programas culturais, eventos esportivos e outras atividades públicas são também direcionados para reforçar a presença do governo e promover a unidade nacional.

O conceito de onipresença é, portanto, atribuído à propaganda política do primeiro governo de Getúlio Vargas que esteve diretamente ligado ao longo projeto

que se estrutura durante a Era Vargas de uma tentativa de cerceamento e reorganização dos comportamentos dos cidadãos à questão da obediência do povo. Por onipresença política é possível caracterizá-la como a sensação de que o poder oficial está em todas as partes. Isso é observável na existência de fotografias com a imagem do presidente não somente nos 35 órgãos do governo, mas em quase todos os lugares públicos e nos grandiosos eventos realizados em honra do poder federal, inauguração de obras ou simplesmente em homenagem ao presidente da República.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como foco **analisar o papel dos intelectuais na utilização do futebol como recurso para fomentar a identidade nacional brasileira, especialmente por meio da imprensa**. O estudo enfatiza o projeto nacionalista que se consolida a partir da política varguista, estruturado também pelas ações de intelectuais, considerados representantes dessa nova configuração da nação. Esses sujeitos foram responsáveis por traduzir e disseminar ideais nacionalistas, orientando os brasileiros através de múltiplos espaços de socialização, como a educação, a cultura popular, a música, o teatro, o carnaval e, em especial, o futebol, que constitui o enfoque central deste trabalho. Assim, a pesquisa busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que formas o futebol foi utilizado para compor a identidade nacional brasileira no Estado Novo?

Para o aprofundamento desta temática tão rica para a pesquisa historiográfica brasileira, o intermédio entre as ideias do Estado e a inserção do futebol na vida cotidiana do brasileiro, será analisado através das reformas políticas e das movimentações refletidas pela imprensa mediada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), onde destacaremos alguns clubes e partidas que foram fortemente apoiados pelo Estado no período de 1930 a 1945.

Considerados como os intelectuais do período, estes representantes terão papel fundamental para o entendimento do Estado Novo e suas políticas. Os intelectuais na Era Vargas desempenharam papéis cruciais na formulação e disseminação das ideias que sustentavam o regime e suas políticas. Seguindo as ideias da historiadora Mônica Velloso (1982), um intelectual é um indivíduo que exerce influência significativa na sociedade por meio da produção e difusão de conhecimento, ideias e cultura, muitas vezes participando ativamente no debate público e na formação de opinião.

Velloso destaca que os intelectuais da época não apenas atuavam como críticos sociais, mas também como construtores de uma identidade nacional. Eles participavam ativamente na criação de uma narrativa histórica que justificava as ações do governo e promovia uma visão unificada e idealizada do Brasil. Esse papel era especialmente evidente no campo da literatura, das artes e das ciências sociais, onde os intelectuais buscavam interpretar e representar a realidade brasileira de uma maneira que fortalecesse o projeto nacionalista de Vargas. (Velloso, 1982).

Nomes como Olavo Bilac, que atuou dentro do grupo dos apoiadores do projeto estatal de nacionalização, dividirão análises de protagonismo com Cassiano Ricardo, Menotti Del Pichia e Plínio Salgado. A presença destes intelectuais em postos-chaves no aparelho de Estado, na direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (em São Paulo), direção do Departamento Cultural da Rádio Nacional, do Jornal A Noite, entre outros aparelhos de comunicação, esclarece a especificidade de vínculos e a incumbência atribuída aos intelectuais da Era Vargas: eram responsáveis por disseminar a doutrina ao cotidiano popular.

Entendendo a construção do discurso comunicacional do Estado através do trabalho de intelectuais que se intitulavam os responsáveis pela “transmissão” das ideias do projeto varguista, analisaremos como os intelectuais foram cooptados pelo Estado para legitimar e promover as iniciativas governamentais. Atuaram como propagandistas, educadores e formadores de opinião, ajudando a construir uma imagem positiva do governo e a difundir suas mensagens enquanto aliavam suas teorias sobre o Estado (anteriores à Revolução de 1930, inclusive), junto de uma política que convergia com suas ideias. É pertinente, porém, ressaltar que a dedicação destes intelectuais contava também com os benefícios concedidos a estes na política, como a ocupação de cargos importantes, a autoria de colunas e emissoras de rádio com programas próprios, etc.

Além da participação do intelectual como um aliado dotado de autoridade para partilhar pensamentos e orientações, é preciso sempre atentar para uma abordagem histórica que valide o povo brasileiro enquanto agente ativo e capacitado de tomar suas próprias decisões. A eficiência da análise abrange justamente a capacidade de Vargas e dos intelectuais de traduzirem os ideais para que a população brasileira pudesse, sozinha, aderir a estes pensamentos ou não. Assim,

apresentando a construção da nacionalidade a partir do processo de comunicação da imprensa mediada pelo D.I.P., é possível identificar os objetivos do governo Vargas de permear as casas brasileiras com a nova identidade de Brasil a ser popularizada, através de um projeto político ideológico de mentalidade e comportamento a serem difundidos.

Segundo Mônica Pimenta Velloso (2013) busca-se, assim, orientar as manifestações da cultura popular reconhecendo que os intelectuais são o intermédio entre os objetivos e a realização da formação de nação a ser estruturada. Nomes como Olavo Bilac tornam-se propagados como exemplo a ser seguido pelas novas gerações, ganhando homenagens e simbologias como o “homem que prega o ideal de educação cívica a ser seguido”. (A Manhã, Rio de Janeiro, 05/07/1942).

Monica Velloso em seu artigo “Os intelectuais e a política cultural do estado novo”, nomeia algumas das intelectualidades exploradas pelo trabalho, como: Olavo Bilac, Lourival Fontes, Gustavo Capanema e suas participações no Estado Novo, na área de imprensa, educação e cultura. Na realidade, as origens dessa instituição remontam a um período anterior ao Estado Novo. Desde, pelo menos, 1934, Vargas defendera a necessidade de o governo associar o rádio, cinema e esportes em um sistema articulado de “educação mental, moral e higiênica”. (Velloso, 1987, p.62)

Para isso, o uso de reportagens, trechos de publicações em jornais e registros de discursos do presidente são alicerces na estruturação da pesquisa. A possibilidade de vincular registros fotográficos e capas de jornais e revistas aos tópicos abordados enriquece ainda mais a discussão do tema. Registros autorais destes intelectuais são, também, de grande relevância em nossa abordagem.

No que tange à potencialidade das estratégias midiáticas como fontes históricas ricas, entende-se que a imprensa oferece um quadro no mínimo razoável para a pesquisa dos conceitos políticos atuantes em uma sociedade, servindo não apenas como complementação a outras fontes, mas configurando um suporte documental singular e insubstituível, quando se trata de compreender ideias circulantes em uma sociedade. (Martins, 2018).

Assim, as fontes a serem analisadas encontram-se minuciosamente articuladas por um vetor intelectual de produção, formando uma rede de comunicação que fundamenta e traduz as intenções políticas aos brasileiros de

forma didática. Portanto, buscamos objetivar os mecanismos para a produção de consensos, onde o uso da legitimação política através do uso do esporte é fundamentado e articulado pelos intelectuais responsáveis na mediação da comunicação orientada pelo D.I.P. e pelo presidente Vargas, endossadas pela prática discursiva do presidente, oferecendo múltiplos discursos a serem analisados durante o governo de 1930 a 1945. Entenderemos neste trabalho a construção de uma notícia não como manipulações deliberadas, nem como uma “imitação” do real, mas sim como uma elaboração narrativa com o emprego de aspectos da realidade para produzir um discurso análogo dentro de uma referência sócio-histórica da vida cultural. Consideramos que seja por meio desses recursos acionados pelos meios de comunicação que se construam tais representações (Moscovici, 2012).

A partir disso, reconhecendo o potencial abrangente do futebol para o campo historiográfico, o refinamento da pesquisa aponta para a delimitação temporal dos anos de 1930 a 1945, período dos governos sequenciais de Getúlio Vargas marcados pela transição dos métodos políticos ao autoritarismo, em que se estrutura e se solidifica uma política de autoridade e controle da imprensa e propaganda mediada por intelectuais selecionados. Melina Nóbrega Pardini (2007) argumenta acerca de uma das formas utilizadas para legitimar o Estado autoritário getulista: a apropriação de algumas práticas que proporcionavam símbolos representativos ganhava espaço no período e incluía, principalmente o futebol, o teatro, o cinema e o samba, apoiada em “princípios elitistas, conservadores, nacionalistas e autoritários.” (Pardini, 2007, p.

3).

A prática da onipresença é evidente neste aspecto, ao analisarmos que Getúlio Vargas irá, necessariamente, se apresentar em multifaces e em espaços diversos, aderindo à cultura popular como um instrumento de divulgação política e, mais do que isso, se apropriando destas culturas como parte oferecida dentro da Era Vargas. O caso do futebol não vai ser diferente, visto que existem múltiplos registros de Getúlio Vargas utilizando-se de estádios, da seleção brasileira e até mesmo do sentimento dos torcedores para uma propaganda política ideológica.

A articulação do futebol com os brasileiros e o nacionalismo para simbolizar a brasilidade foi reafirmada pelos intelectuais que representavam e reforçavam a

imagem do regime varguista instaurado no Estado Novo. A participação de intelectuais na política brasileira é, cada vez mais, evidenciada por historiadores do nosso país (Schwarcz, 2015; Maia, 2010; Velloso, 2013), entendendo que a formação de pensamento carrega uma grande responsabilidade, exigindo uma produção intelectual qualificada. No contexto de fomento do futebol como elemento de coalisão da nação, a elite intelectual brasileira passa a deter o senso de missão ou dever social de atuar como parte representante de uma missão do governo federal: a instrução ao discernimento e construção do comportamento cívico adequado. Conforme narra Mônica Velloso:

[...] o intelectual é caracterizado pelo estigma da diferença. Fabricante de ilusões ou consciência de nacionalidade, ele foge ao padrão do homem comum. Assim, o intelectual é sempre designado para o exercício de alguma função e/ou missão especial que varia de acordo com a conjuntura histórica. (VELLOSO, 2013. P. 178)

O futebol se transforma e atinge seu auge durante a política do Estado Novo, tornando-se uma prática de lazer e entretenimento a um segmento cultural de resgate aos jovens periféricos como uma oportunidade de crescimento, de emancipação, permitida pelo alto incentivo ao esporte que se apresentou no país. Fato este, explorado pelas representações de intelectuais como Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Olavo Bilac, que vincularam o esporte como parte do governo, como aliado do militarismo e parte constituinte da política do Estado. A interferência política no futebol foi tamanha, onde a censura instituída entre os jogadores limitava toda e qualquer manifestação política que pudesse dar a entender que estariam estremecidas as relações entre a política e o futebol (o futuro queridinho da nação).

Dentro da cultura, de uma forma geral, as relações políticas e econômicas se integram a esta manifestação do futebol, que vai inserindo-se na construção da nação e do ser patriota, no qual instituições políticas se aproveitam do esporte para passar uma imagem e formalizar a construção de uma identidade nacional, no intuito de agrupar todos os segmentos sociais em uma mesma direção unificada. Mais do que a análise dos impactos culturais do futebol na formação da identidade brasileira, busca-se a exploração do imaterial, da tenuidade nas experiências e sensações futebolísticas. Utilizaremos – ligeiramente – das palavras de Marc Ferro e a teoria da

“zona de realidade não-visível”¹ ao compreender que, por trás do conteúdo aparente, existe um conteúdo latente, o qual pode revelar algo sobre uma dada realidade exposta. (Ferro, 1992. p. 88).

A participação política articulada na reestruturação que ocorre no campo esportivo durante os anos do Estado Novo varguista acaba sendo evidenciada a partir da análise de fatores como a gestão esportiva do período, que sofre um tipo de enquadramento arbitrário do poder estatal. Tanto as aparições quanto as ausências são notáveis ao serem aplicadas à história comparada. Nesta perspectiva, tanto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) quanto o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ambos criados na década de 1930, tinham como foco atuar, entre outros objetivos, sobre o trabalhador na tentativa de interferir “em seu lazer, vida intelectual, trabalho e saúde” (Pardini, 2007, p. 3).

Ao compreendermos a inserção da política nas áreas de lazer, há o crescimento de estudos sobre o desenvolvimento do futebol nas décadas de 1930 e 1940 dentro da pesquisa acadêmica, o qual apresenta e relaciona como se consolidaram os principais conceitos e delimitações do que é ser torcedor no Brasil (Negreiros, 1997; Drumond, 2014; Gomes-Pinheiro, 2015). A relevância da presente temática deve-se ao fato de, ao abordarmos o futebol nesse período (1930-1945), é possível relacionarmos como este adquiriu uma estrutura institucional e esportiva sólida, fundamentando-se um fenômeno a partir do reconhecimento da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), na década de 1930, como entidade principal do desporto nacional, seguido da legalização da profissão de jogador de futebol na década de 1940 e a prática da instituição de uma política de Estado para os esportes, com a criação, em 1941, do Conselho Nacional de Desporto (CND).

. Do ponto de vista político, desde, pelo menos o Estado Novo de Getúlio Vargas, estendendo-se ao Regime Militar, explorar a chave do futebol para construir e consolidar uma unidade de identidade nacional pareceu uma manobra eficiente para aliar a popularidade do esporte às práticas do Estado. Joel Rufino Santos (2015) corrobora com a opinião de que foi o Estado Novo que iniciou no Brasil o uso do futebol como mecanismo para efetiva comunicação de massas, no que foi

¹ Utilizaremos esta conceituação para contextualizar o que se entende como o subjetivo por trás dos fatos expostos, embora reconhecendo que estamos, ligeiramente, deslocando o termo do âmbito dos cinemas e da cultura artística para uma análise historiográfica.

seguido por outros Governos com afã ou necessidade de se aproximar do povo e construir sua nação através de símbolos e eventos. (Rufino, 2015)

Sob essa perspectiva, buscamos aprofundar e evidenciar o processo adotado durante o Estado Novo de Getúlio Vargas na articulação de inserção política nas práticas culturais através do uso das fontes escritas da imprensa, captando, dentro do imaginário dos cidadãos, formas de comunicação com diferentes camadas que compõem a população brasileira. Entendendo que o futebol detém a capacidade de transitar em diferentes camadas, utiliza-se, sob intermédio da participação de intelectuais, o potencial catalisador do futebol. Assim, analisa-se a simbiose entre a teoria e a ação do ser brasileiro com o ser torcedor em um único sentimento. Partindo da hipótese de que a construção da identidade nacional durante o Estado Novo de Vargas é, dentro das práticas populistas, realizada através de mecanismos como o futebol e as concepções de brasilidade sob uma medida reformista, a representação cultural do esporte no Brasil é reestruturada na articulação da comunicação do governo Vargas com a população brasileira. (Velloso, 1983)

Diante disso, é profícuo estabelecer uma análise das culturas nacionais não sob o pressuposto de unicidade, mas como um “dispositivo discursivo” que apresenta a diferença como unidade ou identidade, analisando suas práticas e representações. (Chartier, 2011). Mônica Karawejczyk reforça as ideias apontadas ao introduzir que, a partir da definição de Chartier, pode-se inferir que as narrativas midiáticas devem ser compreendidas como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas. (Karawejczyk, 2010).

Essa ideia que propaga a união nacional em torno do futebol vem sendo difundida no Brasil, desde o Governo Vargas, devido ao futebol ser um esporte que mexe com grandes públicos, possuidor de emoções, medos e expectativas. Em diversos momentos, o futebol esteve associado ao nacionalismo. Hilário Franco Júnior diz que: “O caso brasileiro é, talvez, ainda mais marcante. Ao longo de um ano comum poucas vezes se vê a bandeira ou se ouve o hino nacional. Em ano de copa do mundo bandeiras são numerosas tanto em edifícios e casas luxuosas quanto em construções humildes e barracos de favela.” (Franco Jr., 2007 p. 23).

Até os dias atuais, a camisa da seleção brasileira mantém uma forte carga simbólica, frequentemente utilizada como instrumento de expressão política. Sua

apropriação recente por grupos alinhados à direita conservadora, especialmente durante os governos de Jair Bolsonaro, reatualiza práticas discursivas de construção da identidade nacional por meio do futebol. Essa instrumentalização remete às estratégias do Estado Novo de Getúlio Vargas, que utilizou o esporte como ferramenta de integração social e consolidação de um projeto nacionalista. De acordo com Helal (2001), o futebol no Brasil ultrapassa sua dimensão esportiva, assumindo um papel central na construção da ideia de nação e de pertencimento coletivo. Assim, a camisa da seleção torna-se não apenas um símbolo de identidade nacional, mas também um campo de disputa política e ideológica. Diante disso, observa-se o surgimento de movimentos de resgate e ressignificação da camisa por grupos progressistas e militantes de oposição, que contestam as heranças autoritárias do Estado Novo e do regime militar, revelando as contradições que permeiam a cultura política brasileira e a simbologia associada ao futebol.

Durante a Era Vargas (1930–1945), o futebol deixou de ser apenas uma prática esportiva urbana para se tornar um poderoso instrumento de mobilização simbólica em torno da ideia de nação. O regime, especialmente durante o Estado Novo (1937–1945), apropriou-se do esporte como meio de reforçar valores como disciplina, ordem, união e sentimento nacional, utilizando o futebol para projetar uma imagem moderna e integrada do Brasil. Essa instrumentalização não se deu de forma isolada: ela foi cuidadosamente articulada por meio de veículos da imprensa e de ações estatais coordenadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que moldavam o imaginário coletivo em consonância com os interesses do regime. A simbologia da camisa da seleção, o mito da “democracia racial” nos campos e a construção de heróis nacionais pelo esporte demonstram como o futebol se tornou um canal privilegiado de expressão e controle político.

Nesse contexto, os intelectuais tiveram um papel crucial na legitimação e difusão desse projeto simbólico. Muitos deles atuaram diretamente nos meios de comunicação ou no aparato estatal, contribuindo para elaborar uma narrativa de identidade nacional que integrasse o futebol como expressão autêntica do “povo brasileiro”. Figuras como Gilberto Freyre, com sua idealização do corpo mestiço, e Mário Filho, que elevou o futebol à condição de espetáculo popular, são exemplos de como o pensamento intelectual dialogou com o nacionalismo oficial. Esses agentes

culturais não apenas interpretaram o futebol como fenômeno social, mas também o reconstruíram discursivamente em artigos, crônicas e publicações amplamente divulgadas pela imprensa da época. Dessa forma, o campo intelectual e a mídia se entrelaçaram, colaborando para transformar o futebol em um artefato central da brasilidade.

Ao investigar os discursos produzidos pela imprensa e pelos intelectuais sobre o futebol durante a Era Vargas, esta pesquisa busca compreender como se estruturou a convergência entre cultura de massas, propaganda política e pensamento nacionalista. Tal abordagem permite revelar as camadas ideológicas que sustentaram a construção de uma identidade nacional baseada em símbolos populares e em práticas de adesão controlada. Em um momento em que a simbologia da seleção brasileira ressurge no debate público contemporâneo, marcada por disputas entre grupos políticos, a análise histórica e discursiva desse tripé – futebol, imprensa e intelectuais – oferece instrumentos importantes para compreender a permanência e a reconfiguração das representações de nação no Brasil.

A construção teórica desta produção utiliza de autores clássicos e contemporâneos no intuito de ampliar o debate entre consensos e disparidades. Busca-se, portanto, dentro das leituras e referências trazidas, um olhar sob a perspectiva histórica de autores Roger Chartier, Benedict Anderson e Marc Ferro, ao abordar o conceito de representações, enfatiza que estas são construções sociais que desempenham um papel fundamental na formação da cultura de uma nação. Ele argumenta que as representações moldam a percepção coletiva da realidade, influenciando valores, crenças e comportamentos. Essas construções simbólicas são veiculadas através de textos, imagens, práticas e instituições, contribuindo para a coesão social e a identidade nacional. Chartier destaca que a análise das representações permite compreender como diferentes grupos sociais negociam significados e exercem poder na definição da cultura nacional. (Chartier, 2011)

Através da análise qualitativa de algumas fontes de imprensa², envolvendo registros do D.I.P., as contribuições produzidas pelos historiadores Luis Martins (2018) e Mônica Karawejczyk (2018) sobre os métodos de estudo das fontes de imprensa, direcionam o olhar para uma pertinente construção teórica acerca dos recortes do D.I.P. a serem aprofundados na pesquisa. Fazendo uma seleção entre a diversidade de fontes disponíveis do período, a pesquisa apresenta a análise de um jornal (A noite) e uma revista (Revista Cultura Política), que serão apresentadas no decorrer do estudo. Entendendo que, muitas vezes, as fontes de imprensa tornam-se o próprio objeto de pesquisa, podendo oferecer informações sobre o político-social do período quando bem interpretadas.

Conforme explicação: A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. (Sousa; Oliveira; Alves. 2021, p.65/66)

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se na vertente francesa da Análise do Discurso (AD), que compreende o discurso como uma prática social situada historicamente e atravessada por relações de poder, ideologia e memória. A partir das contribuições de autores como Dominique Maingueneau (2008), entende-se que os discursos não apenas refletem a realidade, mas a constituem, operando dentro de condições de produção específicas que englobam o interdiscurso, a cena enunciativa e os dispositivos de autoridade. Além disso, adota-se a perspectiva de Ruth Amossy (2005), que articula a análise do discurso com a teoria da argumentação, permitindo examinar como os enunciados são construídos para produzir efeitos de sentido e persuasão em diferentes contextos sociais e históricos. A análise de narrativas jornalísticas e de pronunciamentos oficiais é orientada por esses referenciais, visando compreender como tais discursos foram produzidos,

² A análise das fontes de imprensa selecionadas, que incluem textos de Luís Martins e Mônica Karawejczyk, será direcionada especificamente para as áreas esportivas abordadas por esses veículos. O objetivo é compreender como o discurso esportivo é construído e articulado, considerando suas especificidades temáticas e o contexto social em que foram produzidos.

disseminados e apropriados no contexto da imprensa brasileira durante a Era Vargas.

Ao aplicar essa metodologia aos discursos presidenciais de Getúlio Vargas durante o período de 1930 a 1945, podemos investigar como ele construiu sua imagem pública, representou sua identidade política e mobilizou persuasivamente seu público-alvo. Nesse sentido, o conceito de *ethos*, conforme desenvolvido na retórica clássica, torna-se crucial. O *ethos* refere-se à credibilidade, autoridade e caráter moral percebidos pelo público em relação ao orador. Em seus discursos, analisaremos como Vargas utilizou estratégias retóricas para construir um *ethos* favorável, apresentando-se como um líder político legítimo, comprometido com os interesses nacionais e capaz de enfrentar os desafios da época. Através da análise do *ethos* presente nos discursos de Vargas, podemos compreender melhor como ele buscou legitimar seu governo e conquistar o apoio popular durante um período crucial da história brasileira, marcado por transformações políticas, sociais e econômicas significativas.

Para uma melhor compreensão de uma formação discursiva eficaz, as ideias de Ruth Amossy são pertinentes a esta análise. Segundo Amossy (2018), o discurso argumentativo é uma prática complexa que envolve não apenas a transmissão de informações, mas também a construção de relações sociais e a negociação de significados. A aplicabilidade das ideias trazidas por Ruth Amossy torna-se profícua ao presente estudo ao embasar-se em uma renomada estudiosa da argumentação no discurso, responsável por uma abordagem que destaca a dimensão retórica e persuasiva da linguagem. (Amossy, 2018)

A argumentação não se limita apenas à lógica formal, mas é profundamente influenciada por fatores contextuais e sociais. Ela enfatiza a importância das estratégias discursivas utilizadas pelos falantes para influenciar a audiência, considerando não apenas a validade lógica dos argumentos, mas também a eficácia comunicativa. Quanto aos elementos disponíveis no discurso selecionado, é pertinente considerar alguns aspectos fundamentais como base da análise, são estes: 1) quem fala, 2) por onde fala, 3) o que fala, 4) como fala, 5) para quem fala e/ou 6)

“por quem” fala. (Orlandi, 2017; Charaudeau; Maingueneau, 2008).

Buscaremos, portanto, trazer inovação aos estudos historiográficos ao apresentar a temática de uma reconstrução identitária no período mais intenso da política Vargasista e a estratégia de alinhamento com a cultura popular brasileira já bastante difundida, sob uma nova perspectiva teórica. A partir do reconhecimento do futebol como catalisador de identidades, torna-se viável a construção da relação entre o projeto político ideológico de Getúlio Vargas e a metodologia de discurso.

Além disso, as práticas de populismo aparecem e tomam espaço na análise, amparadas pelas ideias de Jorge Ferreira (2001), que define o populismo da Era Vargas como “um fenômeno político caracterizado pela relação direta e carismática entre o líder e as massas populares, sem a mediação de instituições representativas tradicionais.” (Ferreira, 2001, p.13)

Segundo Ferreira, Getúlio Vargas utilizou-se de uma comunicação direta com o povo, especialmente os trabalhadores urbanos, por meio de discursos radiofônicos e gestos simbólicos, fortalecendo uma imagem paternalista e de protetor dos desvalidos. O populismo da Era Vargas, portanto, envolvia uma manipulação estratégica das instituições políticas, mantendo o controle centralizado e enfraquecendo a oposição. Vargas cultivava uma imagem de mediador entre os interesses diversos da sociedade, o que lhe permitia manter uma base de apoio ampla e diversa. (Ferreira, 2001)

A inserção dos pensadores da “torre de marfim para a Arena política” acontece durante o Estado Novo na busca de aproximar o pensar histórico do agir, em tom de crítica aos que não pertencem ao cotidiano brasileiro, enquanto reforça a participação dos intelectuais como produtores e consumidores da cultura brasileira. As orientações oferecidas pelo D.I.P. e pelo próprio Getúlio Vargas em seus discursos públicos evidenciam o projeto de ampliação da cultura nacional e suas práticas, onde, embora haja o reconhecimento da produção intelectual, está ligada, em conjunto, uma chamada para que os brasileiros se sintam participantes no processo de construção desta nação que está sendo consolidada. O considerado “encontro do Brasil consigo mesmo” reforça o uso dos jornais e revistas com, cada vez mais, aceite da participação popular que, embora orientada pelos intelectuais, passa a ter visibilidade.

(Vargas, 1944. P. 221- 237).

Para isso, a historiadora Ana Maria Mauad (2016) utiliza não só o conceito de “autoridade compartilhada”, mas o de “comunidade de sentido”, para reforçar a defesa da “construção, interpretação e circulação dialógica do conhecimento histórico” dentro e fora de espaços acadêmicos. A pesquisadora ainda ressalta que “nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores” (Mauad, 2016). Estes conceitos, portanto, constituem pilares importantes na construção desta pesquisa, sustentando a simbologia do esporte como um ponto a ser observado pelos historiadores no que tange o comportamento social e a construção de identidade a partir da consolidação cultural do país, não sendo uma referência convencional no processo de análise política ou discursiva da história do Brasil.

De maneira geral, levando em consideração sua contribuição do futebol para a construção da nação e para o ordenamento e uso do espaço urbano (Mascarenhas, 2014), o esporte suporta uma visão de simbologia que compreende espaços, objetos e práticas como conteúdo de preservação. A riqueza está na diversidade material que o meio futebolístico apresenta para o fortalecimento da cultura, que quando bem apresentado, pode ter muito a oferecer para o enriquecimento da história do Brasil e a consolidação do que chamamos de nacionalismo.

Encaminhando-nos para o fim desta parte introdutória, faremos uma breve sistematização dos capítulos que estruturam esta dissertação de mestrado. Esta pesquisa foi dividida em três grandes partes, além da presente introdução, na qual fizemos uma síntese sobre a conjuntura histórica do período, bem como exibimos a metodologia e o tratamento dispensado às fontes e a análise de discurso a serem exploradas.

O primeiro capítulo, intitulado “Uma nova relação estado-cidadão: O processo de construção da brasilidade e a ascensão de Getúlio Vargas”, explica o contexto histórico vivido em 1930, com a queda do sistema da política de governadores, e a ascensão de um novo representante que colocaria ordem na nova política. Abordamos a emblemática história de reconstrução de identidade que o Brasil opera e as concepções de nacionalismo, nação e brasilidade do período. Junto a isso, a articulação eficiente do novo chefe de Estado ao iniciar um trajeto que

perdurará até, pelo menos, 1945, na construção de uma identidade nacional. Amparado na crítica da

“síndrome de vira-lata”³ que o Brasil enfrentava frente ao estrangeiro, Vargas vai se consolidando como o político que, simbolicamente empodera e emancipa o país enquanto riqueza cultural, étnica e geográfica. Assim, reforça em sua política a necessidade de expormos as qualidades dos brasileiros enquanto trabalhadores, criativos e defensores da família. O futebol, portanto, acompanha os desejos do Estado e se reformula e passa a operar como profissão, e a seleção brasileira tornase o mais novo objeto de identidade nacional.

O segundo capítulo, intitulado “O papel da imprensa: os intelectuais na política e a cultura do futebol”, aborda o processo de implementação deste “novo” Brasil a ser explorado. Entendendo que a comunicação social evidencia os meios pelos quais os ideais do Estado são transmitidos, analisaremos os intelectuais do período como os agentes transmissores do projeto político-ideológico. Evidenciando figuras como Lourival Fontes, Cassiano Ricardo e Olavo Bilac, a atuação do D.I.P. é articulada como uma forma de transmissão de ideias a serem perpetuadas na população brasileira. A partir do entendimento dos intelectuais como agentes transmissores/representantes em uma missão de comunicação, a análise recebe complexidade pois reconhece que a população não é inativa no processo da construção da identidade brasileira. Os cidadãos atuam como agentes ativos neste processo, sendo capazes de receber e decodificar as mensagens do Estado, e, a partir disso, decidir se a receberão com agrado ou não. Nesse momento, o uso da cultura popular, neste caso o futebol, é entendido como um dos recursos utilizados para que a população receba com maior adesão as mensagens que o Estado tem a dizer.

O terceiro e último capítulo, “O *Ethos*, o nacionalismo e o discurso: análises e representações”, envolve a aplicabilidade da metodologia de pesquisa ao levantar

³ A expressão "síndrome de vira-lata" foi cunhada pelo escritor Nelson Rodrigues para descrever um complexo de inferioridade que ele percebia no povo brasileiro em relação ao estrangeiro. Esse sentimento de inferioridade, segundo Rodrigues, fazia com que os brasileiros se vissem como menos capazes e menos dignos de reconhecimento em comparação com outras nações. Segundo Rodrigues, "por 'complexo de vira-lata' entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo". Essa atitude de inferioridade se manifestava em diversos aspectos da vida nacional, desde a cultura e o esporte até a política e a economia.

discursos centrais de Getúlio Vargas e o uso do *ethos* discursivo, assim como as transcrições de ideias do Estado que os intelectuais mencionados estariam incumbidos de comunicar à população brasileira. Para isso, o capítulo conta com os trechos de discursos do presidente, e as manifestações destes intelectuais a serem minuciosamente apresentadas e postas ao método da análise discursiva, no intuito de explicitar como as práticas de oratória são desenvolvidas na política brasileira, e onde é possível identificar seus objetivos. Com isso, o futebol torna-se uma forma de comunicação, seja pela sua popularidade ou pelo seu potencial de adesão.

E por fim, as análises obtidas na pesquisa através das considerações finais alinham os temas abordados, as ideias aprofundadas e a relevância sócio-histórica desta pesquisa para o campo da História.

2. UMA NOVA RELAÇÃO ESTADO-CIDADÃO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BRASILIDADE E A ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS

No turbulento cenário político e social do Brasil das primeiras décadas do século XX, uma figura destacou-se não apenas como líder político, mas como um dos arquitetos da identidade nacional brasileira: Getúlio Vargas. Sua ascensão na política nacional em 1930 marca o início de uma era de transformações profundas, tanto na estrutura política quanto na percepção cultural do Brasil enquanto nação. Sobre o período, o pesquisador Francisco Filho (2018) acrescenta que no século XX, em tempos democráticos ou ditatoriais, sob ideologias de esquerda ou de direita, os espaços de arquitetura, cultura, lazer e educação eram aproximados do Estado, que buscava constantemente tirar proveito dessa relação. “As demandas, projetos e interesses de ambas as esferas desempenharam uma complexa rede de relações que moldaram a identidade nacional e sua representação material e imaterial.” (FILHO, 2018, p. 3).

A política do século XX, mais precisamente em seus anos finais, é retratada por diversos autores que buscam refletir a respeito das principais interpretações da Revolução de 30 em textos acadêmicos e seus impactos nas pesquisas e produções científicas (BORGES, 1998; FENELON, 1981; SANDES, 2010). Apesar de bastante difundida e popularizada, a atribuição da tomada de poder de 1930 como “revolucionária” também é palco para contra argumentações e contestações. Neste sentido, seguindo as ideias de Norberto Bobbio em “dicionário de política”, o termo “Revolução” é utilizado no intuito de fornecer uma definição geral de que uma revolução ocorre quando um acontecimento mobilizador “acomete os setores econômicos, sociais e até mesmo culturais de um Estado.” (BOBBIO, 2004, p. 1121).

Junto a isso, algumas participações que compuseram o primeiro governo Vargas fornecem aparatos para melhor esclarecer as mudanças projetadas desde o início de 1930. Apoiador de Vargas no início da década de 30, o representante do estado do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Batista, denominava o marco de 1930 como a “nova era”. Pedro Ernesto retrata a política varguista como provedora e representante de uma esfera protetora ao trabalhador. Entre seus discursos disponíveis sobre o período, destaca-se o termo “implantação do bem-estar da coletividade” como definição do governo Vargas instaurado. (CPDOC-FGV, [19-20]).

Apesar de ser uma afirmação complexa de explorar, é pertinente ressaltar como esta ideia foi intencionalmente difundida no período, de que o ano de 1930 marcaria um novo começo na política. Amplamente mencionada por Lindolfo Collor, jornalista e político sul-rio-grandense, destacado articulador da Aliança Liberal que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930. Segundo Barbosa (2016), foram diversos os momentos em que Collor falava sobre as quebras entre o “velho” e o “novo”, da reestruturação do trabalho e do trabalhador no país, entre outras bases que se fundamentaram na política getulista. Aqui, destaca-se o trecho de uma entrevista concedida, em Abril de 1931, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo tema era “Interesses econômicos e sociais brasileiros”:

(...) A Revolução vitoriosa trouxe as questões sociais do Brasil do fundo das enxovias policiais e das “geladeiras” para o pleno ar da discussão e das reivindicações de classes. O trabalhador brasileiro (custa-nos a confissão, mas ela se impõe porque é a expressão da verdade) é ainda um dos mais desprezados do mundo. Até hoje, pode-se dizer que ele não tinha direitos: tinha deveres, e, quando pretendia fazer valer os seus direitos, ahi saltava do fundo de uma synagoga de hipocrisia a argumentação dos fariseus, a demonstrar que o operariado brasileiro era dos mais bem aquinhoados e que todas as suas reivindicações não tinham sentido real porque a munificência dos que dão trabalho já havia, de modo próprio, cogitado de propiciar remédio dos aflitos (Entrevista concedida pelo ministro do trabalho, indústria e comércio Lindolfo Collor. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1931, p. 4).

O marco histórico da Revolução de 1930 já era identificado pelas lideranças envolvidas como o início de um novo Brasil, em que as expectativas de renovação política e social começavam a ganhar forma na realidade. Esse movimento de transformação, no entanto, não surgiu de forma abrupta. Desde o período regencial (1831 a 1840), o Brasil já vivenciava tensões regionais que refletiam a falta de uma unidade política sólida. Revoltas como a Sabinada, Cabanagem e Farroupilha, ocorridas nesse período, são exemplos de como, em várias partes do país, prevaleciam reivindicações locais específicas, como autonomia política e econômica, em vez de um movimento nacionalista unificado. Nesse contexto, autores como Richard Graham argumentam que a formação do Estado brasileiro precedeu o desenvolvimento de uma consciência nacional, sendo o Estado o principal catalisador da construção da nação. Ele defende que, ao contrário de uma evolução linear, o processo foi circular, com o Estado promovendo a coesão necessária para a

unificação das diversas regiões do país, que até então se viam mais como partes isoladas, focadas em demandas específicas (Graham, 2001).

Essas revoltas expuseram a fragilidade da coesão nacional, revelando um Brasil diverso e marcado por conflitos regionais. No entanto, ao longo do tempo, essas tensões ajudaram a moldar a consciência de que o país precisava de um projeto político capaz de integrar as demandas regionais em um movimento mais amplo. Foi nesse cenário de insatisfações locais e de ausência de um projeto nacional comum que, gradualmente, se consolidou o pano de fundo que viria a culminar na Revolução de 1930.

O movimento de 1930, portanto, surge não apenas como uma ruptura, mas como a materialização de um esforço anterior de reconfigurar a estrutura política e social do país, dando espaço a um projeto de integração nacional que buscava superar as limitações regionais e direcionar o Brasil para um caminho de modernização. Assim, torna-se possível diagnosticar que, nestas, prevalecem sentimentos locais, focados em reivindicações específicas de cada região, como autonomia política e econômica, ao invés de uma causa nacional abrangente. Essas revoltas refletiam as tensões e insatisfações regionais, expondo a fragilidade da unidade nacional em um país vasto e diverso como o Brasil. Diversas regiões brasileiras viviam, portanto, destituídas de um projeto político que integrasse essas demandas regionais em um movimento nacionalista.

A ausência de um nacionalismo integrador durante o período regencial ajudou a moldar o cenário político e social que precedeu a Revolução de 1930, quando as tensões entre as elites regionais e o governo central se intensificaram. Com isso, a derrubada de Washington Luís, seguida pela emissão do decreto nº 19.398, que regulamenta a situação de Vargas como chefe do Poder Executivo e confirma a dissolução do Congresso Nacional, bem como das Câmaras estaduais e municipais.

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, pode ser vista como uma resposta a essa possível fragmentação entre estados, buscando reconfigurar a identidade nacional e fortalecer o sentimento de unidade entre as diversas regiões do país. Conforme O artigo "Raízes históricas do nacionalismo brasileiro: da colônia ao Estado Novo", de Ivan Colangelo Salomão, as raízes históricas das revoltas

regionais demonstram que a construção de uma identidade nacional coesa no Brasil foi um processo longo e complexo, marcado por conflitos e disputas regionais que refletiram a diversidade e as desigualdades internas do país (Salomão, 2017).

Segundo José Augusto Ribeiro (2001), a construção da identidade nacional projetada no período varguista reflete o espectro do projeto político de 1930 que delineou as principais fragilidades do país e as possíveis formas de ação do Estado, envolvendo a necessidade de um sentimento de união e pertencimento nacional, que tornar-se-iam uma das missões centrais do governo federal. Para o autor, “Getúlio propunha uma política de desenvolvimento a longo prazo, baseada em um projeto nacionalista. O movimento que o apoiou tinha o propósito de dar início ao projeto de resgate da imensa dívida social deixada pelo império e a república velha, levando a uma aproximação entre estado e cidadão, que, com todos os percalços, representou um avanço para o processo social.” (Ribeiro, 2001. P.44).

A necessidade de uma reestruturação na autoestima e na identidade brasileira passaria a ser responsabilidade do Estado onde, em acordo com as análises de Paulo Tarso Flecha de Lima, ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Vargas percebeu que, para unificar um país tão vasto e diversificado como o Brasil, era pertinente a criação de uma narrativa comum que transcendesse as diferenças regionais e étnicas, sendo necessário uma série de políticas e práticas destinadas a fortalecer essa identidade nacional (Lima, 2004).

Uma das movimentações de Vargas que mais contribuiu no projeto de uma promoção do nacionalismo corresponde às suas falas e posicionamentos que defendiam o Brasil como uma nação emergente que deveria ser respeitada, enfatizando os motivos de orgulho que o país apresentava e as bases para um desabrochar de autoestima do povo brasileiro como uma nação independente e dotada de riquezas culturais. Os posicionamentos e articulações do governo central passam a ser desenvolvidos com amparo da imprensa e da promoção de símbolos patrióticos, como a bandeira nacional e o hino, que foram amplamente difundidos e celebrados durante seus governos. Além disso, Vargas vai investir, principalmente durante os anos do Estado Novo (1937 – 1945), na criação de uma cultura adepta ao patriotismo, incentivando a participação dos cidadãos em eventos cívicos e comemorações nacionais. As celebrações, os locais e os discursos atuarão em

conjunto para a promoção da política varguista, através de uma habilidosa transmissão das intenções do Estado para o povo brasileiro (Fagundes, 2010).

Para compreender o protagonismo do governo Vargas (1930 a 1945) na construção do nacionalismo da “nova era” da república brasileira, torna-se fundamental o desdobramento das concepções de nacionalismo em um aporte teórico tradicional da historiografia e, posteriormente, o aprofundamento desta ideologia e suas diferentes formas de existência no Brasil – a qual chamaremos de *brasilidade*.

2.1 Concepções de nação e nacionalismo no Brasil: entre a teoria e a prática

Refletir acerca dos termos nação e nacionalismo à luz da experiência brasileira requer uma investigação que compreenda desde os primórdios coloniais até os tempos modernos. Reconhecendo esta construção como um processo de temporalidade e etapas, é possível diagnosticar mais de um modelo de nacionalismo na longa trajetória do Brasil desde seu processo colonial até os dias atuais. Esse percurso é marcado por uma série de encontros e desencontros até a sua consolidação, levando mais de um século desde a chegada do Estado Nacional até a formação, de fato, de uma identidade nacional com o sentimento de orgulho e pertencimento associado à "brasilidade".

O conceito de brasilidade a ser explorado configura a construção dos processos simbólicos/ideológicos que envolvem a constituição de memórias e identidades, portanto de brasilidades, nas suas especificidades, ao longo do período de Vargas no poder do Estado. Veremos a estruturação deste conceito a partir das manifestações culturais, artísticas, educacionais e de entretenimento. Nos anos de 1930, a brasilidade que se pretendia era a da descoberta de um Brasil autêntico longe das garras dos modelos europeizantes do período Imperial (Cury, 2002).

Quanto aos desdobramentos que configuraram alguns dos requisitos de brasilidade, retomamos o século XIX como o início desta idealização, que seria efetivamente aplicada em meados do século XX. Como nos lembra o historiador Luís Fernando Cerri (2000:35/36) e a documentação analisada, estamos integrados a esse universo de formação do Estado Nacional que acontece simultaneamente com uma preocupação por parte dos gestores do Estado de construir uma história oficial

a respeito da nação, amparada na ideia de uma identidade nacional, que vai orientar a formação dos novos cidadãos, sendo implementada desde os primeiros anos de vida, já nos currículos escolares:

A construção da história nacional no Brasil (referimo-nos à narrativa) é um longo processo, iniciado com o surgimento do Estado Nacional no século XIX, passando por sucessivas reavaliações, como na Proclamação da República, e permanecendo como um trabalho não terminado. Entretanto, a história nacional tal como é ensinada a partir dos currículos oficiais, apesar de ser apenas uma das possíveis, é a história à qual os cidadãos aderem como sua, por opção de integrar-se ao grupo ou por absoluta falta de conhecimento de outras possibilidades de história com que identificar-se, inclusive a própria história experienciada em grupos menores. E cria-se, a partir de um processo educativo (escolar e extra-escolar), uma instável ligação, que é a memória histórica, ou seja, a generalização de um conhecimento obtido a partir de um determinado tipo de pesquisa histórica que tem a nação por critério essencial, ao lado de uma postura cientificista (que poderíamos identificar à escola metódica ou tradicional), que acaba por um incorporar-se à memória coletiva como a lembrança de algo vivenciado pelo grupo todo. (Cerri, 2000, P.35/36)

Assim como o potencial de aderência aos novos ideais entre os cidadãos brasileiros é pertinente identificar quais foram os pontos explorados pelo Estado neste processo da promoção da identidade “nova” e “revolucionária”. O reconhecimento dos traumas sofridos anteriormente no país é retomado inicialmente no âmbito educacional, potencializando a mestiçagem, a colonização, as múltiplas descendências e o vasto território brasileiro como características únicas brasileiras. Isso não mais seria visto com olhos de lástima, mas sim com empoderamento, de forma a apresentar, desde a educação básica, esta “história real” do Brasil. O autor continua seu argumento contextualizando que, a construção de memórias passa por uma seleção de fatos, onde há os que são dignos de serem rememorados, e os que merecem cair no esquecimento, já que não contribuem para o tipo de nacionalismo a ser constituído:

Com isso, a história nacional torna-se a memória comum na qual será necessário fazer caber a multiplicidade e a diferença, assimilando quando possível ou aniquilando-se (pelo silêncio) quando colocam sob suspeita a unidade do trançado de narrações da história nacional.(...) Um dos efeitos desse mecanismo é facilitar a identificação entre a vontade da nação e a do regime vigente em cada conjuntura, o que transforma a oposição política a um projeto em oposição à coletividade nacional com a qual os indivíduos se identificam, e da qual, enquanto cidadãos, participam politicamente. (Cerri, 2000, P.35/36)

De acordo com Eric Hobsbawm (1990), a análise do conceito de nação e nacionalismo é situada na era moderna, conhecida como a era do "Estado-nação".

Portanto, o autor argumenta que a nação não pode ser vista como uma entidade inerente e pré-existente à organização social. Ele sugere que tanto o nacionalismo quanto o Estado surgem antes da formação das nações, influenciando-as, ao invés de surgirem como consequência. Hobsbawm também observa que o processo de formação das nações é dual: embora seja principalmente liderado "de cima", uma compreensão completa requer uma análise "de baixo" também, que leve em conta os interesses das pessoas comuns, não apenas da elite política ou governamental responsável por moldar a questão nacional (Hobsbawm, 1990:18-19).

Estas ideias, uma vez aplicadas em um projeto político, permeiam a educação e passam também a repercutir em aspectos culturais e civis, como a promoção de feriados, no canto do hino nacional como momento cívico, no uso da bandeira nacional como identificação, e a inserção destas práticas no cotidiano dos brasileiros – a aplicabilidade destes projetos refletem as reformas educacionais e culturais que serão exploradas em seguida. Uma vez aplicado o projeto educacional, estavam formadas as novas gerações de cidadãos que saberiam executar e manter as novas tradições de respeito e admiração à pátria, construindo uma simbologia de cultivo ao Brasil, formando a nação a partir das práticas nacionalistas já existentes. Como argumenta Durkheim, "A sociedade pode subsistir apenas se houver entre os seus membros suficiente homogeneidade; a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando na criança desde o início as semelhanças essenciais que a vida comum supõe" (Durkheim, 1911, p. 32).

Destacando as movimentações no âmbito cultural, o movimento modernista, no início do século XX, foi um momento crucial na busca e na afirmação da brasilidade, com artistas como Tarsila do Amaral e Mário de Andrade explorando e promovendo elementos da cultura popular brasileira. Sendo explorado durante o Estado Novo varguista, desde, pelo menos, 1930 já é possível perceber a ascensão deste movimento e sua influência no processo de ruptura do Brasil em busca de uma cultura decolonial. Destacando algumas obras do período:

Oswald de Andrade, na obra *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924), sublinha os "estados brutos da alma coletiva": ser *moderno*, e ser *nacional* passam a ser termos coincidentes, na medida em que é a falsa cultura importada que impede a percepção da realidade. Não é outro o sentido das duas viagens etnográficas de

Mário de Andrade, para o Amazonas e para o Nordeste do Brasil, culminando em seu encontro, em Natal, com o historiador Câmara Cascudo, gerando as trocas de cartas que explicitam muito sobre o processo cultural do Brasil. Em uma de suas cartas, Mário de Andrade expressa: "A cultura brasileira é uma só, na sua diversidade e riqueza." (Andrade, 1924).

Graça Aranha, no segundo momento da obra *d'A esthetica da vida* (1921), com o conceito de "metafísica brasileira", oferece, ao mesmo tempo, um diagnóstico e uma terapêutica para o país, através de uma definição dos traços psicológicos do nosso povo, na profundidade de nossa coletividade. Dessa forma, a exacerbação da imaginação, o ufanismo e o fatalismo são os elementos do laudo diagnóstico de Graça: "é essa a tragédia de nosso povo! Isso porque temos três origens da alma brasileira, três gênios: o português, que nos transmitiu a melancolia; o africano, a infantilidade; e o índio, a metafísica do terror (enchendo a natureza de fantasmas e assombrações)" (ARANHA, 1921 p. 41).

A ideia de Graça Aranha, retirada de sua obra *Estética da Vida* (1921), revela uma concepção essencialista e profundamente enraizada nos estereótipos raciais e culturais que marcaram o pensamento intelectual brasileiro das primeiras décadas do século XX. Ao atribuir traços emocionais e morais a cada uma das "três origens da alma brasileira" — o português, o africano e o indígena — Aranha constrói um diagnóstico quase patológico da identidade nacional, baseado na ideia de uma herança mística e inescapável. Essa perspectiva não pode ser tomada de forma acrítica. Pelo contrário, ela expressa as limitações do projeto de construção da brasilidade em sua fase embrionária, onde intelectuais buscavam dar contornos à nação por meio de sínteses culturais que muitas vezes reforçavam hierarquias raciais e civilizatórias. Tal concepção, embora inserida no contexto do modernismo e da busca por uma identidade própria, reproduz categorias excludentes e deterministas que ecoaram em outros discursos nacionalistas ao longo do século, inclusive durante o Estado Novo.

Ainda relacionado à temática do surgimento da nação, importante retomar como as composições dos anos 1930 e 1940 tiveram a palavra "formação" em sua composição (Formação do Brasil Contemporâneo, 1942, de Caio Prado Júnior; Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, subtítulo de

Casagrande & senzala, 1933, de Gilberto Freyre...) já que, mais do que uma redescoberta, estávamos tentando modelar um país, formar suas bases culturais e solidificar sua identidade.

A brasilidade, portanto, torna-se um conceito dinâmico, que evolui e se transforma ao longo do tempo, e a partir das movimentações do século XX, passa a ganhar maior espaço e cultivo. Fortalecendo os argumentos trazidos, o pesquisador Eduardo Jardim, em “A brasilidade modernista” (1978), ao discorrer sobre o projeto modernista, vincula-o à noção de brasilidade, elemento artístico nacionalista que singulariza o Modernismo praticado no Brasil, mas não no sentido ufanista ou patriota, e sim de resgate das próprias origens e contradições, de uma cor local, desde o homem sertanejo ligado à terra, com todas as suas peculiaridades, para que pudesse ter voz, falar de si mesmo e de suas diferenças, até o estímulo de reflexões em torno de séculos de dominação, e, com isso, promover uma consciência de nação. Segundo as ideias do autor, o projeto modernista no Brasil, ao valorizar a brasilidade, objetivou repensar as contradições histórico-brasileiras e unir as diferenças em um território só.

(Jardim, 1978).

No que tange à cultura e demais práticas sociais, tanto as elites quanto as classes média e baixa, oferecem *insights* importantes para compreender as mudanças no pensamento desta nação em relação ao Brasil, bem como o surgimento de diversas características distintas. Tais fatores tornam necessário o uso de diversos mecanismos e muita articulação do Estado com os brasileiros para que o conceito de brasilidade seja abraçado e aderido por todos, e não estratificado em uma pequena camada social não representativa.

Nesse sentido, na ideia de uma coexistência cultural das classes, sem atritos que pudessem comprometer sua união em uma única identidade brasileira, ao longo da década de 1930 a 1940, o discurso estatal vai reforçar diversos pontos que a literatura e a arte trouxeram, para uma consolidação identitária que não deixe nenhum possível nó para trás, reforçando que o “nós” proferido pelo líder político, inclui a todos os cidadãos brasileiros. Ressaltamos alguns pontos da mudança na política imigratória do país, estruturada ao longo dos 15 anos de governo Vargas, onde as ondas imigratórias do Brasil foram minuciosamente controladas e

reformuladas, no intuito de não interferirem no projeto de consolidação de identidade nacional. Segundo as ideias da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2018),

Entre 1930 e 1945, o governo de Getúlio Vargas colocou em prática uma política imigratória restritiva e racista. Vetou, com base em argumentos racistas, a concessão de vistos aos judeus, ciganos e japoneses. O discurso racista reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam essas minorias em seres indesejáveis, “indigestos”. Em particular, não interessava ao Brasil receber os judeus que fugiam do nazifascismo porque – segundo as autoridades brasileiras – eles colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade. (CARNEIRO, P.118, 2018)

Os pontos da política imigratória citados pela historiadora são evidenciados na legislação do primeiro governo Vargas, com a Lei dos 2/3 e a Lei de Cotas de 1934.

O decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, regulamenta a Lei dos 2/3:

Art. 2º Para os efeitos do disposto no artigo anterior, são equiparados aos brasileiros natos os estrangeiros cujos cônjuges forem brasileiros, e que, tendo filhos brasileiros, residam no Brasil há mais de 10 anos, ficando igualmente equiparados, durante cinco anos, a contar da data do decreto n. 20.261, de 29 de julho de 1931, os demais estrangeiros com o mesmo tempo de residência daqueles no país.

(...) Art. 7º Quando, por falta de trabalho, qualquer estabelecimento ou empresa houver de reduzir o número de seus empregados, operários ou trabalhadores, a dispensa dos estrangeiros deverá preceder sempre a dos brasileiros natos da mesma categoria, observado o disposto no art. 2º. (BRASIL, 1934, Art.2º e 7º)

Em 1934 foi aprovada a Lei de cotas, que impunha novos limites, por nacionalidade, à entrada de estrangeiros no Brasil. Segundo a nova legislação, só poderiam fixar residência o equivalente a 2% do fluxo de entrada de cada nacionalidade nos 50 anos anteriores. Abaixo, um trecho da publicação do decretole:

Considerando [...] que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, na ânsia de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades;

Considerando, finalmente, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social; (BRASIL, 1934. p.14

Ainda sobre a Lei de Cotas, alguns artigos evidenciam as intenções políticas da aplicação desta legislação no Brasil:

Art. 1º A entrada de estrangeiros no Brasil regular-se-á pelas disposições da presente lei.

§ 1º Para os efeitos da presente lei, considera-se imigrante todo estrangeiro que pretenda, vindo para o Brasil, nêle permanecer por mais de trinta dias com o intuito da exercer a sua atividade em qualquer profissão lícita e lucrativa que lhe assegure a subsistência própria e a dos que vivam sob sua dependência.

(...)

§ 3º A enumeração das condições constantes dêste artigo não exclue o reconhecimento de outras que se verifique serem igualmente impeditivas da entrada de estrangeiro imigrante. (BRASIL, 1934. Art. 1º)

Embora a legislação brasileira tenha como princípio fundamental a regulação das entradas no país por questões de segurança, os parágrafos das leis deixam claro que, mesmo havendo critérios para o ingresso, esse acesso pode ser negado a qualquer momento. Nesse caso, o imigrante ⁴deve acatar a ordem e deixar o país. O mesmo raciocínio se aplica às questões de emprego: os brasileiros têm prioridade na contratação, enquanto os imigrantes são priorizados nos casos de demissão. O argumento que fortalece estas ideias prezam pela “priorização do cidadão nativo dentro do seu território.” (BRASIL, 1934).

Isso, somado às demais transformações que acontecem simultaneamente, torna a década de 1930 a 1940 uma das mais significativas no processo de construção do nacionalismo. A valorização do nativo brasileiro em detrimento aos imigrantes passa a fortalecer o vínculo dos cidadãos com o Estado. Seguindo as concepções de Eric Hobsbawm (1990) sobre o "Estado-nação", esse período pode ser visto como a formulação do Estado e do nacionalismo, cuja consequência seria o surgimento da nação. Primeiro, a função do Estado é de consolidar as bases para o desenvolvimento da nação, e o nacionalismo atua na promoção do território para que, posteriormente, a nação desenvolva suas próprias formas (Hobsbawm, 1990).

A construção da identidade nacional brasileira, a partir dos anos de 1930, esteve profundamente vinculada ao fortalecimento de uma ideia de nação como

⁴ A legislação de 1934 reforçou mecanismos de controle sobre a entrada e permanência de estrangeiros, em grande medida motivada pelo temor das autoridades em relação à atuação política de determinados grupos, como os **anarquistas italianos**. Desde a Primeira República, destacaram-se, sobretudo em São Paulo, núcleos de **operários anarquistas italianos**, que se dedicaram ativamente à luta sindical e operária, sendo sistematicamente perseguidos por legislações como a **Lei de Cotas** e pela repressão estatal. A atuação dessas comunidades estrangeiras é objeto de análise na obra de **Érika Pires Ramos da Silva**, que examina os casos de presos políticos e perseguidos estrangeiros no Brasil, destacando, entre outros, a trajetória de **italianos e espanhóis** envolvidos em movimentos políticos e sociais (SILVA, 2010).

“**comunidade imaginada**”, conceito que remete à percepção de pertencimento coletivo, mesmo entre indivíduos que nunca se conhecerão pessoalmente. No contexto do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, o nacionalismo foi instrumentalizado como um projeto político e cultural, promovendo símbolos e práticas que unificassem a diversidade social e regional do país. Nesse cenário, o futebol desempenhou um papel central, funcionando como um dos principais elementos de coesão simbólica e afetiva entre os brasileiros. Como bem observa Hobsbawm (2002, p. 171), “a imaginária comunidade de milhões parece mais real como um time de onze nomes”, expressão que sintetiza o poder do esporte, especialmente do futebol, como meio privilegiado de materialização da identidade nacional. Assim, o futebol não apenas refletiu, mas também contribuiu ativamente para a formação de uma consciência nacional, integrando as massas urbanas e rurais em torno de uma narrativa comum de brasilidade.

A compreensão de nação e nacionalismo implica, portanto, uma tarefa desafiadora devido à sua natureza complexa e a uma falta de definição linear ou um projeto unificado desde o seu princípio. Estes conceitos, embora sejam fenômenos modernos, não se encaixam em uma única estrutura totalizante; em outras palavras, não apresentam uma essência social e política uniforme em sua formação. Eles surgem e são aceitos por meio de um processo de construção contínua. No entanto, reconhecer a falta de uma definição completa e absoluta não implica que não possamos explorá-los academicamente, como observado por Benedict Anderson (2008) e Eric Hobsbawm (1990).

O grande desafio do projeto varguista, assim, é compreender como a nação em desenvolvimento deve compartilhar valores e crenças comuns que antes não eram cultivados. É essencial que as pessoas acreditem nos mesmos ideais para que possam partilhar a mesma visão de cidadania, obedecer às mesmas normas e buscar ascensão social com os mesmos recursos, sob um ideal de justiça. Nesse contexto, a política governamental se articula de forma estratégica, promovendo a ideia de que o cidadão ideal da década de 1930 valoriza o trabalho, respeita a pátria e se reconhece como uma singularidade dentro de uma diversidade sob o mesmo território. A função do Estado é, portanto, fornecer aparatos para que isso aconteça.

Segundo Azevedo Amaral (1920), a constituição de uma nação forte e coesa só seria possível mediante a eliminação dos sinais do enfraquecimento. Nas palavras do intelectual do período:

Se é necessário para o vigor da espécie que todos os imperfeitos sejam destruídos, sobreponhamo-nos à natureza não destruindo os imperfeitos com austeridade dórica, que mandava lançar ao Taigete as crianças disformes e punia a obesidade como um vício – o que seria desumano, mas tornando-os perfeitos – o que seria altruístico; não eliminando os fracos, o que seria selvagem, mas eliminando-lhes a fraqueza – o que é dever da política. (Azevedo, 1920, p.4)

O sentimento de pertencer a um coletivo e, ao mesmo tempo, apropriar-se de práticas culturais individualmente, deve emergir como uma força tão poderosa que pode moldar a identidade coletiva de uma nação de forma fluida e contínua, até que se torne uma tradição. Quando os cidadãos se sentem parte de algo maior do que eles mesmos, quando se identificam com uma comunidade compartilhada de valores, tradições e história, surge o terreno fértil para o nacionalismo. Esse sentimento de pertencimento fortalece os laços entre os membros de uma sociedade. A segregação (nesse contexto, étnico-racial e socioeconômica), portanto, fragmenta a sociedade, minando a coesão e enfraquecendo os laços que sustentam a construção de uma identidade nacional unificada. Fica incumbido, por conseguinte, às lideranças políticas o papel de inserir os diferentes “tipos de brasileiros” dentro de um contexto amplo e agregador, gerando um espaço que reconheça sua diversidade ao mesmo tempo em que geram uma única brasilidade, uma única nação.

Apoiando-se nas concepções de Benedict Anderson (2008) e as Comunidades Imaginadas, entende-se que a participação em eventos cívicos e comemorações nacionais é uma forma pela qual as comunidades nacionais reforçam essa imaginação nacional. Quando os cidadãos participam desses eventos, estão participando de rituais que reforçam a identidade local e o sentimento de pertencimento à comunidade nacional imaginada. Esses eventos muitas vezes enfatizam símbolos, narrativas históricas compartilhadas e valores culturais que contribuem para a coesão e unidade nacional. (ANDERSON, 2008).

Além disso, outro argumento fundamental que fortalece a discussão de nacionalismo e nacionalidade está em Eric Hobsbawm (1990). Para Hobsbawm, a nação é uma construção social cuja coesão é sustentada por laços culturais, linguísticos e históricos. Ele argumentava que as nações modernas frequentemente

surgiram a partir de processos de industrialização e urbanização, nos quais grupos anteriormente dispersos passaram a se unir em torno de uma identidade comum para reivindicar direitos e interesses compartilhados. Em suas análises, Hobsbawm ofereceu uma visão crítica e esclarecedora das dinâmicas complexas subjacentes à formação das nações e ao papel do nacionalismo na política moderna. (Hobsbawm, 1990).

Ampliando o debate acerca da construção da nação, as ideias de Benedict Anderson se aliam às de Hobsbawm, ao explorar o caráter imaginativo da nação. Anderson argumenta que as nações são construídas através de narrativas compartilhadas e símbolos culturais que criam um senso de pertencimento entre indivíduos que nunca se encontraram pessoalmente (Anderson, 2008). Da mesma forma, Hobsbawm enfatiza que as nações são moldadas por processos históricos e políticos, onde o nacionalismo e o Estado desempenham papéis fundamentais na criação e manutenção das identidades nacionais. Ambos os autores ressaltam a natureza imaginada e fluida das nações, destacando como elas são produtos da imaginação coletiva e das instituições políticas (Hobsbawm, 1990).

A noção de uma comunidade que, embora possua especificidades individuais, se reconhece e partilha de valores centrais em comum, reveste de importância os ícones como, por exemplo, as bandeiras, os hinos e os símbolos visíveis, que possibilitariam “ver o que não pode ser visto” (Hobsbawm, 1990:73). O verde e amarelo do Brasil, o hino nacional e toda a postura exigida desde a primeira infância nos momentos cívicos pregados desde o primeiro governo Vargas (1930-1934), embasam esta construção e fortificam o pertencimento dos cidadãos durante o momento de devoção da nação brasileira.

O “aceite” dos cidadãos aos momentos cívicos é primordial para um projeto nacionalista ser bem-sucedido. Entendendo que a cultura cívica não é imposta e de forma alguma violentamente pregada, a adesão de cada indivíduo ao movimento de formação de uma nação corresponde ao seu processo de identificação com os valores propagados, as ideias cultivadas e os impactos que esta devoção podem gerar dentro do território. Ser cativado pela história do Brasil, pelas suas cores, bandeira e hino são partes fundamentais no processo de construção identitária no período.

Nesse sentido, o conceito de **construtivismo para as massas** é pertinente a ser acrescentado. Segundo o pesquisador David Geelan (1997), o termo refere-se a uma abordagem que destaca o papel ativo das pessoas na construção de significados e compreensões dentro de uma sociedade. Essa perspectiva reconhece que a realidade social, cultural e política não é algo dado ou objetivo, mas sim construído por meio das interações e interpretações dos indivíduos e grupos (Geelan, 1997).

No contexto das massas, conceito utilizado para abranger a sociedade em geral, o construtivismo destaca como as ideias, identidades, valores e instituições são criados, compartilhados e contestados. O estudo construtivista sugere que as pessoas não apenas recebem passivamente informações e ideias, mas também as interpretam ativamente e as constroem com base em suas próprias experiências, entendimentos e contextos sociais. Por exemplo, no campo da comunicação de massa, o construtivismo enfatiza como as audiências não apenas recebem mensagens de mídia, mas também as interpretam e reinterpretam de acordo com seus próprios pontos de vista, valores e experiências. Isso significa que as respostas das pessoas à mídia podem variar amplamente com base em uma diversidade de fatores, como cultura, classe social, gênero, idade e contexto histórico (Geelan, 1997).

Em resumo, o construtivismo para as massas destaca o papel ativo das pessoas na construção de significados e na formação da realidade social, cultural e política em que vivem. Portanto, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 marcou não apenas o início de uma nova era na política brasileira, mas também o surgimento de uma busca pela nova identidade nacional que, antes de tudo, passa pela aceitação do povo brasileiro. Seu papel como arquiteto da brasilidade ajudou a prospectar a unificação do país e a promover um sentimento de orgulho e pertencimento entre os brasileiros, refletindo as ideias do construtivismo para as massas na prática.

A complexidade do processo que o país vive nos anos de 1930 abrange, além do contexto internacional político e a Revolução de 1930, a busca pela identificação do fenótipo do brasileiro como mestiço, diversificado, multicultural e ao mesmo tempo único em sua nacionalidade. Assim, Vargas passaria a ser o

encarregado de costurar estas temáticas dentro do seu governo, de modo a promover e difundir os valores e saberes da nação moderna. Representantes intelectuais e atores políticos visavam o mesmo objetivo, encontrando em Vargas e na sua popularidade, aliados para esta construção.

2.2 A construção da brasilidade e os recursos utilizados na criação de vínculos

O processo de formação identitária do Brasil conta com inúmeras peculiaridades. Para uma análise profunda e eficiente, é indispensável considerar os traumas da civilização, as heranças da colonização, a territorialidade e as complexidades das interações culturais que moldaram a identidade nacional ao longo dos séculos. Desde os primórdios da colonização portuguesa (séc. XVI), estendendo pelo processo de exploração econômica e a escravidão africana, até as lutas pela independência e a construção de uma república, o Brasil é marcado por uma história de desafios e conquistas. A diversidade geográfica, étnica e cultural do país também desempenhou um papel crucial na sua formação, contribuindo para a criação de uma nação singularmente plural. Como comentado anteriormente na introdução do trabalho, chamaremos esta formação de *brasilidade*.

O conceito de brasilidade reflete fatores identitários e culturais que são únicos no Brasil. O termo encapsula as características distintivas do povo brasileiro, sua história, suas tradições e sua diversidade. Mais do que apenas uma definição estática, a brasilidade é dinâmica, evoluindo ao longo do tempo e sendo moldada pela interação de diferentes influências internas e externas no território. Portanto, torna-se fundamental a construção de um aporte teórico para embasar o conceito de brasilidade e suas transições - sem retirar o seu sentido original.

No cerne da brasilidade está a noção de nacionalismo elucidada aqui por clássicos da historiografia, como Hobsbawm (1990) e Anderson (2008). Analisaremos os desdobramentos no processo de crescimento do sentimento de lealdade e ideais patrióticos na nação brasileira dentro do recorte temporal de 1930 a 1945. O nacionalismo brasileiro vai sendo marcado por uma forte conexão com a terra, a língua, a cultura e a história de independência do país, sendo representado desde o patriotismo expresso em eventos culturais promovidos durante a Era

Vargas, até a defesa dos interesses nacionais em questões políticas e econômicas frente a outros países.

Além dos teóricos que discutiram a brasilidade e o nacionalismo, destacamos alguns autores do gênero literário que, mesmo em décadas diferentes, corroboram com os ideais do regime. Considerações importantes partem da obra de Gilberto Freyre, autor de "Casa-Grande & Senzala" (1933⁵), ao argumentar que a identidade brasileira é fortemente influenciada pela miscigenação racial e cultural, resultando em uma sociedade única e ao mesmo tempo pluralista. Sérgio Buarque de Holanda, autor de "Raízes do Brasil" (1968), também analisou as características históricas e culturais que moldaram a sociedade brasileira, destacando a influência da herança ibérica e a persistência de traços coloniais na cultura e na política brasileiras.

O conceito de brasilidade, conforme delineado por Sérgio Buarque de Holanda (1968), transcende a mera geografia e demografia. O autor explora a dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas que moldaram o país desde os seus primórdios. A brasilidade, portanto, emerge como uma síntese peculiar dessas influências, refletindo tanto os traços distintivos da colonização portuguesa quanto os elementos indígenas e africanos que se mesclaram ao longo dos séculos.

Buarque de Holanda argumenta que a brasilidade está enraizada na própria natureza do povo brasileiro, marcada por uma certa ambiguidade e adaptabilidade. Essa ambivalência se manifesta na convivência entre a cordialidade e a violência, entre o individualismo e a solidariedade comunitária, entre a ordem e a desordem. Esses traços, segundo o autor, são fruto de uma herança histórica peculiar, que se manifesta tanto nas estruturas sociais quanto nas expressões culturais do país (HOLANDA, 1968). A leitura brasileira "Raízes do Brasil" não apenas lança luz sobre a essência da brasilidade a ser retomada, mas também oferece uma lente através da qual podemos entender a trajetória do país e suas peculiaridades, entendendo a formação deste conceito como uma junção de camadas que, sobrepostas, consolidam parte da identidade nacional desde as suas raízes.

⁵ Reconhecendo as complexidades de utilizar "Casa-Grande & Senzala" como referência histórica devido às críticas ao seu posicionamento sobre a exploração dos povos nativos e a imposição de políticas escravistas, este título é empregado aqui como fonte de análise literária do período. Ao longo deste capítulo, serão destacadas suas limitações e complexidades como referência bibliográfica.

Ao aprofundar as origens da brasilidade, é pertinente agregar a ideias de Darcy Ribeiro em sua obra “O povo brasileiro” (1996), onde o autor defende uma formação identitária como uma síntese vibrante e multifacetada, que resulta da miscigenação de diferentes povos, culturas e tradições. Ribeiro enfatiza a importância da miscigenação como um dos pilares fundamentais da identidade nacional, destacando sua contribuição para a formação de uma cultura rica e diversificada. (RIBEIRO, 1996).

Além da miscigenação, Darcy Ribeiro (1996) ressalta a importância da mestiçagem cultural na construção da identidade brasileira. Ele argumenta que o povo brasileiro é caracterizado pela sua capacidade de absorver e reinterpretar influências externas, criando uma cultura híbrida e dinâmica. Essa mestiçagem cultural se manifesta em diversos aspectos da vida brasileira, desde a culinária até a música, passando pela religião, dança, folclore, e futuramente, o futebol.

O povo brasileiro vai representar múltiplas faces. A busca do Estado na consolidação de uma identidade mestiça e heterogênea leva os representantes políticos a perceberem o Brasil como a nação que mistura todos os seus vetores constitutivos e assimila, sem resistências culturais, as contribuições dos outros povos na sua formação. A construção desta nação compreende que somos singularmente múltiplos, e o brasileiro não tem uma única aparência, portanto, não terá uma única conduta a ser constituída (Ribeiro, 1996).

Ao longo da história do Brasil, podemos observar como esses elementos delineados por Darcy Ribeiro se manifestaram e auxiliaram a moldar a identidade nacional. A brasilidade se expressa na riqueza e na variedade das origens do Brasil, onde a mestiçagem deixa de ser uma característica de herança colonial dolorida e silenciada, para uma formação de identidade com autoestima e traços que passam a ser valorizados dentro de uma cultura de música, de futebol, de religião e construção de uma identidade externa que reflete as características intrínsecas dos brasileiros.

Além disso, no âmbito acadêmico das ciências sociais aplicadas, há o professor Nelson Werneck Sodré, que amplia a discussão e entende que se pode definir a criação de novas identidades de Brasil em, pelo menos, 3 principais momentos: a Independência do Brasil, a Proclamação da República e a consolidação de Getúlio Vargas no poder.

Em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas, o contexto de reviravoltas políticas marca um período de transformações profundas na construção da identidade brasileira, impulsionando mudanças sociais, políticas e econômicas que moldaram a trajetória do país. O contexto histórico da época revela um Brasil marcado pela crise econômica, política e social, tanto internamente (com a crise do café) quanto no cenário internacional (como a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929).

Vargas ascendeu ao poder através de um golpe de Estado, liderando uma coalizão de setores militares, políticos e civis descontentes com a hegemonia política das oligarquias cafeicultoras. Sob sua liderança, o país testemunhou a implementação de uma série de reformas e políticas que visavam modernizar a economia, fortalecer o Estado e promover a industrialização, no que seria dado como o início da “Era Vargas”.

Este período marca a construção de uma identidade brasileira baseada na justiça social e na valorização do trabalho. Além disso, Vargas promoveu políticas de nacionalização da economia e de estímulo à industrialização, criando empresas estatais e implementando medidas protecionistas que visavam reduzir a dependência do país em relação aos produtos estrangeiros, buscando o empoderamento e a visibilidade do Brasil frente aos países do exterior. (Melchionna, 2009)

Assim, ao delinear os processos da construção identitária do Brasil em, pelo menos, três grandes eventos nacionais, torna-se visível as mudanças que o território vivenciou, sendo possível diagnosticar os avanços percorridos, e quais eram os fatores internos e externos responsáveis por estas grandes mudanças. Entendendo que a construção do propósito nacionalista é composta por camadas complexas e multifacetadas, compreender os objetivos centrais de cada construção e as sociedades em que se permeavam estas mudanças é parte fundamental.

Carlos Lessa, doutor em Economia e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enriquece a ideia de um Brasil “novo” que nasce com a chegada de Getúlio Vargas ao retomar que, durante a República Velha, as vozes dos novos protagonistas foram amplamente ignoradas, demonstrando uma falta de

inclusão do povo como parte ativa na construção da história. Isso se refletia diretamente na ausência de iniciativas direcionadas aos ex-escravizados, como a não implementação de um sistema de ensino público universal e gratuito, a falta de políticas facilitadoras para acesso à terra e a inexistência de medidas compensatórias.

Outro fator que marca a transição de um Brasil “europeizado” para um Brasil brasileiro, é a mudança de identidade que sofre o Rio de Janeiro, durante o governo Vargas:

Um exemplo claro dessa postura é a maneira como o Rio de Janeiro foi retratado ao longo desse período. Na República Velha, havia uma tentativa explícita de transformá-lo na "Paris dos trópicos", em uma suposta celebração do povo. Posteriormente, durante a República laica, símbolos como a escola de samba ocupando a principal avenida durante o carnaval, a construção do Cristo Redentor erguido a mais de setecentos metros sobre a cidade, a popularização da praia de Copacabana como "Princesinha do Mar" e a construção do Maracanã como símbolo do compromisso nacional com o futebol, representavam uma nova identidade nacional. O Rio de Janeiro tornou-se então a personificação da nacionalidade, enquanto a tentativa de replicar Paris foi gradualmente esquecida. (Lessa, 2008, P. 8)

A **brasilidade** aqui apresentada é, portanto, um conceito em constante evolução, enraizado na rica tapeçaria cultural e histórica das origens do Brasil. É uma expressão da identidade coletiva do povo brasileiro, amparada pelas ideias das representações sociais. Este processo, portanto, possui diferentes marcos históricos significativos ao longo da sua estruturação, contando com diferentes caminhos e estratégias abordadas na sua construção. formulados e reformulados ao longo do tempo.

Ao reconhecer que existem múltiplos aparatos a serem explorados pelo Estado durante o processo de implementação de ideias, é pertinente ressaltar que a permeabilidade da política dentro de espaços coletivos obtém mais chances de sucesso quando está atrelada a algo/alguém capaz de mobilizar a população em torno de um mesmo ideal. Conforme Monica Velloso, para isso, a estratégia para conseguir sucesso na mobilização e aderência do brasileiro aos novos costumes é, geralmente, feita através do suporte de eventos ou pessoas capazes de cativar e comover grandes grupos para o mesmo objetivo. Nesse sentido, o uso da cultura popular é uma grande aposta dos representantes políticos (Velloso, 1987). A inserção destes mecanismos na cultura popular vai refletir na música, na educação, nos espaços públicos e, no nosso objeto, o esporte.

2.3 A profissionalização do futebol e os elementos da brasilidade

A vinculação com as práticas da cultura popular, sejam as grandes festas de rua, ídolos da cultura, até mesmo as práticas esportivas em geral, representam uma estratégia eficaz de mobilização e inserção de uma determinada mensagem política entre a população. Cada mecanismo citado como possível promotor de ideias possui uma rica produção historiográfica a ser aprofundada, no entanto, vamos nos deter ao futebol enquanto um dos meios utilizados que exemplifica o projeto político-ideológico supracitado. Embora tenhamos este objeto de análise neste momento, é notório que, junto a isso, outros elementos culturais desempenham um papel crucial na formação das representações sociais e na construção de identidades coletivas, tornando-se poderosos veículos para disseminar ideias e valores políticos.

Direcionando a análise não somente aos eventos ou falas e posicionamentos acerca do tema, a própria seleção de espaços esportivos para fins políticos também representa uma das formas de discurso a serem transmitidas. A Historiadora Lilia Schwarcz (2012) reforça o argumento da celebração de eventos políticos em locais públicos que, com sua atmosfera festiva e participativa, proporcionam um espaço onde as ideologias políticas podem ser integradas de maneira lúdica e acessível, “cativando as pessoas e promovendo uma identificação emocional com determinadas narrativas políticas através de mecanismos simples como a inserção de cores representativas dentro da celebração” (Schwarcz, 2012, p. 45).

Com base na leitura de Lilia Schwarcz (2012), a instrumentalização dos espaços públicos por meio de celebrações festivas — como desfiles cívicos, jogos esportivos ou eventos nacionais — evidencia não apenas uma prática histórica de construção simbólica do poder, mas também a persistência de formas de identificação política que continuam operando nos dias atuais. Schwarcz nos convida a perceber como o uso de cores, símbolos e rituais aparentemente inofensivos é carregado de sentidos políticos e afetivos que moldam o imaginário coletivo e influenciam a adesão a determinadas narrativas de nação. Essa análise, embora ancorada em práticas do século XIX e XX, projeta luz sobre a atualidade, onde vemos, por exemplo, a apropriação de símbolos nacionais — como a bandeira e a

camisa da seleção — por grupos específicos, criando disputas em torno de quem representa legitimamente o

“Brasil”. O legado dessas construções simbólicas revela-se, portanto, ambíguo: ao mesmo tempo em que promove coesão social, pode intensificar a exclusão e a polarização. Refletir sobre essas continuidades é essencial para compreender como o nacionalismo emocional e performático ainda é mobilizado politicamente no presente, em processos que remontam às práticas forjadas no passado, mas que adquirem novas roupagens no cenário contemporâneo.

Assim, ao capitalizar a força da cultura popular, os atores políticos podem se conectar de forma mais eficaz com a população, mobilizando-a e consolidando sua influência ideológica na sociedade. A imersão no futebol entre os agentes político torna possível a permeação de uma cultura que, ao mesmo tempo que é nacionalista, é sutil, de acordo com as ideias obra “Cultura, identidade e representação”, de Stuart Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades (Hall, 2011, p. 51).

Apresentando as conexões que a cultura popular brasileira é capaz de transitar, retomamos as ideias de Hobsbawm (1990) e as nações modernas perante o contexto complexo de 1930 a 1945, onde é possível perceber como a brasilidade estruturada na época de Getúlio Vargas conta com a presença reguladora do Estado nos locais de grande circulação de pessoas, desde as escolas até os estádios de futebol. Para melhor compreender o processo de permeabilidade de novas ideias dentro de uma sociedade que já possuía seus métodos de funcionamento, é pertinente abordar a temática de representações sociais.

Conforme delineado pelo psicólogo e pesquisador Sérgio Moscovici (2012), as representações sociais desempenham um papel crucial ao legitimar e popularizar novas ideologias na sociedade. Ao suprir a necessidade de familiaridade, elas tornam acessíveis e aceitáveis conceitos e ideias que inicialmente podem parecer estranhos ou desconhecidos. Essa capacidade de tornar familiar o que não é, possibilita a difusão e consolidação de ideologias emergentes, enraizando-as no

tecido social e promovendo sua aceitação generalizada. Nesse sentido, as representações sociais emergem como ferramentas fundamentais na construção e manutenção da coesão social, moldando percepções e comportamentos individuais e coletivos. (Moscovici, 2012)

As ideias de Moscovici (2012) sobre representações sociais lançam luz acerca da dinâmica de construção e disseminação de ideologias em contextos sociais, um fenômeno que encontra ressonância significativa na história da República brasileira. Desde, pelo menos, a Proclamação da República em 1889, conforme datado anteriormente, o Estado passou a assumir um papel fundamental na orientação e legitimação de ideias que moldaram a identidade nacional e as relações sociais no país. Ao longo do tempo, o Estado brasileiro tem sido o fio condutor na formulação e propagação de representações sociais que refletem seus interesses e valores dominantes. O Estado, por meio de seus diversos aparatos, como a educação, a mídia e as práticas coletivas, desempenha um papel crucial na legitimação e popularização dessas representações sociais, tornando-as familiares e aceitáveis para a população.

Oportuno ressaltar que este ideal buscado pelo Estado, se manifesta também nas expressões artísticas, na música, na dança, na culinária, no esporte e em outras manifestações do dia a dia dentro do território. Roberto Pereira, em sua obra "Rodas Negras: Capoeira, Samba, Teatro e Identidade Nacional (1930-1960)", entende que, para além de uma questão étnica e territorial, a brasilidade está no cotidiano. O samba, por exemplo, é frequentemente citado como uma expressão genuína da alma brasileira, incorporando elementos de várias influências culturais para criar uma forma de arte distintivamente brasileira. Ao entendermos que ser brasileiro é um modo de levar a vida, a análise sobre as práticas culturais e de lazer enriquecem uma visão analítica do período. (Pereira, 2023).

Para que as experiências de sociabilidade, lazer e cultura alcançassem os objetivos do Estado e transmitisse uma mensagem positiva de acordo com o governo, assim como o samba, o futebol também precisava ser regulamentado e orientado para uma correta experiência. Assim reconhecendo a variedade de estratégias que podem ser abordadas, aprofundaremos a questão do futebol como

um esporte capaz de captar e conduzir grandes ideias ao seu público torcedor. Datando sua chegada no Brasil em meados do século XX, o futebol vai sofrer sua ascensão de magnitude juntamente com a figura política emblemática na construção da brasilidade, Getúlio Vargas. Inicialmente como um esporte de várzea e incorporado pelas camadas populares, o futebol logo passa a ser o queridinho das elites nacionais, tendo assim, o aparato do Estado e a adesão de diversas classes sociais. Como explica Kelen Katia Prates Silva (2016):

A construção da identidade nacional no Brasil envolve as contribuições políticas, o movimento dos intelectuais e da imprensa, buscando estabelecer uma unidade nacional. Os anos 1930 foram sem dúvida o momento de explosão do nacionalismo, tanto na política quanto no próprio futebol. No cenário político esse movimento foi impulsionado pelo governo de Getúlio Vargas e no futebol os símbolos nacionalistas se fortalecem após a profissionalização desse esporte, em 1933, tendo seu ápice na Copa de 1938. Os movimentos de construção da nação partiram do Rio de Janeiro e abrangeram todo o Brasil (Silva, 2016).

Na década de 1930, o esporte recentemente incorporado da Inglaterra, passa a adquirir suas raízes brasileiras e vivencia o processo que o levaria ao ápice de desenvolvimento e participação popular. Em 1933, com a profissionalização do futebol, uma nova profissão passa pela ótica varguista de incentivo ao trabalho e aos métodos tradicionais de prestação de serviços. O que antes era uma atividade de lazer entre os trabalhadores das fábricas e diversão, agora era uma atividade profissional regulamentada pelo CBD. Como Jorge Soares (2015, p. 24) explica:

[...] é a formação de um sistema altamente competitivo, que contrapôs clubes entre si, entidades representativas e até mesmo estados da Federação, como na arraigada rivalidade entre paulistas e cariocas. Também tem destaque a profissionalização do futebol em 1933, marco definitivo da entrada das camadas populares e do acirramento das tensões no sistema desportivo. A atividade do atleta, até então tratada como uma diversão lúdica, tornou-se profissão (Soares, 2015).

Nesse sentido, o esporte já ultrapassa as simples barreiras do entretenimento e recreação, apresentando-se como fenômeno cultural de identidade nacional, principalmente quando se trata de Brasil. A década de 1930, portanto, fornece as bases para que sua continuação, durante o Estado Novo, possa completar a consolidação do Brasil como o país do futebol. Inicia, assim, o projeto que chamaremos de construção da pátria das chuteiras (DaMatta, 1996).

Acompanhando o rápido desenvolvimento do governo de Getúlio Vargas, o futebol também vai estar em constante crescimento no território brasileiro. A partir do pontapé inicial na profissionalização do esporte, o futebol passa a angariar cada vez mais públicos, sejam os torcedores para assistir e acompanhar os clubes, ou aspirantes a jogador profissional, que buscavam incessantemente uma oportunidade de trabalhar como jogador de futebol. Nesse sentido, o papel da imprensa, especialmente das rádios, vai impulsionar o crescimento do futebol entre os brasileiros. O aceite do futebol entre diferentes regiões do vasto território brasileiro sofre influência desta tendência como uma profissão nova e com muitas oportunidades em seu horizonte, sendo bem-vista também pelo Estado e seus intelectuais.

Com a popularidade do esporte sendo destacada em todos os cantos do Brasil, passaram a ocorrer os grandes eventos de temática futebolística, que muito chamaram atenção daqueles que buscavam espaços alternativos para promover ideias e ao mesmo tempo estar por dentro das tendências globais. Assim, a primeira Copa do Mundo de Futebol vai ocorrer em 1930, em um contexto de crescente popularidade do esporte. A história do torneio é entrelaçada com a evolução do futebol no final do século XIX e início do século XX, particularmente após a fundação da FIFA (Fédération Internationale de Football Association) em 1904, com o objetivo de regular e organizar competições internacionais.

Apesar de ser uma primeira edição e enfrentar adversidades em toda a sua execução, podemos considerar a primeira edição da Copa do Mundo como um sucesso. A primeira Copa teve apenas 13 participantes, devido a dificuldades de transporte e o custo elevado de viajar até a América do Sul. A maioria dos países europeus recusou o convite, com exceção de França, Bélgica, Romênia e Iugoslávia, que enviaram suas seleções. A maior parte dos participantes era da América do Sul, como Argentina, Brasil, Chile, México e, claro, o Uruguai. Fazia sentido ao Governo Federal a participação brasileira no campeonato, e havia muita expectativa de que a seleção brasileira chegasse longe devido ao nível de futebol que o país apresentava nas partidas ocorridas. A internacionalização do futebol e a locomoção gerada pela Copa do Mundo vai trazer o esporte à frente, tornando-se uma instituição. Ou seja, o futebol ultrapassou seu papel como simples esporte ou entretenimento para se

tornar um fenômeno social, cultural e até político de grande relevância. Em outras palavras, o esporte adquire características que são próprias das instituições sociais, como normas, valores, rituais e símbolos que organizam e moldam o comportamento de grupos e sociedades) (Carvalho, 2012).

Como qualquer instituição, o futebol lidou com entraves em sua execução e funcionalidades. O processo de profissionalização não se deu de maneira uniforme entre todas as instituições. Alguns clubes se estruturaram mais rapidamente, enquanto outros lidaram com dificuldades financeiras e organizacionais para acompanhar as novas demandas do esporte. A ausência de regulamentações claras e consistentes nos primeiros anos da profissionalização gerou desigualdades, tanto em termos de recursos como de infraestrutura, criando um cenário em que os clubes mais ricos e influentes dominavam as competições, e conseqüentemente, ganhavam maior visibilidade do público.

No Brasil, por exemplo, embora o futebol tenha rapidamente se tornado uma paixão nacional, muitos desafios acompanharam sua institucionalização. A população, embora tivesse grande apreço pelo esporte desde sua chegada, pouco sabia sobre as regras formais e requisitos do futebol profissional, que exigia organização, investimento e a criação de ligas competitivas. Além disso, as barreiras sociais e raciais presentes na sociedade brasileira à época também influenciaram a profissionalização do futebol, com a exclusão inicial de jogadores negros e de classes populares dos clubes mais tradicionais, o que só foi sendo superado ao longo do tempo. Entre as entidades de maior protagonismo no esporte rapidamente houve divergências e rompimentos, evidenciando os posicionamentos e intenções de cada responsável. Segundo José de Carvalho, na obra “150 anos de futebol”,

Era um panorama social conturbado, no qual as entidades que comandavam o esporte tampouco se entendiam. A Liga Carioca foi a primeira a adotar oficialmente o profissionalismo para os seus jogadores, em 1933. A APEA (Associação Paulista de Esportes Atléticos), que vinha de uma fase de profundas divergências com os cariocas, aderiu poucos meses depois. Ambas, porém, tiveram que romper com a CBD (Confederação Brasileira de Desportos), que insistiu mais algum tempo em suas convicções sobre o amadorismo, tanto que levou para a Copa de 1934 uma Seleção enfraquecida pelo boicote de várias associações, acumulando seu segundo fiasco internacional. Dois anos depois, a CBD rendeu-se ao profissionalismo e o futebol brasileiro já poderia iniciar seu processo de reestruturação para enfrentar uma nova realidade. (Carvalho, 2012, p. 93)

O período entre 1930 e 1934 foi crucial para a profissionalização do futebol brasileiro, um processo que se deu por meio da reorganização dos clubes e ligas regionais, respondendo à crescente demanda popular e ao interesse econômico em torno do esporte. O Clube de Regatas do Flamengo, o São Paulo Futebol Clube, e o Clube Atlético Mineiro foram algumas das instituições que começaram a adotar práticas mais profissionais, incluindo o pagamento de salários a jogadores, uma mudança significativa em um cenário até então predominantemente amador.

Essa transição para o profissionalismo culminou com a Copa do Mundo de 1934, realizada na Itália, onde o Brasil voltou a participar, embora ainda de forma desarticulada em termos de preparação e apoio institucional. O futebol, entretanto, crescia rapidamente em popularidade, influenciado tanto pelo entusiasmo popular quanto pela necessidade de clubes e jogadores buscarem maior reconhecimento e sucesso esportivo.

Da mesma forma, a utilização de figuras públicas como astros e ídolos da cultura são alvo de partidos e representantes políticos, pois a vinculação com figuras capazes de exercer uma grande influência sobre suas audiências, pode servir como base para a inserção de porta-vozes e embaixadores das ideologias políticas dominantes. Ao associar essas figuras populares às mensagens políticas, os estrategistas políticos conseguem aumentar sua visibilidade e atrair a atenção de um público mais amplo. Além disso, esportes como o futebol possuem potencial de romper com barreiras sociais e geográficas, criando um terreno fértil para a disseminação de mensagens políticas através de eventos esportivos devido ao seu alcance e público diverso.

Um dos principais ídolos do futebol brasileiro nas décadas de 1930 e 1940 foi Leônidas da Silva (1913-2004), conhecido como o "Diamante Negro". Ele se destacou como um dos maiores jogadores do período, sendo peça-chave na Copa do Mundo de 1938, quando ajudou a projetar o Brasil no cenário internacional ao levar a seleção até as semifinais.



Figura 1: Leônidas da Silva é cumprimentado pelo presidente Getúlio Vargas em pessoa após a partida das semifinais de 1938. acervo fundação Getúlio Vargas.

A valorização de Leônidas como um jogador negro de destaque também se alinhava ao projeto de Vargas de promover uma **unidade nacional**, integrando as classes populares ao imaginário patriótico. Ao mesmo tempo, sua ascensão contrastava com as tensões raciais no futebol brasileiro, já que jogadores negros ainda enfrentavam preconceitos e restrições veladas nos clubes e na seleção. Antonio Risério (2012) argumenta que o processo de profissionalização do futebol não foi suficiente para combater o problema étnico-racial do esporte brasileiro. A intervenção política, e neste caso, a aparição do presidente junto aos jogadores negros, foi de fundamental importância para a inserção dos negros no futebol nacional. Segundo o autor,

Ao acompanhar essa caminhada popular no sentido da incorporação do futebol ao seu repertório lúdico-cultural, não podemos deixar de parte as práticas e atitudes racistas que ocorreram, devidamente sublinhadas pelos estudiosos do assunto. De início, não havia lugar para pretos, só para “bem nascidos” nos times. Já na transição do amadorismo para o profissionalismo, na década de 1920, as restrições aos negromestiços começaram a se atenuar. Ainda assim, muitas agremiações resistiram. (Risério, 2012)

No momento em que as competições começam a tomar preço, os clubes começam a crescer e intensificar seus competidores no mais alto nível de qualidade, os jogadores negros começam a ocupar seu local de protagonismo no esporte. Os clubes profissionais do Brasil deveriam, como qualquer instituição da época, incorporar a legislação dos $\frac{2}{3}$ e, ter em sua equipe profissional, a maioria de contratados sendo nativos do território brasileiro, fato este, positivo para a inserção

de diferentes classes sociais e raças no esporte profissional. Grandes nomes como Leônidas da Silva e Domingos da Guia tornam-se destaques da Copa do Mundo de 1938.

Assim, ao reunir a literatura e as análises científicas envolvendo a brasilidade, o projeto político da Era Vargas e os desdobramentos acerca do futebol na década de 1930, é possível observar o que estava se consolidando no Brasil em torno do futebol, e como esta ascensão esportiva seria positiva ao governo Vargas. Tanto para sua popularidade, quanto para inserir na cultura brasileira os ideais do governo, o uso de figuras públicas e espaços públicos passa a ser cada vez mais recorrente, fazendo com que os anos seguintes, na égide do Estado Novo, a inserção de intelectuais e figuras emblemáticas na política seja aliada a isso, tendo figuras de grande popularidade alinhadas ao projeto político do estado, e figuras carismáticas como as do futebol, aliadas ao projeto como seus apoiadores.

2.3.1 As partidas de futebol no território brasileiro

No continente sul-americano, as partidas de futebol entre seleções surgem nos anos 1910, evocando eventos diplomáticos entre nações (Sarmiento, 2013). Na terceira edição do Campeonato Sul-Americano, em 1919, o Brasil foi sede e venceu pela primeira vez. O historiador Nicolau Sevcenko (1994) aponta este torneio como a “descoberta de uma vocação” do gosto popular por este esporte. O Sul-Americano de 1919 contribuiu para que um esporte originário e difundido pelas elites nacionais se tornasse popular, com grande apelo frente ao público e indicava que tal processo era irreversível. Conforme afirma Sarmiento (2013, p. 32), o campeonato serviu para reafirmar a condição do futebol como “meio de expressão das construções imaginárias acerca da identidade nacional”.

A popularidade crescente do futebol a partir de 1920, tem seu auge em um período semelhante ao presidente Vargas, entendendo que o esporte é transmitido, massivamente, pelas rádios, e suas informações oficiais são produzidas pelos jornais oficiais do governo. O que torna positiva essa união entre Vargas e a ascensão do futebol, é a possibilidade de tornar este mais um aliado do Estado.

Mas, para isso acontecer, seria necessário primeiro, a inserção de todas as camadas da população dentro do sentimento do esporte

Segundo Melo (2009), ao ampliar a possibilidade participação popular, a prática esportiva se insere na lógica da cultura de massa “e os populares começam a também poder praticar, não somente assistir” (Melo, 2009, p. 73). Um bom exemplo são as copas do mundo, entendendo estes eventos como grandes manifestações coletivas, agregamos as ideias de José Eduardo de Carvalho (2012, p.155), ao abordar que “as atividades de um time de futebol de bairro também têm relação permanente com sua comunidade e funciona como instrumento de coesão local, um ato de cidadania.”

A consolidação das leis trabalhistas passava a proteger o trabalhador assalariado; logo, profissionalizar o futebol era dar prosseguimento a uma formalização das relações de trabalho que angariava apoio popular ao governo. O cenário de crescente concentração urbana também favorecia a expansão do rádio e solidificava seu papel como meio de comunicação massivo.

Para Baczko (1985), o que leva o homem a agir é o coração, suas paixões e seus desejos. Para ele, é exatamente no imaginário que tais sentimentos são aquecidos através do pathos (paixão), que também dirige a linguagem dos símbolos e dos emblemas

Hontem a cidade não dormiu emquanto não soube o resultado do importante embate. Os telephones tilintavam de instante a instante e o copioso e perfeito serviço especial que recebemos e vae inserto na seção de sports era transmittido 157 ao publico que delle ficava inteirado com intima satisfação. A Victoria dos nossos foi motivo para grandes e ruidosas manifestações na cidade, o que evidencia estar a atenção do povo concentrada nos nossos valorosos patrícios que acabam de ficar em situação privilegiada, tanto que, na peor das hypotheses, tornar-se-ão vice-campeões do mais importante torneio de football do mundo, uma vez que é sabido e notório que a força do football reside no novo continente (Diário da noite, 23/1/1937, p. 8).

Expressões como “honra”, “júbilo patriótico” e “representação nacional” foram usadas nas reportagens do Diário da Noite após a vitória contra o Uruguai. Além disso, a narrativa do jornal procura salientar a busca dos brasileiros por informações sobre a partida antes mesmo da publicação do jornal no dia seguinte.

A vasta movimentação política e cultural se reflete nas publicações da imprensa e nas movimentações do presidente Getúlio Vargas ao longo dos anos de

1930 a 1945, tendo sempre em vista que os intelectuais, quando conveniente, compactuaram com a política do Estado e sua ideologia, sem deixar de lado seus posicionamentos particulares, ocorrendo inclusive, algumas rupturas entre aliados intelectuais ao longo da Era Vargas.

03. “DA TORRE DE MARFIM À ARENA POLÍTICA”: O PAPEL DOS INTELLECTUAIS E AS POLÍTICAS ENVOLVENDO A CULTURA POPULAR

Compreender a eficiência das movimentações políticas do período varguista inclui retomar a eficiência com que o presidente (que passa a se tornar ditador) articulou sua estadia por 15 anos no poder. Vargas não se limitou à mera ocupação da presidência; houve planejamento, articulação, coligações, estruturação e reestruturação, e mais do que isso, um plano estratégico político das necessidades do Brasil na ótica pós-revolução de 30, o que incluía repensar a formação identitária e cultural do Brasil.

Ao fazermos uma ligeira retomada dos aspectos centrais dos primeiros 15 anos de Era Vargas, destacamos a habilidade do presidente em promover alianças com diferentes segmentos (como os industriais e os trabalhadores urbanos), e como isso foi fundamental para garantir sua longa estadia na chefia do Brasil. Isso se deu, em parte, através da institucionalização de políticas trabalhistas que ampliaram a relação direta entre o Estado e o cidadão (como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943). A estratégia de Vargas também envolveu uma gestão eficiente do discurso político e a divulgação do governo, principalmente através do controle da imprensa e da propaganda oficial. Por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Vargas não apenas disseminava sua imagem de "pai dos pobres", mas também moldava, gradualmente, o imaginário coletivo em torno de um projeto nacionalista que enfatizava o progresso econômico e a modernização do país.

Além disso, a atuação de alguns ministérios como o da saúde e o da educação, do trabalho e da guerra, foram imprescindíveis na articulação entre o Estado e os cidadãos. Reformas educacionais, trabalhistas e as práticas culturais e cívicas inseridas no cotidiano são alguns dos pilares explorados neste capítulo, movimentos oriundos da ação dos ministérios do Governo Vargas. Para isso, destacamos a presença de “indivíduos letrados” que, junto ao regime, em um sistema de apoio mútuo de interesses, ganharam espaço na política brasileira, e assim, construíram e implementaram as ideias do governo no cerne do cotidiano brasileiro.

Nesse momento, Vargas passa a contar com o apoio de intelectuais e teóricos como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Almir de Andrade, que foram apoiadores do regime em sua primeira fase, e muito auxiliaram Vargas com suas ideias e opiniões nos anos seguintes. Esses intelectuais, defensores de uma “democracia autoritária”, argumentavam que o Brasil precisava de um governo centralizado e forte, capaz de promover a justiça social e evitar os conflitos de classe. Francisco Campos, um dos principais teóricos do Estado Novo, defendia que "a democracia de partidos já não comportava a luta política própria da época democrática e liberal", justificando a necessidade de um Estado centralizado e autoritário que garantisse a ordem e a unidade nacional (Campos, 1942, p. 295). Da mesma forma, Azevedo Amaral afirmava que "uma nação destituída de qualquer forma de atividade industrial constitui um verdadeiro contra-senso sociológico", defendendo a intervenção estatal como única capaz de coordenar o desenvolvimento econômico e garantir a soberania nacional (Amaral, 1930, p. 143)

Assim, Vargas estrutura o Estado Novo com um governo já direcionado em torno de uma liderança personalista, centralizada e sustentada por uma ideologia autoritária que colocava o Estado como o principal agente de organização da sociedade, conforme defendido pelos teóricos do regime. A seguir, aprofundamos a análise partindo da estruturação de como se deu esta consolidação política entre os ministérios, quem foram os apoiadores ativos no regime varguista e quais movimentações foram indispensáveis para o êxito destes projetos. Entenderemos aqui, a reorganização política que ocorre entre o Governo Constitucional (1934-1937) e o período do Estado Novo (1937-1945), sendo este último a junção de homens de pensamento que emergiram como apoiadores nos anos anteriores, somados às políticas públicas possíveis de implementação e variadas articulações estratégicas.

3.1 Os “homens de pensamento” e seu papel na construção do Varguismo

Conforme Pecault (1990), a tomada do poder articulada por Getúlio Vargas na década de 1930, caminha junto da necessidade de uma reorientação do país, que já vinha sendo questionada pelas elites. O Brasil sofria uma espécie de isolamento durante o período da República Velha (1889-1930), e se encontrava perdido na sua

identidade e em suas raízes culturais, em parte pela herança colonial e, em parte, pela ausência de uma construção identitária durante o federalismo. Como resposta ao isolamento, uma vontade de colocar a literatura a serviço da recuperação da nacionalidade e de fazer dela um instrumento de transformação social e política “abriu espaço para os intelectuais atuarem como força apoiadora neste processo de recriação institucional”. (Pecault, 1990, p. 22-23)

Assim, devemos destacar *o que são os intelectuais?* Segundo as ideias de Jean-François Sirinelli (2003), são possíveis duas definições para o conceito de “intelectuais”. No primeiro caso, como os criadores de ideias, onde estariam os jornalistas, escritores, professores secundários e eruditos, aqueles responsáveis pela criação; há também, por outro lado, a visão destes como os mediadores culturais, agentes transmissores, estes seriam os presentes em todos os processos de circulação e divulgação. (Sirinelli, 2003, p.242). Utilizando deste segundo viés para a análise do protagonismo destes indivíduos, é possível visualizar sua jornada intelectual e as funções destes na política varguista.

Além das manobras políticas e das reformas estruturais, os intelectuais do período desempenharam um papel crucial na legitimação da permanência de Vargas no poder. Aprofundaremos, a seguir, como alguns desses pensadores, ligados a correntes nacionalistas, fortaleceram no governo a base ideológica que sustentaria o projeto varguista de construção da “brasilidade”. Ao abordar as temáticas da brasilidade do período, autores literários como Gilberto Freyre, com sua visão de uma sociedade mestiça harmônica, e Azevedo Amaral, defensor de um Estado centralizador e forte, ajudaram a esclarecer a ideia difundida na época, de que o Brasil precisava de um líder capaz de guiar a nação em direção ao progresso. Esses autores não apenas forneceram um discurso teórico que justificava a intervenção do Estado em várias esferas da sociedade, como também colaboraram ativamente na produção de uma narrativa que tornava necessário moldar a identidade nacional e promover a coesão social através da política (Amaral, 1938; Freyre, 1938).

Além da literatura, no âmbito teórico-científico a parceria entre intelectuais e o Estado vigorou e, não só garantiu um verniz de legitimidade ao regime, mas também contribuiu para a difusão de uma visão de modernidade que consolidava Vargas como o símbolo máximo de um novo Brasil, mais integrado e progressista.

Falamos em parceria, uma vez que é indispensável a análise de que os intelectuais não foram apenas cooptados pelo Estado para exercer funções políticas, mas sim, exerceram uma troca de interesses e objetivos, onde estariam também se beneficiando do projeto político vigente e das pautas que passariam a ser difundidas. Como afirma Almir de Andrade,

O intelectual é eleito o intérprete da vida social, porque é capaz de transmitir as múltiplas manifestações sociais, trazendo-as para o seio do Estado, que irá discipliná-las e coordená-las (ANDRADE, Almir de. "Intelectuais e políticos". A Manhã, Rio de Janeiro, 23/01/1944, p. 4).

O nascimento de um novo movimento intelectual que busca resgatar os elementos próprios em sua conjuntura, a fim de introduzir uma nova interpretação do que é uma nação brasileira, torna-se parte do projeto político-ideológico posto em prática. (Andrade, 1944) Para isso, o levantamento da biografia dos intelectuais que atuavam na esfera desta construção cultural, assim como aqueles que assumiram diretamente funções no governo, é apresentado a seguir. Segundo a Biblioteca da Presidência da República (BRASIL, 1930 - 1944), são destaques os nomes a seguir:

Começamos com **Pedro Ernesto Batista (1884-1942)**, médico e político brasileiro, foi um dos líderes da Revolução de 1930 no Rio de Janeiro e tornou-se uma figura central na política carioca. Começou sua carreira como médico sanitário, ganhando reconhecimento por seu trabalho em saúde pública, e mais tarde ingressou na política como vereador e depois prefeito do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

Como aliado de Getúlio Vargas e membro do chamado "Gabinete Negro" — um grupo de políticos e intelectuais próximos de Vargas durante a Revolução de 1930 — Pedro Ernesto desempenhou um papel importante nas primeiras decisões do governo Vargas, trazendo pautas da mestiçagem e da inclusão racial dentro das esferas políticas e culturais.

Seguido de **Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor (1890-1942)** foi um dos principais articuladores da Aliança Liberal, movimento que lançou Getúlio Vargas como candidato de oposição nas eleições de 1930. Collor teve uma carreira inicial como advogado e professor de economia política e tornou-se um importante nome no cenário político do Rio Grande do Sul. Collor foi o responsável pela estruturação do Ministério do Trabalho, que veio a ser conhecido como o "Ministério da

Revolução” por seu papel na criação das bases da legislação trabalhista no Brasil. Suas iniciativas marcaram o início de um Estado interventor nas relações trabalhistas, alinhado ao projeto de Vargas de garantir o apoio das classes trabalhadoras.

Francisco Campos (1881-1968), jurista brasileiro, atuou no governo Vargas na autoria da Constituição de 1937, defendendo a visão autoritária e centralizadora do governo. Além disso, participou ativamente do governo Vargas no ministério da Educação (1930-1932), e no ministério da Justiça (1937-1945). Conforme os autores André Fraga, Mayra Lago e Thiago Mourelle (2022) em seu artigo “Interpretações sobre a Revolução de 1930: história e historiografia”:

Campos desempenhou um papel crucial na formulação ideológica do regime, promovendo a centralização do poder executivo e justificando o controle estatal sobre a imprensa e outras instituições, conforme suas visões sobre o papel regulador do Estado. (Fraga; Lago; Mourelle; 2022, p.44)

Azevedo Amaral (1892-1943) constitui o corpo pensante da política varguista. Sociólogo e jornalista, alinhava-se aos ideais pregados pelo Estado Novo. Defensor do termo “democracia autoritária”, via o Estado como o único mediador capaz de cessar conflitos sociais. Nomeado Ministro do Trabalho durante o Estado Novo, foi um dos responsáveis pelo modelo corporativista da política vigente, tendo também uma participação especial na estruturação do DIP, durante o mesmo período.

Almir de Andrade (1900-1961) foi mais um dos membros importantes do período, advogado, filósofo e crítico literário, atuou em diversos periódicos da época enquanto dedicava-se aos estudos de filosofia e psicologia. Editor-chefe da revista Cultura Política, principal periódico entre 1941 e 1945, divulgava e justificava os princípios ideológicos do regime Vargas. Sua revista era publicada pelo DIP, servindo para promover as ideias como a de que a Revolução de 1930 foi um marco para a definição da originalidade brasileira e a construção de uma nova fase política e cultural para o país. Antes mesmo de trabalhar para o governo, já anunciava em seu livro

Aspectos da Cultura Brasileira, publicado em 1938, que “a cultura brasileira despertou para uma vida nova, após a revolução de 1930” (Andrade, 1939, p. 7).

Oliveira Viana (1883-1951) acrescenta a lista de intelectuais apoiadores sendo possivelmente o aliado que mais agregou ao governo Vargas com seus saberes de sociólogo e professor. Atuou no Ministério do Trabalho defendendo os valores da política trabalhista e a “democracia autoritária” pregada pelo regime. Viana foi um dos responsáveis pela elaboração das bases do corporativismo no Brasil, promovendo a integração dos trabalhadores ao sistema estatal e ajudando a construir a ideologia que justificava o controle do Estado sobre as atividades sociais e econômicas por meio de artigos e ensaios que defendiam a superioridade do poder executivo em relação ao legislativo e ao judiciário.

Cassiano Ricardo (1895-1974), inicialmente vinculado ao movimento modernista brasileiro, mais tarde aproximou-se das ideias nacionalistas e autoritárias do regime, através de seus poemas e ensaios. Parte do carro chefe do DIP, trabalhava diretamente na criação da política cultural do Estado Novo.

Lourival Fontes (1899-1967) atuou como diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sendo uma das figuras centrais na construção e disseminação da imagem pública de Vargas como o "pai dos pobres". Fontes coordenava a propaganda oficial, controlando os meios de comunicação e moldando o discurso nacionalista que exaltava o governo. Sob sua direção, o DIP se tornou um poderoso instrumento de controle e manipulação de informações, utilizando o rádio, o cinema, a imprensa e outras formas de comunicação para difundir a ideologia do regime e consolidar a liderança centralizadora de Vargas.

Por fim, **Gustavo Capanema (1900-1985)** também atuou como ministro da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945, cargo no qual promoveu uma ampla reforma no sistema educacional e cultural do país. Sob sua liderança, o ministério se tornou um bastião da modernização cultural, com o incentivo a projetos que valorizavam o patrimônio cultural brasileiro, como a construção do edifício do Ministério da Educação, um marco da arquitetura modernista. Durante o Estado Novo, ele implementou importantes reformas no sistema educacional brasileiro e esteve à frente da organização do Plano Nacional de Educação.

Os intelectuais em cargos políticos, portanto, não apenas contribuíram para a gestão do governo, mas também ajudaram a solidificar o controle de Vargas sobre as instituições e a cultura popular, garantindo a permanência do presidente no poder,

e a vigência das ideias varguistas. Conforme discutido por Mônica Velloso (1990), em sua análise sobre os intelectuais da Era Vargas, a cultura popular não pode ser vista como algo que emerge espontaneamente, mas sim como resultado de processos de mediação por elites intelectuais e políticas. A autora explica que “Não podemos pensar a ação da cultura popular de uma maneira isolada, como se o resgate de alguns elementos se desse a partir de sua própria força”, pois existem elementos externos que conduzem estas práticas e pensamentos. Estes elementos serão compreendidos através da figura do intelectual. (Velloso, 1990 p. 13-36)

No que tange a construção de um ideal nacional, os intelectuais, desde sua chegada na política, até a consolidação do nacionalismo do período varguista, terão sempre uma posição de destaque. Para Foucault e Deleuze (1972), os intelectuais estabelecem uma relação complexa com o poder, eles se autoproclamam como agentes da “consciência”, aderem o discurso de guila, em detrimento das massas, por vezes entendida como apolíticas ou pouco interessadas. Fato este, que deve constantemente ser revisitado durante o processo de compreensão do papel do intelectual. (Deleuze; Foucault, 1972)

Para complementar esta problemática acerca da análise de intelectuais, as ideias de Michel Foucault (1999) serão trazidas, onde o autor propõe que, no passado, o intelectual se via como uma espécie de **intelectual universal**, aquele que detinha o conhecimento e a moralidade necessários para representar grandes causas. Entretanto, a partir do século XX, houve uma transformação para o que ele chama de **intelectual específico**, ou seja, aquele que não fala mais em nome de uma classe ou de um todo universal, mas que se envolve em causas particulares e práticas mais próximas de sua expertise (ciência, medicina, educação, etc.). Para Foucault, o intelectual específico tem mais impacto ao atuar nas margens do poder e nos pequenos pontos de resistência, em vez de propor grandes narrativas ou teorias universais. Ou seja, o poder não está centralizado, mas disperso em micro-relações na sociedade, e é precisamente nessas micro-relações que o intelectual específico pode intervir. (Foucault, 1999)

Os agentes intelectuais aqui citados, portanto, passam a ser definidos entre seus iguais como os seres capazes de diagnosticar nossas fragilidades e direcionar a uma “lucidez” (Velloso, 1990). Para embasar as medidas do Estado Novo, por

exemplo, os intelectuais trabalharam fortemente junto ao governo federal para um alinhamento de ideais, onde nomes como Alberto Torres, um dos percussores do pensamento autoritário, passava a ganhar espaço. Alberto Torres defendia que o Brasil precisava de um governo central forte, capaz de organizar a sociedade e promover o desenvolvimento econômico e social. Ele acreditava que as elites locais e os interesses regionais enfraqueciam o país, argumentando que uma liderança centralizada e forte era necessária para construir uma nação coesa. Essa ideia foi essencial para o pensamento autoritário de Vargas e se refletiu na centralização de poder no Estado Novo.

Pensadores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, ambos apoiadores do Estado Novo, foram fortemente influenciados pelas ideias de Torres. Eles adaptaram seu pensamento à realidade do governo Vargas, ajudando a consolidar a visão de um Estado centralizado, protetor e interventor, que suprimia o conflito de classes e promovia a "harmonia social" sob o controle do Executivo. Nesse sentido, Pecault (1990) destaca que os intelectuais do período contribuíram ativamente para legitimar o autoritarismo, apresentando o Estado como o principal agente organizador da sociedade.

Ao analisar o Estado Novo de Vargas, podemos aplicar as teorias de Lamounier (1990) para entender o papel dos intelectuais que apoiaram Vargas na criação e legitimação de um governo autoritário. Como o autor afirma: "Os intelectuais brasileiros desempenharam um papel crucial ao fornecer as bases ideológicas para a centralização do poder e a construção de um Estado forte" (Lamounier, 1990, p. 22). De acordo com Lamounier, alguns intelectuais do período como Francisco Campos e Azevedo Amaral, viam o autoritarismo como uma solução eficaz para a crise do liberalismo brasileiro. Eles ajudaram a fortalecer a ideologia de que o Estado Novo representava uma nova ordem de estabilidade e modernização, algo que se alinha com a visão de Lamounier sobre o autoritarismo como uma resposta à incapacidade das instituições liberais em resolver problemas internos. (Lamounier, 1990)

Esses intelectuais agiram como "construtores ideológicos" da "ideologia de Estado" descrita por Lamounier, defendendo a ideia de que o poder deveria ser centralizado e que a democracia poderia ser dispensável para alcançar o progresso

e a unidade nacional. Com base na análise do autor, é possível entender que, na perspectiva política, os intelectuais do Estado Novo foram fundamentais no processo de legitimação de uma ordem autoritária e no desenvolvimento de um discurso que via o governo centralizado de Vargas como indispensável para a modernização do Brasil. Vargas rompeu com a dependência cultural europeia, promovendo a ideia de um Brasil autêntico e distinto, exorcizando o passado colonial e afirmando a **brasilidade** como eixo central. (Lamounier, 1990)

Quanto à crítica tecida aos intelectuais, embora houvesse, de fato, o espaço de protagonismo dedicado a eles com poderes políticos e autoridade concedida, Getúlio Vargas, mais precisamente durante o Estado Novo, vai provocar os intelectuais, convidando-os a “descer da torre de marfim, e frequentar a arena” (Vargas, 1938), ao postular que os pensadores do período não podem apenas orientar e fomentar ideias, sem saber a realidade, sem frequentar os ambientes sociais reais. Além da concepção da “torre de marfim” representar o status designado aos intelectuais no país, utilizaremos também de dois conceitos para visar a ação e a reação dos usos da cultura popular e práticas educativas como instrumento político, analisando a junção dos “homens de pensamento” (intelectuais) e os “homens de ação” (políticos). (Vargas, 1943).

Junto a isso, é pertinente a retomada das ideias de Foucault e Deleuze (1972), que corroboram ao argumentarem que é um erro ver as massas como incapazes de ação ou decisão política. Em vez disso, eles sugerem que as massas têm formas próprias de resistência, que não se manifestam necessariamente nos moldes tradicionais da política (como votar, participar de partidos ou sindicatos). Elas resistem, negociam e agem conforme suas próprias condições e contextos. Os intelectuais, portanto, não deveriam se colocar com os “guardiões” ou “salvadores”, mas como parceiros nas lutas específicas.

3.2 Mecanismos da legitimação e difusão do nacionalismo: a imprensa e a educação

A compreensão de como os intelectuais atuaram na criação de projetos culturais e pedagógicos dentro da política é o ponto de partida deste capítulo. Analisar os indivíduos, as políticas sociais e econômicas aplicadas para a

consolidação do regime auxilia a concernir parte da complexidade da política varguista, assim como o tamanho de seu êxito. A educação formal, liderada por Capanema, junto do controle dos meios de comunicação mediados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) são exemplos claros de como a cultura popular foi instrumentalizada para legitimar o Estado Novo, em momentos que serão explicitados em seguida. Tornando claro o empenho do governo no sentido de utilizar as manifestações da cultura popular como canal de disseminação da ideologia oficial. Como comenta Mônica Velloso “No Estado Novo, a questão da cultura popular, a busca das raízes da brasilidade, ganha outra dimensão. O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e reflexão.” (Velloso, 2013, p. 172, citado em Cury, 2002, p. 251)

O primeiro aspecto importante a ser mencionado sobre as políticas do Estado Novo, aborda o investimento em educação e cultura. O governo de Vargas reconhecia que a educação era fundamental para o desenvolvimento do país e para a construção de uma identidade nacional forte. Nesse sentido, foram implementadas reformas no sistema educacional, com a criação de novas escolas e universidades e a ampliação do acesso à educação para a população, sendo enfatizadas pelos jornais locais:



Figura 2: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): “A Reconstrução Educacional no Brasil ao povo e ao governo” publicado no Jornal Diário de Pernambuco, de 23 de março de 1932, na capital do Estado, Recife

A notícia exibida mostra como eram elaboradas as manchetes para comunicar à população sobre as movimentações do governo, utilizando termos como “ao povo e ao governo”, torna-se possível identificar os traços marcantes do tipo de construção que está sendo objetivado pelos veículos de informação do

governo Vargas. Entre estes, destacaremos o papel fundamental do DIP (Departamento de imprensa e propaganda) dentro do período, como difusor principal das reformas educacionais de Capanema.

Enquanto se formulavam as atribuições dos departamentos, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – ao mesmo tempo em que exercia a censura – era o mesmo órgão que abria novas e importantes frentes de comunicação no campo da atividade cultural publicando jornais, revistas, e empregando intelectuais das mais diversas posições ideológicas. O projeto do Estado Novo ocupou espaços novos da vida intelectual brasileira e muitos estudiosos da época ganharam um espaço institucionalizado para a promoção de pensamentos.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas implementou diversas estratégias para moldar a juventude brasileira conforme os ideais nacionalistas e autoritários do regime. Uma dessas iniciativas foi a criação de materiais educativos, como cartilhas, destinadas a inculcar valores cívicos e patrióticos nas crianças. Por exemplo, a cartilha "Getúlio Vargas: o amigo das crianças", buscava aproximar a figura de Vargas das crianças, apresentando-o como um líder benevolente e paternal. Essas cartilhas eram ferramentas de propaganda que exaltavam o nacionalismo e promoviam a figura do presidente como um modelo a ser seguido. (Schmitz; Costa, 2017)

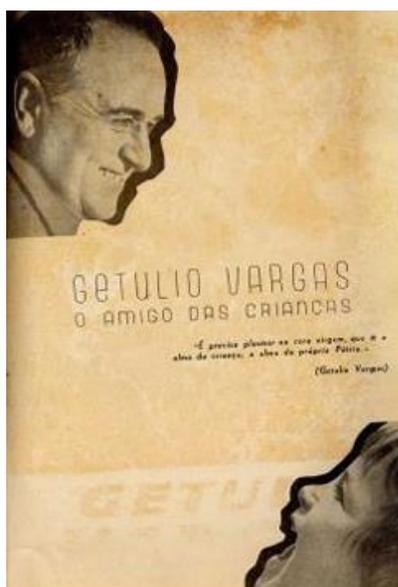


Figura 3: Capa cartilha Getúlio Vargas o amigo das crianças. FONTE: CPDOC/FGV, acervo digital (2023)

Utilizando linguagem acessível e ilustrações atrativas (Figura 3), essas cartilhas apresentavam Vargas como uma figura paternal e benevolente, associando sua imagem à proteção, ao progresso e ao bem-estar do povo. Além de exaltar o presidente, os materiais reforçavam valores como disciplina, obediência, civismo e trabalho, promovendo uma identidade nacional unificada desde a infância. Essa estratégia refletia a preocupação do governo em moldar futuras gerações alinhadas à ideologia do Estado Novo, consolidando o culto à personalidade e fortalecendo a centralização política através da educação e da cultura.

A cartilha destaca, entre outras falas do presidente, o desejo imenso de Getúlio em ver a nova geração como os verdadeiros patriotas. Agora que já apropriados da bandeira, do hino nacional e do “verdadeiro Brasil”, as futuras gerações seriam incumbidas da tarefa de reverberar o nacionalismo em todas as partes do país. A seguir, um trecho da cartilha que menciona o patriotismo esperado:

Não se erguia em cada coração um altar da pátria. Não se falava na grandeza da unidade do Brasil e não se explicava às crianças que o Brasil é assim por força do heroísmo dos nossos antepassados que não estavam presos a mesquistas ideologias bairristicas.

Não se trabalhava pelo Brasil; o pouco que faziam era pela propria regioao, mas velo o Presidente Getulio Vargas tornar o brasil mais brasileiro e mais brasileiro todos que nasceram no Brasil!
E o Brasil aí está soberbo na sua unidade com o seu unico hino, e sua unica bandeira! (p.9)

Além da educação e da propaganda nacionalista, é pertinente ressaltar como o Estado Novo implementou uma série de políticas econômicas e sociais que visavam modernizar o país e melhorar as condições da população. Um exemplo disso, são as políticas de industrialização, com a criação de empresas estatais e o incentivo ao desenvolvimento de indústrias nacionais. Unindo os ideais da política de industrialização, o fomento de informações mediado pelo D.I.P. e as reformas educacionais, o projeto político-ideológico passa a ser aplicado e aderido pelos cidadãos de forma gradual. O Estado Novo enraizou essa ideia ao seu projeto políticoideológico, de modo que seu aparelho estatal “por sua vez, imbuído de uma função ética, visava elevar a população a um nível intelectual e moral que correspondesse ao avanço da industrialização e da modernização” (Goulart, 1990, p. 21).

Outro ponto a ser explorado e analisado abrange a cultura popular. Falaremos aqui, de momentos patrióticos, do fomento da brasilidade no cotidiano, do futebol e do nacionalismo explorado por estes agentes. Entendendo a cultura popular como um conjunto de práticas aderida voluntariamente por um grupo que partilha o mesmo território, torna-se possível compreender o porquê destas práticas terem atraído o governo Vargas, e os demais subsequentes. (Domingues, 2011)

Por exemplo, em 1942, a Reforma Capanema consolidava no país a reestruturação educacional. A reforma estruturou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, com mais três anos, este último dividido em opções clássica e científica. A profissionalização também foi incentivada, com a criação de cursos técnicos voltados para atender às demandas do mercado e à industrialização crescente no Brasil.

A centralização administrativa intensificada fomentou valores sociais e novos padrões a serem implementados no cotidiano, com maior controle do Estado sobre as instituições educacionais, alinhando o sistema educacional ao projeto político e cultural do Estado Novo, que visava criar um modelo de educação integrado ao desenvolvimento econômico e à ideologia autoritária do regime (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

Euvaldo Lodi, um dos intelectuais que corroborou na reforma educacional, constrói seu pensamento buscando vincular intimamente economia e educação, onde articula a capacidade técnica de enfrentar os “genuínos” problemas nacionais. Além disso, é visto como um acerto ao Brasil a junção de recursos pedagógicos e trabalhistas, expondo sua preocupação com a flexibilidade:

O princípio que impele a buscar o mais alto rendimento por unidade de capital obriga, num país subdesenvolvido e em expansão, que requer cada dia mais especialização, a orientar o ensino vocacional correspondentemente, sem perder de vista que um mínimo de conhecimentos comuns nos setores profissionais é indispensável para assegurar a flexibilidade conveniente a uma economia em que o mercado de trabalho se caracteriza ainda por grande instabilidade. (Lodi, 1952, p.38-9)

Euvaldo Lodi (1952) defendia um modelo de educação voltado para a formação técnica e profissional, alinhado aos interesses do setor industrial. Ele via a educação como um investimento estratégico para o desenvolvimento econômico e

não como um direito universal. Em seu discurso, Lodi argumentava que a formação de trabalhadores qualificados era essencial para a consolidação da industrialização,

Entre as mudanças mais relevantes, destaca-se a obrigatoriedade da educação física no currículo, reforçando o ideal de formação física e moral do cidadão. A reforma priorizou disciplinas como História e Geografia, com enfoque no estudo do Brasil, para consolidar a identidade nacional. Além disso, regulamentou a formação docente, exigindo maior qualificação dos professores e estabelecendo padrões para os materiais didáticos.

Capanema expôs, na ocasião do discurso proferido durante as comemorações do centenário do Colégio Pedro II, em 02 de dezembro de 1937, menos de um mês após o início do Estado Novo, que a nova política educacional a ser implementada, teria como orientação principal o sistema educacional passar a ser “o centro de preparação integral de cada indivíduo, para o serviço da nação” (Horta, 1994, p.165). Assim, o governo estabelecia três principais prioridades: a educação física, a educação moral e o canto orfeônico.

No período do Estado Novo, o esporte para os intelectuais do período serviria como uma ligação entre o Estado e a juventude, como explica Drumond (2009),

A ligação do Estado com a juventude através do esporte tinha como um de seus objetivos formar o “novo homem nacional” através da educação física, moral, cívica e eugênica. A nova “raça brasileira” idealizada pelos intelectuais estado-novistas era representada por esses jovens sadios. Dessa forma o regime se apresentava como produtor de uma nova estirpe de brasileiros, de uma raça bem constituída, forte e perseverante. Em um período no qual a própria ideia da formação e da identidade do povo brasileiro estava sendo redefinida, acreditava-se que o Estado teria papel fundamental em moldar a nova geração de brasileiros, transformando-os na base de um país a progredir. (Drumond, 2009, p. 405)

Através dos veículos oficiais do regime, como a revista Cultura Política (direção de Almir de Andrade) e o jornal A Noite (direção de Irineu Marinho) é possível tomar dimensão da eficiência do Estado na montagem do seu projeto cultural e, portanto, visualizar a história desejada, lançada e disseminada para a sociedade. Sabendo que existiram diversos materiais de imprensa circulando no período, destacaremos alguns dos que se dedicaram à promoção da reforma educacional, da disciplina de educação física no currículo formativo e do futebol como elemento formador da brasilidade, no viés do jornal e no viés da revista. O

jornal *A Noite* veiculava conteúdos alinhados ao discurso nacionalista e ao culto à figura de Vargas, promovendo suas ações e políticas públicas como instrumentos de modernização e desenvolvimento nacional. Portanto, o jornal *A Noite* foi não apenas um veículo de propaganda, mas também um espaço de produção e disseminação cultural, marcado pela presença de intelectuais que, mesmo em diferentes momentos e graus de envolvimento, reforçaram as bases do projeto político-ideológico de Vargas. O mesmo ocorreu com a revista *Cultura Política* que contou entre os seus colaboradores com o militar e historiador Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e até com o escritor opositor de Vargas, Graciliano Ramos.

- **Revista Cultura Política (1941 - 1945)**

A revista *Cultura Política*, mediada pelo DIP durante os primeiros anos da década de 1940, teve profunda influência na formação de ideias e na difusão de informações sobre o governo Vargas e seus desdobramentos. Atuando como um tipo de “portal de comunicação” das movimentações do governo, a revista tinha incluída em todas as suas edições uma seção dedicada ao presidente Vargas, apresentando seus últimos movimentos e algum posicionamento oficial de Getúlio sobre o contexto atual.

A revista foi fundada em 1941, no Rio de Janeiro, então capital federal, sob a direção do jurista e intelectual Almir de Andrade, que também era consultor jurídico do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP, criado em 1939, era o órgão responsável pela censura, controle e produção da propaganda oficial do Estado Novo, e foi o patrocinador direto da revista. Embora a revista tivesse uma aparência de produção cultural autônoma, ela era inteiramente subordinada ao DIP, sob o comando de Lourival Fontes, chefe do departamento e articulador das ações de propaganda do governo Vargas. Portanto, o verdadeiro proprietário da revista era o Estado brasileiro, por meio do DIP.

A Revista *Cultura Política* circulava no Rio de Janeiro, sendo distribuída também em outras capitais do país, especialmente entre intelectuais, professores, militares, funcionários públicos e líderes sindicais, formadores de opinião que o governo buscava influenciar. A revista tinha uma periodicidade mensal e foi publicada de março de 1941 até outubro de 1945, totalizando 50 edições. Sua

tiragem variava, mas era considerada relativamente grande para os padrões da época, alcançando uma elite letrada.

A publicação reunia textos de intelectuais ligados ou simpáticos ao regime, abordando temas como cultura, política, história, economia e educação, sempre sob a ótica do Estado Novo. Entre seus principais colaboradores estavam Francisco Campos, Cassiano Ricardo, Azevedo Amaral e Viana Moog. A revista se consolidou como uma das principais vitrines intelectuais do Estado Novo, responsável por legitimar o regime e construir uma narrativa ideológica que valorizava a centralização política, a figura de Vargas como líder carismático e a modernização conservadora do Brasil.

Além disso, a revista contava com seções de informação e apresentação de diversos temas fornecendo esclarecimentos e apresentando pedagogicamente cada setor, as seções de “Indústria”, “Trabalho”, “Economia”, “Administração” e “Justiça”, abordavam as questões trabalhistas dos brasileiros, as últimas modificações nas leis de trabalho e os efeitos positivos das mudanças na economia e no desemprego. Setores como “História”, “Filologia”, “Literatura”, “Folclore”, “Museus”, “Biografias” e “Educação”, apresentavam algum conteúdo didático, indicações de leituras, apresentações de intelectuais e suas jornadas, ofertas de espaços educacionais para visitação, além de apresentar a cultura de diferentes regiões do país, a fim de expandir o conhecimento sobre todas as regiões do Brasil. Além destes, as edi es da revista contavam com um setor dedicado às “Atividades culturais do DIP”, onde constavam as censuras aplicadas, o que estava apto a circular e o que havia deixado de circular, eventos promovidos e a cobertura do governo nestes locais.

A se o que daremos maior aten o neste momento refere-se a “Educa o”, onde, ao longo dos anos 40, vai gradativamente informando os brasileiros a importância de uma reforma educacional, e dentro dela, apresenta elementos do patriotismo como a letra do hino nacional, textos pedagógicos explicativos sobre o processo de independência do Brasil, a apresenta o da Amazônia, e junto disso, ressalta a instaura o da disciplina de educa o física como parte fundamental na forma o dos jovens e na implementa o da cultura brasileira moderna. A edi o de n  35, de 1942, apresenta a importância da bandeira do Brasil e de inseri-la dentro das residências, com o capítulo intitulado “A bandeira, a democracia e o Estado

Nacional”, onde Almir de Andrade ressalta os combatentes da 2ª Guerra Mundial, e explica como o verde e amarelo passaria a ser ainda mais rico dentro do território brasileiro e do mundo

[...] combateram com a bandeira e pela bandeira e da formação de um patrimônio de conquistas morais, culturais e políticas. Ao lado dessa significação histórica, tem o culto da bandeira um outro conteúdo mais atual: traduz uma promessa de continuidade no tempo, uma reafirmação do próprio espírito da independência nacional. (Andrade, 1943, p.7)

Outro tópico que ganha destaque nas edições refere-se a apresentação da reforma Capanema, e da implementação da disciplina de Educação Física no currículo obrigatório. Tratando-se de um conteúdo novo, as edições posteriores tiveram a seção “Educação” dedicada a explorar os fundamentos da educação física, as regras gerais do esporte e os efeitos positivos dos jogos para o desenvolvimento do cidadão por inteiro, para apresentá-la ao público leitor. Na edição nº 32 de 1943, é apresentado o texto “A educação física”, de F. Venâncio Filho, abordando os benefícios do esporte e como os espaços educativos tendem a ganhar com a implementação desta disciplina no currículo, apontando temas como a saúde, a postura, o alívio de estresse e a interação social como principais pontos a serem explorados. (Filho, 1943)

Já na edição nº 38 de 1944, o texto intitulado “Evolução da educação física no Brasil”, de Inezil Pena Marinho, o autor explica os fundamentos da educação física e seus efeitos positivos nos estudantes, assim como a evolução da educação física vindo da Europa, e dos esportes praticados em outros países, que passariam a ser praticados no Brasil com maior instrução. (Marinho, 1944)

A edição nº 41 de 1944, intitulado “A Imitação na Educação Física”, de Nair Forte Abu-Mehry, tem fundamentos científicos e psicológicos de como uma atividade de repetição pode ser positiva para o corpo humano, e que a imitação de um movimento é uma forma evoluída de ensinar e aprender habilidades motoras, trazendo referências estadunidenses e canadenses, o autor deste capítulo fortalece que, desta disciplina curricular, podem sair grandes astros da imitação e até da criação de movimentos. (Abu-Mehry, 1944)

Além destes, na edição nº 50 de 1945, intitulado “A educação física, elemento indissociável da educação, novamente produzido por Inezil Pena Marinho, os elementos explorados da educação, do patriotismo e da disciplina de educação

física, aparecem fundidos em um texto extenso e detalhado sobre a importância da educação física como forma de moldar os cidadãos brasileiros fisicamente (como soldados), psicologicamente (como indivíduos dotados de personalidade e iniciativa) e dotado do espírito de equipe, onde todos os brasileiros “jogam ao mesmo lado”, onde finaliza ao trazer que

Nós precisamos possuir técnicos, muitos técnicos e, para consegui-los, devemos melhorar o nosso grau de cultura, melhorar as condições de saúde e de educação de nosso povo. E aqui caberá à Educação Física situação de relêvo. É preciso que nos convençamos de que cada Professor de Educação Física é um soldado do Brasil, soldado que luta não apenas em tempo de guerra, mas também na paz, soldado que luta sempre, incessantemente, com o fim de tornar o Brasil de nossos filhos e netos maior que o dos nossos pais e avós. (Marinho, 1945 p.185)

A recorrência com que a revista se dedica a ensinar e justificar os fundamentos da educação física chama atenção. Sendo uma disciplina relativamente nova no currículo escolar, sua introdução exigia não apenas explicação, mas também embasamento teórico para ser legitimada junto ao público. Utilizando-se de temas como a guerra, a independência do Brasil e a necessidade de unificação nacional, os especialistas envolvidos argumentavam que o esporte tinha o potencial de promover essas qualidades, funcionando como uma ferramenta pedagógica estruturada para atingir esses objetivos. Nesse contexto, o protagonismo do esporte cresceu entre as elites, consolidando-se como uma prática cada vez mais difundida dentro e fora dos espaços educativos. A disseminação do esporte foi impulsionada pela elaboração de normas e explicações pedagógicas que destacavam sua relevância, além de fornecerem regras claras para garantir jogos organizados e de qualidade.

Assim, se há um processo de seleção e recriação de símbolos, ritos e práticas, a legitimidade buscada fundamenta-se em fatos e valores preexistentes, que devem ser observados e respeitados, para então serem tratados pela propaganda oficial. É neste difícil equilíbrio que a diversidade social pode se transformar em homogeneidade, que inclui áreas significativas de unidade cultural. Neste quesito, o esporte vai servir como uma potente ferramenta para o almejado equilíbrio.

Nesse sentido, é preciso uma racionalização quanto ao papel dos intelectuais como transmissores e difusores de ideias do governo, mas não como

criadores de pensamento, ou até mesmo seres capazes de movimentar as massas. Estes seriam, portanto, indivíduos dotados da capacidade de comunicar as ideias que representavam o plano político do Estado de forma didática para a sociedade. É o caso do capítulo intitulado “Sentido político e biológico da educação física” promove a disciplina curricular da educação básica como um dos pilares na constituição do Homem como um todo. Define que os esportes, e em especial o jogo, são instrumentos de aprendizagem que moldam no indivíduo valores universais. Citando exemplos de países da América do Norte, Peregrino Junior destaca os valores de espírito que somente um jogo pode desenvolver nos jovens brasileiros: cooperação, obediência, postura correta, capacidade de lidar com perdas e frustrações, habilidades motoras e socioemocionais, tudo ao mesmo tempo durante uma partida. Além de tudo, os benefícios a saúde proporcionados pelo esporte são amplamente explorados na publicação

[...] a aprendizagem se opera quando haja atividade interessada, isto é, que se produza de dentro para fora, como expansão de tendências e impulsos naturais. O jogo suscita todas as condições dessa aprendizagem real. Ele oferece ocasião para a prática da solidariedade, da compreensão do valor do grupo, do respeito às regras de uma atividade conjunta, e isto é “educação cívica” no melhor sentido da expressão. (Revista Cultura Política, ed. 14, p.11)

Lourenço Filho, parte contribuinte do capítulo, adiciona que “apresenta oportunidade ao jovem para o exercício da lealdade, para consigo e para com os outros; para o esforço porfiado, no sentido de vencer, vencendo a si mesmo; para estima da limpeza do corpo e do espírito; para a modéstia e para a tolerância; para a disciplina pronta e conciente; para a iniciativa, a coragem, o valor. E tudo isso é “educação moral”. (FILHO, 1942, p.158)

• **Jornal “A noite” (1937 - 1945)**

O jornal foi fundado em 18 de julho de 1911, na cidade do Rio de Janeiro, por Irineu Marinho, jornalista e empresário que mais tarde fundaria o Grupo Globo. O objetivo inicial de Irineu Marinho era criar um jornal vespertino que oferecesse notícias frescas no fim do dia, uma inovação para a época.

Depois da morte de Irineu Marinho, em 1925, o jornal passou por várias mãos até ser adquirido pelo governo Vargas, em 1940, como parte de uma

estratégia de fortalecimento da máquina estatal de comunicação e propaganda. Assim, o jornal passou a ser controlado pelo Estado, por meio do Departamento Nacional de Propaganda (antecessor do DIP) e posteriormente pelo próprio DIP. Circulava amplamente no Rio de Janeiro, mas também tinha grande alcance em outras cidades brasileiras, sendo considerado um dos jornais mais lidos do país durante as décadas de 1930 e 1940.

Como jornal diário, *A Noite* tinha periodicidade diária, com edições vespertinas, que se tornaram sua marca registrada, especialmente apreciadas por trabalhadores e profissionais que buscavam informações após o expediente. Sob controle estatal, o jornal foi usado como veículo de divulgação das políticas do governo e da propaganda oficial do regime Vargas. Funcionava como instrumento de apoio às campanhas do Estado Novo, promovendo notícias favoráveis ao governo e abafando críticas ou manifestações de oposição.

Além disso, foi ao lado de *A Noite* que se organizou a primeira grande agência pública de notícias do Brasil, a Agência Nacional, criada em 1937, que utilizava a estrutura do jornal para distribuir notícias e informes oficiais para todo o país. Embora tenha contado com jornalistas importantes em sua trajetória inicial, após a estatização perdeu boa parte de sua independência editorial. Durante o Estado Novo, passou a ter um caráter fortemente oficialista e propagandístico.

O jornal *A Noite*, durante o período do Estado Novo (1937-1945), refletia o alinhamento do regime varguista em temas como educação, esporte, futebol e brasilidade. Esses assuntos eram abordados de maneira estratégica, reforçando a ideologia nacionalista promovida por Getúlio Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que visava criar um senso de identidade e unidade nacional. O jornal também explorava a relação entre cultura e educação, destacando iniciativas culturais que integravam a ideia de brasilidade e incentivando a leitura de autores nacionais como forma de fortalecer o vínculo com a identidade brasileira, além de ter maior enfoque nas pautas esportivas do país, trazendo diariamente novas atualizações do esporte.

O jornal *A Noite* atuou como um dos porta-vozes da ação do Estado na exibição do esporte para as grandes massas, entendendo que a democratização ao acesso das partidas era uma forma de propagar o futebol no Brasil. O anúncio da

retransmissão da partida por altofalantes colocados em pontos da cidade, destacando que ela possibilitará aos cariocas acompanharem os mínimos detalhes do jogo, é dado pelo jornal:

A PHILIPS DO BRASIL retransmitirá hoje, em combinação com o Radio Club do Brasil (P.R.E.-3), directamente de Buenos Aires, a partida entre o Brasil e Argentina, em disputa do Campeonato Sul-Americano. Poderosos altofalantes monta- 159 dos na Esplanada do Castello, retransmitirão todo o desenrolar do sensacional prélio, afim de que o publico Carioca possa acompanhar essa empolgante luta nos seus mínimos detalhes. A retransmissão se fará ½ hora antes do inicio do jogo, isto é, às 21 ½ horas. (A noite, 30/1/37, p. 7)

Em outra reportagem, A Noite dimensiona o crescimento do interesse pelo futebol nos anos 1930 e a ideia de que os jogadores representam a nação:

A batalha Brasil x Argentina, temos frisado, é a maior do campeonato que marcou o conceito do football moderno no espírito das massas. As enchentes verificadas nos grandes jogos, vieram positivar que essas competições são realmente, as que interessam ao publico. (...) Tendo conseguido um cartaz inconfundível, o nosso seleccionado pôz em foco, em todo o continente, o nome do Brasil. E de victoria em Victoria, mostrou esse "onze", com energia, technica e disciplina, o progresso do nosso "soccer". (idem)

A seleção brasileira perdeu por 1 a 0, provocando um segundo jogo, disputado no dia 1 de fevereiro. Depois de 90 minutos de jogo e mais 30 minutos de prorrogação, o Brasil perdeu por 2 a 0, dois gols de De La Mata, um em cada tempo da prorrogação. A Noite estampou na capa: "Jogou-se hontem em Buenos Aires a maior partida de football de todos os tempos". "Uma colossal multidão no estádio e milhões de pessoas ouvindo o radio" (A NOITE, 2/2/37, p. 1) Sugerimos que a novidade tecnológica da transmissão internacional, aliada à expectativa de vitória, favoreceu o tom da narrativa.



Figura 4: Capa do jornal A Noite, Edição de 2 de Janeiro de 1940, p. 01 (Capa)

A partir de 1940 é possível diagnosticar um maior surgimento de informações sobre o futebol, assim como maiores explicações sobre clubes e o regramento do esporte passam a ser encontradas nas edições posteriores. O esporte, especialmente o futebol, ganhou grande destaque nas páginas de A Noite, pois Vargas e o DIP reconheciam seu potencial de mobilização e de construção de um sentimento de identidade coletiva. O jornal abordava o esporte como um símbolo de brasilidade. As vitórias em competições eram exaltadas como conquistas do país, não apenas do time ou dos atletas.

Nesse sentido, foi promovida pelo Jornal A 2ª Olimpíada Universitária Brasileira, convocando a todos os estudantes para este “espírito de brasilidade”. Promovendo o seguinte texto:

A NOITE já divulgou em linhas gerais o plano esboçado pela Federação Universitária Paulista de Esportes para a realização da 2ª Olimpíada Universitária Brasileira. A entidade bandeirante pretende levar a efeito um certame completo e atraente, reunindo na capital do Estado todos os estudantes do Brasil que praticam sports. Do seu boletim n.2 de propaganda consta o seguinte convite:
ESTUDANTES DO BRASIL!
Os jogos da 2ª Olimpíada Universitária Brasileira estão definitivamente marcados para a segunda quinzena de março proximo.

Venham a São Paulo para a maior confraternização da mocidade universitária brasileira.

Aqui estarão presentes, para assistir essa verdadeira demonstração do espírito da brasilidade, o senhor presidente da República, que abrirá solenemente os jogos; o sr. Ministro da Educação e Saúde e o sr. Interventor federal do Estado de São Paulo, além de outras altas autoridades do país.

Colegas do imenso e querido Brasil ! São Paulo vos espera de braços abertos. "*Mens sana in corpore sano*".

(A Noite, 1940, ed. 10083, p. 07)

A citação evidencia como o jornal *A Noite*, em consonância com o projeto político-ideológico de Vargas, promoveu o esporte como um símbolo de brasilidade e um meio de reforço dos valores cívicos e patrióticos. A ênfase na 2ª Olimpíada Universitária Brasileira como um evento de "confraternização da mocidade universitária brasileira" e uma "demonstração do espírito da brasilidade" reflete a estratégia de vincular o esporte à coesão nacional e à formação de uma juventude saudável, unida e comprometida com os ideais do regime. A frase latina *mens sana in corpore sano* (mente sã em corpo sã) sintetiza o objetivo de promover virtudes como disciplina, esforço coletivo e saúde física como características desejáveis nos cidadãos brasileiros.

A presença anunciada de figuras como o presidente da República, o ministro da Educação e Saúde, e o interventor federal destaca o uso político do esporte para legitimar e fortalecer a autoridade do governo. Nesse contexto, o esporte transcende sua função recreativa para se tornar uma ferramenta de construção identitária, capaz de reunir diferentes regiões do país em torno de uma ideia compartilhada de nação. Ao convocar "os estudantes do imenso e querido Brasil", o evento reforça o ideal de integração territorial e social, promovendo uma brasilidade que combina competição saudável, patriotismo e valores éticos.

Essa narrativa se alinha à tentativa do governo Vargas de consolidar a unidade nacional por meio de eventos culturais e esportivos, projetando o esporte como um espaço de virtudes coletivas e como uma metáfora para a força, a harmonia e o progresso da nação. Dessa forma, o esporte vai, gradativamente, sendo vinculado ao projeto de nacionalismo cultivado no "novo cidadão".

Há, inclusive, na edição 11.967, de 8 de Junho de 1945, uma matéria intitulada

“Getúlio Vargas e o sport”, onde permeia o agradecimento direto de profissionais da educação física ao presidente pelo seu empenho na ampliação de investimento na área da educação física e nos esportes do Brasil

O presidente da Federação Metropolitana de Remo salientou os grandes serviços prestados ao esporte brasileiro pelo governo Getulio Vargas, com a criação do Conselho Nacional de Desportos, o desenvolvimento entre nós da educação física e outras medidas de ajuda direta ou indireta às organizações desportivas do país. O “esporte nacional”, como bem afirmou o Sr. Rivadavia Correa Meyer, em sua saudação ao presidente da República, acha-se presentemente em nível técnico que jamais atingiria anteriormente a essa realização devemos-la em grande parte ao constante interesse e amparo do chefe da Nação, que por isso mesmo goza do maior prestígio nos círculos desportivos, os quais já se habituaram em ver S. excia. Um amigo dedicado e verdadeiro do esporte nacional. (Jornal A Noite, ed. 11967, P. 15)

O trecho acima evidencia como o governo de Getúlio Vargas utilizou o esporte como instrumento político-ideológico para fortalecer sua imagem e consolidar o nacionalismo promovido durante a sua gestão, particularmente no período do Estado Novo. A criação do Conselho Nacional de Desportos e o incentivo à educação física demonstram o interesse estratégico em integrar o esporte à formação moral, cívica e física do "novo cidadão brasileiro". O reconhecimento público do presidente como um "amigo dedicado" ao esporte nacional reflete a construção de Vargas como um líder próximo do povo, associado não apenas ao progresso político e econômico, mas também à modernização cultural e social.

Essa presença marcante do presidente nos espaços esportivos remonta à profissionalização do futebol em 1933, um marco que simbolizou a valorização do esporte como elemento de brasilidade e coesão social. No contexto dos anos 1940, essa política alcançou novos patamares, consolidando o esporte como símbolo de união nacional e como ferramenta de propaganda do regime, reforçando o prestígio de Vargas entre diferentes setores da sociedade, incluindo os círculos desportivos.

Assim, o futebol, com sua popularidade crescente entre as classes trabalhadoras e os jovens, era apresentado como uma prática que unia diferentes setores da sociedade e promovia a harmonia social, ideias centrais ao discurso varguista.

3.3 Elementos da cultura popular na raiz do futebol brasileiro

À medida que o esporte começa a gerar significados de brasilidade, as competições disputadas em território nacional se tornam ocasiões em que a ideia de identidade nacional se manifesta, promovendo a delimitação de fronteiras entre "nós" e "eles" (no caso da seleção brasileira) e consolidando um imaginário específico sobre a nação. O entendimento do Brasil como um território extenso, diverso e múltiplo de natureza e de sociedade, direcionou o Estado Novo a um discurso que admitia a diversidade étnica, a mistura de culturas regionais e as diferentes classes sociais, que podem ser unificadas dentro do discurso do esporte.

O Brasil, portanto, é abordado como a mistura destes elementos, representados por uma única bandeira nacional, e pela junção de cores do verde e amarelo como sua identificação. Essa concepção da mistura como o jeito de ser brasileiro apodera-se das consciências das massas principalmente por meio do futebol (Melo, 2006, p. 281-285) e da música popular (Viana, 1995).

A cultura, portanto, desempenhou um papel central na estratégia do Estado Novo para combater a "síndrome de vira-lata", citada anteriormente, utilizando os recursos da aproximação através dos símbolos e reformas educacionais. O governo incentivou a produção cultural nacional, promovendo artistas, escritores e músicos brasileiros e valorizando as manifestações culturais populares. A própria criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939 foi uma das principais iniciativas nesse sentido, com o objetivo de controlar e direcionar a produção cultural e a informação no país. Sergio Miceli (1989) assinala que

o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um "negócio oficial", implicando um orçamento próprio, a criação de uma "intelligentsia" e a intervenção em todos os setores da produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. (Miceli, 1989, p.96)

Para além da questão cultural, é pertinente mencionar os símbolos e ritos que envolvem uma construção nacional. Daremos aqui um enfoque para a bandeira do Brasil, o hino nacional e as cores verde e amarelo, que ganham grande protagonismo no governo Vargas. Durante o Estado Novo, principalmente, a bandeira era frequentemente associada aos valores de disciplina, ordem e progresso, alinhando-se ao projeto de modernização do regime. Para Cassiano Ricardo, redimensionando e, ao mesmo tempo, recriando a história do país a partir das inúmeras expedições que se sucederam na conquista dos interiores do Brasil, o

autor via o Estado Novo como refundador destas bandeiras, e que, após séculos, daria conta de seu destino final: a conquista e o espaçamento do próprio território a partir de um "espírito unitário", na visão do autor, "anti-federalista", pois só assim o Brasil se veria livre de povos estrangeiros que poderiam se apoderar dos grandes espaços vazios do país (Ricardo, 1941).

O uso da bandeira junto do hino nacional em eventos públicos, campanhas de propaganda e materiais educativos reforçou sua presença no imaginário coletivo. A bandeira foi promovida como um símbolo de unidade em um país marcado por divisões regionais, sociais e culturais. Isso era essencial para o projeto de centralização política e unificação nacional liderado por Vargas.

A promulgação da lei 259, de 1º de Outubro de 1936, obrigava todas as escolas do Brasil a cantar o Hino Nacional, de Francisco Manoel da Silva, com a letra de Joaquim Osório Duque Estrada:

Parágrafo único.

A obrigatoriedade, estabelecida neste artigo, refere-se aos estabelecimentos de ensino primário, normal, secundário e técnico-profissional, assim como as associações desportivas, de radiofusão e demais finalidades educativas. (Brasil, 1936)

A obrigatoriedade do hino nacional nas instituições de ensino, instituída pela Lei nº 259/1936, reflete a estratégia do governo Vargas de consolidar um sentimento de unidade e pertencimento à nação desde a infância. Essa medida faz parte do mesmo projeto de nacionalização no qual a educação foi utilizada como instrumento ideológico para moldar cidadãos alinhados aos valores do Estado Novo. O canto do hino reforçava a disciplina, o civismo e a exaltação do Brasil como uma pátria forte e unificada sob a liderança de Vargas. A imposição do hino nas escolas demonstra como o Estado instrumentalizou a cultura na educação para ajudar a consolidar um nacionalismo vinculando a ideia de brasilidade ao projeto político autoritário do período:

Art.3

A instituição que, previamente intimada, deixar de cumprir as determinações desta lei, terá proibido seu funcionamento pela autoridade competente. Esta medida segue o viés e intuito de suscitação da consciência nacional brasileira a partir dos símbolos nacionais comuns a nação e, a partir da sanção da mesma, todos os estabelecimentos educacionais descumpridos da lei, sofrerão penalidades. (Brasil, 1936)

04. O ETHOS, O NACIONALISMO E O PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO: ANÁLISES E REPRESENTAÇÕES

A construção da identidade nacional no Brasil entre os anos de 1930 e 1945 esteve intrinsecamente ligada aos esforços do governo Vargas em articular um projeto político-ideológico de caráter nacionalista. Durante esse período, houve uma primeira movimentação ocorrida nos anos de 1930 a 1937, no entanto, foi precisamente durante o Estado Novo (1937-1945), que o governo varguista utilizou diversas estratégias para promover a coesão social e fortalecer o sentimento de pertencimento à pátria, sendo o esporte um dos instrumentos mais eficazes nessa empreitada. Por meio de políticas públicas e narrativas simbólicas, o esporte foi incorporado ao imaginário nacional como uma expressão de disciplina, modernidade e orgulho cívico.

O Estado Novo vai utilizar de elementos da cultura popular, como o rádio, o samba e, especialmente, o futebol, para consolidar símbolos nacionais que reforçassem a brasilidade. Essa estratégia reforça a ideia de que a identidade nacional não é um elemento natural, mas sim uma construção discursiva moldada pelos interesses regidos por Vargas e os intelectuais atuantes, conforme argumentado, essa identidade foi constantemente reinterpretada e reconfigurada de acordo com os contextos históricos e políticos, evidenciando a influência da política varguista na formação de uma narrativa oficial sobre o que significava ser brasileiro.

Observando esses movimentos de incorporação, distorção, resistência e negociação, Stuart Hall compreende que esse é o movimento natural da dialética cultural, com “pontos de resistência e momentos de superação”, que fazem do campo da cultura “uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou defendidas.” (Hall, 2003, p. 255). Dessa forma, não podemos jamais pensar em uma

“cultura popular’ íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais” (Hall, 2003, p. 254).

Quanto aos elementos utilizados, o futebol surge como um dos principais instrumentos dessa construção nacionalista, sendo transformado de um esporte elitizado para um símbolo da cultura brasileira e da unidade nacional. A

profissionalização do futebol em 1933 e a sua consolidação como paixão nacional, impulsionada pela Copa do Mundo de 1938, demonstram como o esporte foi incorporado ao projeto político varguista. Ao controlar os discursos sobre o futebol e promovê-lo como um reflexo da coletividade e da disciplina, o governo Vargas utilizou o esporte para reforçar sua ideologia de coesão social. A centralização da comunicação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) garantiu que a narrativa oficial sobre o futebol fosse disseminada de forma homogênea, transformando-o em uma ferramenta de propaganda estatal. Dessa forma, a relação entre futebol e política se estreitou, tornando-se um meio eficaz de mobilização das massas e de legitimação do governo. Mas como e por que utilizar do futebol?

DaMatta (1982) acredita que o futebol brasileiro permitiria a expressão social por meio de uma perspectiva, de regras, relações, objetos, gestos e ideologias. A influência que o futebol recebe da sociedade brasileira seria explicada por esta visão do esporte como forma de expressão. Sendo uma atividade da sociedade, o futebol brasileiro carrega consigo os costumes e a cultura da sociedade que o acolheu.

Helal e Gordon (2002) afirmam ainda que o processo de popularização do futebol no Brasil foi permeado por um trabalho executado por agentes do universo político e esportivo para que se criasse um espaço naturalizado para o esporte, ou seja, a intenção era que se promovesse uma associação simbólica do futebol com a realidade presente na sociedade brasileira, no caso, o Estado-Nação e o povo, como descrito anteriormente. Ainda segundo os autores, entre as décadas de 1930 e 1950, a popularização deste esporte foi alavancada não só por sua profissionalização, mas principalmente por setores da intelectualidade e pela imprensa, que fizeram do futebol um espetáculo direcionado às massas, constituinte da cultura popular.

O futebol, ao se tornar parte da identidade nacional, contribuiu para a naturalização da *ideologia varguista*⁶, promovendo um ideal de Brasil unificado, disciplinado e forte. Entretanto, essa construção não foi isenta de contradições, uma vez que o Estado moldou a narrativa nacional ao mesmo tempo em que controlava e reprimia manifestações populares independentes. Esse processo evidencia como o

⁶ Chamaremos de “ideologia varguista” as ideias de Vargas expostas em suas políticas aplicadas, somadas aos discursos proferidos e das orientações trazidas pelos intelectuais do período, em busca de uma nação com identidade e valores, fomentada pelo nacionalismo nas raízes da brasilidade construída.

nacionalismo pode ser utilizado como um instrumento de poder, na medida em que legitima determinadas visões de identidade enquanto silencia outras. A interseção entre esporte, cultura e política na Era Vargas demonstra, portanto, que a identidade nacional não é uma realidade estática, mas sim uma construção histórica permeada por interesses ideológicos e disputas de poder. (Prates, 2016; Carvalho, 2016).

Nesse sentido, o populismo na Era Vargas, conceito do qual aprofundaremos em seguida, foi aliado ao discurso político-ideológico nacionalista, em grande parte, por meio de um discurso político cuidadosamente construído, que buscava legitimar o governo como representante dos interesses nacionais e consolidar a imagem de Vargas como um líder paternalista e indispensável para o progresso do Brasil. Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes tornam-se emblemáticos na busca pela compreensão do papel da política populista e da análise de discurso no período varguista, sendo trazidos na sequência para ampliar o debate.

O populismo de Vargas utilizou o discurso como um instrumento essencial de mobilização e legitimação política. Vargas construiu uma narrativa onde ele próprio era o mediador das tensões sociais, o protetor dos trabalhadores e o símbolo da unidade nacional. Esse modelo discursivo, somado aos ideais de populismo, se sustentava na apropriação da cultura popular (como o futebol e o samba), na criação de mecanismos de comunicação direta (como o rádio) e na centralização das políticas públicas, garantindo o controle das massas sem abrir espaço para sua participação política independente.

Além do papel dos intelectuais, que vimos anteriormente, é preciso direcionar a análise para outro protagonismo fundamental, que inclui o papel do chefe de Estado neste processo, visto que não se trata de um sujeito oculto que não participou na prática das políticas implementadas. Pelo contrário, Getúlio vai ser um grande protagonista no processo de constituição da brasilidade, apresentando boa articulação, bons posicionamentos e, acima de tudo, uma imagem que transmite o que se deseja transmitir.

4.1 A relação entre populismo e o discurso na Era Vargas

O conceito de populismo, historicamente, foi empregado de forma pejorativa para deslegitimar determinados projetos políticos, em especial os governos trabalhistas de Getúlio Vargas e seus sucessores. Autores como Ângela de Castro Gomes questionam essa visão tradicional, argumentando que o populismo deve ser entendido não apenas como uma estratégia de dominação, mas também como uma forma de mediação entre Estado e sociedade. Em sua perspectiva, o chamado "pacto trabalhista" foi um processo que envolveu negociação e mobilização, no qual os trabalhadores desempenharam um papel ativo na formulação de suas demandas e na conquista de direitos.

Enquanto Francisco Weffort entende o populismo como um fenômeno característico de sociedades em **processo de transição** de uma economia agrárioexportadora para uma economia urbano-industrial, e de uma sociedade de classes tradicionais para uma sociedade de massas. Nesse contexto, o populismo se define como uma forma de mediação política entre as massas recém-incorporadas à vida urbana e ao mercado de trabalho, e o Estado, representado por líderes carismáticos, que estabelecem uma relação direta e paternalista com essas massas, sem a plena institucionalização da democracia representativa e dos partidos de classe. (Weffort, 1980).

Definir o conceito de populismo por si só, já representa uma análise aprofundada. Um dos principais desafios na definição do populismo está na forma como ele é abordado pelas diferentes correntes historiográficas. Ângela de Castro Gomes, que descreve análises críticas acerca da visão do populismo como um mecanismo de dominação unidirecional do Estado sobre as massas. Para a historiadora, o populismo deve ser entendido como um "pacto trabalhista", no qual os trabalhadores negociavam benefícios e ampliavam seus direitos dentro das estruturas do Estado. Essa interpretação se opõe à tese clássica da manipulação política, argumentando que os trabalhadores tinham agência e sabiam instrumentalizar o Estado em benefício próprio. (Gomes, 2001)

Outro aspecto relevante da complexidade do populismo é sua conexão com a cultura política latino-americana. Como apontam Ferreira e outros autores na coletânea, o populismo frequentemente emerge em sociedades em processo de modernização, onde há um vácuo de representatividade política. No Brasil, Vargas

utilizou o rádio, a cultura popular e o futebol como instrumentos de aproximação com as massas, consolidando um ethos paternalista e a imagem do "pai dos pobres". Esse modelo de liderança carismática e personalista foi essencial para sua longevidade política e serviu de referência para outros líderes no continente.

No entanto, a análise do populismo não pode ignorar o seu caráter contraditório. Enquanto para alguns ele representa um meio de incorporação das massas ao sistema político, para outros ele se configura como um mecanismo de controle e desmobilização. Como argumenta Ferreira, há uma "demonização" do populismo por setores conservadores e acadêmicos que o associam exclusivamente ao autoritarismo, ignorando os avanços sociais e políticos que ele possibilitou. Essa complexidade faz do populismo um conceito fluido e dinâmico, que precisa ser analisado caso a caso, levando em conta as particularidades de cada contexto histórico e social. No presente estudo, validamos a complexidade do termo, sem deixar de trazê-lo como elemento fundamental.

Durante a década de 1930, o Brasil vivenciou profundas transformações sociais e econômicas, marcadas pelo avanço da industrialização, o crescimento das cidades e o deslocamento de grandes contingentes populacionais do campo para os centros urbanos. A partir da perspectiva de Francisco Weffort, o populismo surge justamente nesse contexto como uma forma específica de mediação política, em que o Estado e seus líderes passam a intervir diretamente na organização e integração das massas recém-incorporadas ao espaço urbano e produtivo. O populismo, assim, não é um fenômeno isolado, mas uma resposta às mudanças estruturais que desestabilizavam o domínio das oligarquias agrárias tradicionais.

Aplicando as ideias de Weffort, compreendemos que Getúlio Vargas, durante os anos 1930, exerceu uma liderança populista ao estabelecer uma relação direta e paternalista com os setores populares, sobretudo os trabalhadores urbanos. Sem que houvesse ainda partidos políticos de massa organizados, Vargas utilizou o Estado como principal instrumento para consolidar políticas de integração social, como a criação de leis trabalhistas e mecanismos de proteção social. Dessa forma, o populismo, segundo Weffort, caracteriza-se como uma estratégia política que combina a promoção de direitos e benefícios sociais com a limitação da autonomia

das classes populares, evitando o fortalecimento de organizações políticas independentes.

Assim, à luz do pensamento de Weffort, o populismo na década de 1930 na Era Vargas pode ser interpretado como um processo de inclusão controlada das massas, essencial para a construção do Estado nacional moderno. O governo Vargas promoveu a unificação política e a centralização do poder, utilizando um discurso nacionalista e integrador que buscava legitimar a autoridade do Estado perante uma sociedade em rápida transformação. Essa mediação populista revelou-se fundamental para a consolidação do modelo de desenvolvimento brasileiro, mas, ao mesmo tempo, manteve limites à plena democratização e à autonomia das classes populares, elementos centrais na análise crítica de Weffort sobre o populismo latinoamericano. (Weffort, 1980)

A escolha dos locais de fala foi essencial para Vargas consolidar sua liderança. O rádio, os estádios de futebol e as celebrações cívicas funcionavam como palcos estratégicos para reforçar sua imagem de "pai dos pobres". Como destaca Ferreira, o populismo de Vargas baseava-se na "cooptação, manipulação e repressão", mas também em benefícios concretos, como leis trabalhistas, que faziam os trabalhadores verem nele um protetor de seus interesses. (Weffort, 1980)

O processo de cooptação e repressão que trazemos, fornece uma possibilidade de analisar o discurso como uma ferramenta que, na medida em que busca atrair a política entre o povo brasileiro, explicita que o chefe de Estado deve ser a referência máxima para o processo de consolidação da potência brasileira.

Vargas utilizava metáforas que aproximavam o Estado da figura do líder, como em seu discurso no Estádio de São Januário em 1940: "*O Brasil se ergue sobre a força de seu povo, e aqui, nos gramados, vemos o exemplo da união, da garra e da disciplina que moldam uma grande nação.*" (Vargas, 1940). Essa retórica reforçava a identidade nacional ao associar o esporte a valores como disciplina e patriotismo, elementos centrais no imaginário do Estado Novo.

Considerando a consolidação do futebol como um elemento mobilizador de grande porte, o governo Vargas vai, progressivamente, se inserindo no futebol e entre seus líderes mais carismáticos de forma articulada e inteligente, trazendo sempre a intervenção política de forma sutil e a apropriação do futebol como um

plano de fundo frente aos sentimentos de euforia e felicidade que o futebol proporciona. Assim também, será na ocupação dos espaços esportivos, sempre utilizados para a promoção de comunicados positivos e festividades a serem celebradas.

Simoni Guedes (1998) busca no antropólogo Roberto Da Matta a importância que o futebol, ou que a seleção brasileira tem para o povo. Segundo a análise, foi através do futebol que o brasileiro finalmente se viu representado através dos símbolos do Estado Nacional, como a bandeira, o hino, ou mesmo as cores verde e amarela. Os valores desses elementos, antes do futebol, eram propriedade de uma elite restrita. A democratização do esporte, junto da popularização dos clubes, fomentou o que os anos anteriores ao Estado Novo já previam.

O futebol, enquanto prática esportiva de massa, oferece aos líderes populistas um canal eficaz para dialogar diretamente com a população, reforçando sua imagem carismática e criando um vínculo simbólico com os cidadãos. Durante a Era Vargas, por exemplo, o governo instrumentalizou o futebol para promover sua ideologia nacionalista, associando a seleção brasileira e os clubes esportivos a um sentimento de identidade nacional e disciplina social. Vargas entendia que, ao vincular sua imagem ao esporte mais popular do país, conseguia estreitar laços com as camadas populares, legitimando sua liderança por meio de eventos esportivos e do controle da narrativa sobre o futebol na imprensa.

No ano de 1942, os clubes de futebol passaram a ser vinculados ao Governo Federal, como parte da estratégia centralizadora e estatizante do presidente Getúlio Vargas. A Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, estabeleceu o Conselho Nacional de Desportos (CND), cuja função era supervisionar, regulamentar e fomentar a prática esportiva no Brasil. A criação desse órgão evidencia a relevância do futebol no cenário político da época e o interesse do governo em utilizá-lo como ferramenta de unificação nacional:

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;
- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo

exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade; (BRASIL, 1941)

Entretanto, o CND não tinha vínculo direto com os clubes, que eram entidades de direito privado e sem fins lucrativos. Seu propósito estava alinhado aos interesses políticos do Estado Novo. Até a promulgação da Constituição de 1988, que extinguiu o CND, a estrutura organizacional do futebol brasileiro funcionava da seguinte maneira: os clubes eram filiados às federações estaduais, que, por sua vez, eram subordinadas à Confederação Brasileira de Desportos (CBD) — substituída em 1979 pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Embora oficialmente o CND fosse apenas um órgão normativo, na prática, ele também atuava de forma executiva, possuindo autoridade para intervir em federações e clubes sempre que considerasse necessário:

CAPÍTULO VIII DAS REGRAS, SÍMBOLOS E EXPRESSÕES DESPORTIVAS

Art. 43. Cada confederação adotará o código de regras desportivas de entidade internacional a que estiver filiada, fá-lo-á observar rigorosamente pelas entidades nacionais que lhe estejam direta ou indiretamente vinculadas.

Art. 44. O Conselho Nacional de Desportos fará elaborar projeto dos símbolos desportivos nacionais, a serem usados pelos competidores brasileiros nos Jogos Olímpicos, e os aprovará por decisão unânime.

Parágrafo único. Os símbolos das confederações, federações, ligas e associações desportivas serão definidos nos respectivos estatutos.

Art. 45. Será constituída, pelo Ministro da Educação e Saude, uma comissão de especialistas que estude e organize um plano de nacionalização e uniformização das expressões usadas nos desportos. (BRASIL, 1941)

Nesse sentido, fica evidenciado como a política, seja através da mediação nos ambientes, ou na implementação de leis, atuaria como mediadora na promoção do futebol, entendendo seu poder de mobilização, e ao mesmo tempo, alertando as entidades responsáveis do dever das instituições esportivas sobre o seu dever como fomentadores de símbolos nacionais e responsáveis pela unificação do nacionalismo.

Os espaços públicos e as festividades coletivas também desempenham um papel fundamental nessa dinâmica. Estádios de futebol, praças e grandes eventos

cívicos se tornaram locais estratégicos para a realização de discursos e atos políticos, pois favoreciam a criação de um ambiente de exaltação coletiva, onde o líder populista se apresentava como a figura central da unidade nacional. No Estado Novo, Vargas utilizava estádios como o São Januário (RJ) para realizar pronunciamentos direcionados às massas, associando as conquistas esportivas ao sucesso de seu governo. Essa estratégia está alinhada à lógica do populismo, que se sustenta na proximidade com o povo e na capacidade de transformar eventos cotidianos – como partidas de futebol – em símbolos políticos de coesão e pertencimento. (Breitkreitz, 2012).

A capacidade de Getúlio Vargas de incorporar diferentes concepções de populismo, aliada ao seu poder político para regulamentar e transformar o esporte, contribuiu significativamente para a fusão entre futebol e identidade nacional. A centralização do Estado sobre o esporte não apenas consolidou essa relação, mas também legitimou a atuação do governo como mediador e promotor do futebol, transformando-o em uma ferramenta de aproximação com as massas. Esse processo de interferência estatal e construção simbólica fez com que a vinculação entre futebol e política fosse gradualmente naturalizada, passando a ser vista como um elemento estruturante do imaginário nacional brasileiro.

4.2 ETHOS discursivo: análises e perspectivas

É pertinente analisar como estas estratégias mencionadas não apenas consolidaram Vargas como um líder incontestável durante o Estado Novo, mas também influenciaram futuras lideranças populistas no Brasil, que seguiram explorando o discurso carismático como meio de dominação política. Aqui, o conceito de *ethos* discursivo, que remete à construção da credibilidade e identidade do enunciador em um discurso, permite analisar como o governo Vargas moldou uma representação da nação utilizando de recursos como o esporte. A historiografia aponta que os discursos oficiais da época enfatizavam a prática esportiva como uma metáfora para o progresso e a ordem, promovendo uma imagem de um Brasil vigoroso e unido sob a liderança centralizadora do Estado (BRASIL, 1941). Assim, o *ethos* construído no âmbito esportivo da Era Vargas não apenas reforçava os ideais

nacionalistas, mas também funcionava como um mecanismo de legitimação política, consolidando o esporte como um elemento catalisador de identidades coletivas.

Mainueneau (1997) argumenta que o *ethos* está vinculado às condições sociais e históricas de produção do discurso e é construído através de recursos linguísticos e simbólicos. A perspectiva discursiva moderna desloca o foco da persuasão para a constituição da identidade social e cultural dos sujeitos no discurso. O autor também examina como o *ethos* se adapta às mudanças na comunicação contemporânea, especialmente em mídias digitais e impressas, onde a identidade discursiva é constantemente renegociada.

No intuito de aprofundar nosso objeto de estudo, daremos maior destaque na abordagem de como o esporte era utilizado sendo um elemento simbólico na constituição de um *ethos* coletivo de disciplina e progresso. A noção de *ethos* discursivo pode ser aplicada para entender como o governo projetava uma imagem da nação e seus cidadãos por meio de narrativas esportivas. Mainueneau (2007) acrescenta ao aparato teórico ao definir a noção de *ethos*:

Assim, parece-me ficar mais evidente a compreensão de que a noção de *ethos* constrói-se na enunciação, ou seja, todo discurso exige um sujeito, que assume um corpo, que se diz no interior de uma comunidade imaginária. (Mainueneau, 2007 P.144)

Com base nas definições do conceito de *ethos* e sua aplicação ao objeto de estudo, é possível compreender como a estratégia do governo se manifestou em diversas esferas, alcançando diferentes classes sociais e ocupando tanto espaços convencionais quanto não convencionais de aparição política. Além disso, foram incorporados **ritos e práticas** que associavam os sentimentos coletivos gerados pelo futebol e outros movimentos sociais ao governo, como celebrações, grandes partidas e até mesmo a decretação de dias facultativos para que a população pudesse assistir aos jogos da seleção. Quando analisadas em conjunto, essas práticas evidenciam um projeto altamente estruturado, que, ao longo do tempo, se consolidou como parte integrante do governo Vargas.

Ao analisarmos o discurso de Vargas a partir de 1930, observa-se uma mudança significativa no *ethos* nacional brasileiro. Com a ascensão ao poder durante a Revolução de 1930 e sua subsequente presidência, Vargas procurou construir uma identidade nacional que destacasse a necessidade de unidade,

modernização e desenvolvimento do Brasil. Seus discursos frequentemente enfatizavam a ideia de uma "nova ordem" que rompesse com as estruturas políticas oligárquicas do passado em favor de uma governança mais centralizada e voltada para o bem comum. O seu discurso de posse no Governo Provisório mostra a consciência que tinha da heterogeneidade de pensamento reinante e anuncia as regras do jogo:

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos (Vargas, 1930, p.3).

Vargas buscava conectar-se com as massas populares, adotando uma linguagem e um tom que ressoassem com as aspirações e preocupações da população brasileira, especialmente das camadas mais desfavorecidas. Ele explorava temas como justiça social, industrialização, nacionalismo e patriotismo, promovendo uma narrativa de progresso e desenvolvimento nacional. Seu discurso, amplamente difundido por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi fundamental para moldar a imagem de um Estado paternalista e interventor, que se colocava como mediador entre as demandas do povo e os interesses econômicos e políticos do país (Vieira, 2005).

Na Copa de 1934, na Itália, o selecionado nacional foi chefiado por Lourival Fontes, diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e intelectual identificado com o fascismo. Mesmo com a interferência governamental, o resultado esportivo foi igualmente pífio. No mesmo ano, o Decreto nº 24.531, de 2 de julho de 1934, que regulamentava os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal (Brasil, 1934), estabeleceu que os eventos esportivos deveriam ter aprovação prévia do chefe da Censura Teatral e de Diversões Públicas da Polícia Civil, tendo de informar todos os dados do evento, chegando mesmo a tentar controlar a conduta dos jogadores em campo, aplicando-lhes multa ou suspensões quando estes não se portavam de maneira adequada durante a partida

Essa construção discursiva auxiliava na estruturação de uma identidade nacional pautada na ordem, no trabalho e na lealdade ao Estado. Além disso, Vargas se destacou por sua habilidade em adaptar seu discurso às circunstâncias

políticas e sociais da época. Seus pronunciamentos variavam conforme o contexto, reforçando ora uma retórica democrática e populista, ora um tom autoritário e disciplinador, conforme exigido pela conjuntura. No 1º de Maio de 1938, por exemplo, seu discurso aos trabalhadores enfatizou a harmonia entre patrões e empregados, suprimindo a luta de classes em favor de um modelo corporativista e hierárquico de sociedade (Daher, 2007). Essa capacidade de navegar entre diferentes facções políticas e interesses foi essencial para a manutenção de sua base de apoio e a consolidação de seu poder ao longo dos anos.

Em suma, o *ethos* nacional presente no discurso de Vargas a partir de 1930 estava intrinsecamente ligado à transformação, modernização e consolidação de uma identidade nacional unificada. Por meio do controle da educação, do uso da cultura popular e da propaganda estatal, o Estado Novo redefiniu símbolos, práticas e rituais cívicos, promovendo um Brasil que se apresentava coeso e progressista, mas que, na prática, operava sob um regime autoritário e centralizador (VIEIRA, 2005). Esse processo não apenas rompeu com o status quo anterior, mas também projetou uma visão de futuro pautada na ideia de disciplina, trabalho e pertencimento nacional, valores fundamentais para o regime.

Na formação da identidade nacional e do nacionalismo durante o governo getulista, o futebol é apresentado nos jornais como uma unidade em harmonia, sem conflitos e sendo um esporte coletivo. O esporte das massas torna-se o reflexo da unidade que se buscava no Brasil durante a Era Vargas. O futebol e a política se entrelaçam neste período e a imprensa – controlada pelo Estado – tem o papel de disseminar o “país do futebol” autêntico, singular e com identidade própria (Prates; Carvalho, 2016, p 254).

O conceito de *ethos*, conforme formulado por Maingueneau (1993, 2007), refere-se à imagem que o orador constrói de si mesmo por meio do discurso. No caso do pronunciamento de Vargas em 1938, seu *ethos* discursivo é cuidadosamente trabalhado para apresentar-se como um pai da nação, um líder próximo do povo, mas ao mesmo tempo disciplinador e indispensável para o progresso da sociedade. Del Carmen Daher identifica, por exemplo, o uso recorrente da primeira pessoa do singular (EU) no discurso de Vargas, o que reforça a ideia de que ele, enquanto chefe de Estado, é o responsável direto pelas conquistas do povo:

No momento em que se festeja o 'Dia do Trabalho', não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que se traduzisse em fatos e atos que constituem marcos imperecíveis. (Vargas, 1938 apud Daher, 2007, p. 9).

O uso recorrente da primeira pessoa do singular (EU) nos discursos de Getúlio Vargas não é apenas um traço estilístico, mas uma estratégia discursiva essencial para reforçar seu *ethos* populista e paternalista. Ao empregar essa construção, Vargas se coloca no centro das conquistas da população, associando diretamente seu governo aos avanços sociais e trabalhistas. Na frase "não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que se traduzisse em fatos e atos", a ênfase na ação pessoal reforça a ideia de que as melhorias no Brasil não são frutos de lutas coletivas, mas sim decisões do líder do Estado. Dessa forma, ele se apropria das demandas populares, transformando conquistas trabalhistas em dádivas concedidas pelo Estado, mediadas por sua vontade e autoridade.

Essa estratégia discursiva está diretamente vinculada ao populismo varguista, no qual a comunicação política é construída para gerar identificação direta entre o líder e as massas. Vargas desprioriza a luta de classe, retirando o protagonismo dos trabalhadores e suas organizações sindicais, e realoca essa centralidade em sua própria figura.

No entanto, é possível identificar a mudança progressiva de estilos que sofre o discurso do presidente ao longo dos 15 anos de governo. Daremos maior atenção a um momento chave entre os anos de 1937-1938, onde é possível identificar novos elementos sendo incluídos nos discursos de Vargas, a vinculação com a cultura popular se intensifica e as grandes reformas políticas são inseridas progressivamente.

4.3 O discurso a partir de 1937 e os locais de enunciação

Getúlio Vargas se colocou como um sujeito histórico universal, atribuindo a si mesmo a tarefa de conduzir o Brasil à modernização. Seu discurso reforçava a ideia de um Estado forte e unificador, no qual a educação desempenhava um papel central na construção de um modelo de cidadão disciplinado e produtivo. Como aponta Vieira:

Os discursos do período 1930-1945 colocam o tema da educação nacional no cerne de uma utopia aberta de natureza produtivista e nacionalista, assentada em uma identidade nacional, ora a ser descoberta, ora a ser construída (Vieira, 2005, p. 11).

A educação, nesse contexto, não era apenas uma ferramenta pedagógica, mas um instrumento político-ideológico, destinado a moldar as novas gerações dentro dos valores do Estado Novo. O *ethos* discursivo de Vargas é construído a partir de um duplo movimento retórico:

1. Apresenta-se como um **líder benevolente**, próximo do povo, cuja missão seria conduzir a nação à ordem e ao progresso.
2. Paralelamente, Vargas assume uma postura de **pai severo**, enfatizando a disciplina, o trabalho e o respeito às instituições como fundamentos do projeto nacional.

Esse *ethos* paternalista e disciplinador se reflete em discursos como o de 1943, em que Vargas exalta o papel do professor como um “apóstolo cívico”, cuja missão seria inculcar nos jovens o amor à pátria e o respeito às tradições (Vargas, 1943, apud Vieira, 2005).

Alcir Lenhara ao estudar o mecanismo de sustentação da máquina ditatorial do Estado Novo, ressalta os recursos de dominação política e as projeções de ideias para a sociedade através dos meios de comunicação:

Projeta-se para a sociedade, através dos meios de comunicação, uma só imagem de si mesma, imersa num mundo de ficção, a competir com o mundo de sua realidade. O peso dos erros do passado fora afastado; a sociedade antes dividida e conflituosa, agora encontrava o caminho da paz e do equilíbrio; o trabalhador, por sua vez, finalmente tinha a seu favor um Estado protetor e justo; a nação reencontrava-se consigo mesma e abria-se confiante para o progresso econômico. (Lenhara, 1986, p.38).

O discurso de posse presidencial de Getúlio Vargas em 1937 reflete um momento crucial na história do Brasil, marcado pelo golpe de Estado que resultou na instauração do Estado Novo. No discurso, Vargas aborda a necessidade de estabilidade política e econômica, justificando a tomada de medidas autoritárias para enfrentar a crise. Ele destaca a importância da ordem e da disciplina para o progresso do país, enfatizando a busca por um governo forte e centralizado, formando “[...] uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.” (Vargas, 1937, p.11)

As propostas do Estado Novo foram impostas à nação brasileira de modo com que as movimentações do Estado, comunicadas pelo presidente aos cidadãos, fosse estabelecida com rigorosa metodologia de comunicação para um aceite da grande maioria, o que é possível entender como um “sucesso” de implementação política para o período. Desde as estratégias conhecidas do populismo, até uma formação de discurso que une o Estado como parte da população e cria um “nós” contra “eles”, o inimigo imaginado.

Em seu pronunciamento, Vargas justificou a tomada de poder argumentando a necessidade de preservar a estabilidade e a ordem diante de ameaças percebidas, especialmente no contexto da Guerra Civil Espanhola e do avanço do fascismo europeu. Vargas referiu-se indiretamente à influência do fascismo italiano ao expressar a preocupação com a polarização política e os perigos do comunismo, justificando a suspensão da ordem constitucional de 1934 como uma medida necessária para evitar a desordem e o caos.

Diante desse cenário, Vargas proferiu um discurso no qual anunciou a necessidade de uma nova ordem e a implementação de medidas de segurança para enfrentar os desafios. Aliado à nação brasileira como aliada ao Estado no combate às ameaças sofridas, alegava ser um momento sensível para um processo eleitoral e com receios pela estabilidade política do país:

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformando em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação. (Vargas, 1937, p. 12)

Vargas argumentava ainda que a Constituição de 1934 não era adequada para a realidade brasileira e defendia a implementação de um novo modelo político. O presidente expressou preocupação com ameaças à estabilidade, referindo-se a movimentos extremistas e questões sociais. Raphael Marques (2011) analisa os movimentos constitucionais brasileiros ao apontar que:

No contexto político, o Brasil estava passando por um período de intensa polarização e instabilidade. As disputas entre as correntes políticas, aliadas a uma crescente radicalização ideológica, levaram a um clima de tensão e incerteza. Nesse cenário, Vargas percebeu uma oportunidade para consolidar seu poder e afastar ameaças reais ou percebidas à estabilidade do governo. (Marques, 2011 P.8)

A junção entre oportunidade e vontade se evidencia no movimento em que o presidente aborda a necessidade de uma mudança na constituição federal. A mudança constitucional assegurava à Vargas o controle político, assim como resguardava sua credibilidade como líder democrático, que defendia valores constitucionais e a legislação como a garantia da democracia em seu exercício, justificando assim, a ruptura com a ordem constitucional como uma medida necessária para enfrentar as circunstâncias percebidas como ameaças à estabilidade do país.

Inspirando-se na ideologia corporativista e na centralização do poder, o governo Vargas buscou controlar sindicatos, limitar a participação política e estabelecer uma forte intervenção estatal na economia. O discurso de posse refletiu essas aspirações autoritárias ao enfatizar a necessidade de uma liderança forte para conduzir o país a um caminho de estabilidade. Assim, a implementação do Estado Novo no Brasil, com sua retórica anticomunista e a centralização do poder, mostrou-se fortemente influenciada por tendências autoritárias semelhantes observadas em regimes fascistas europeus:

Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional a virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. (Vargas, 1937, p.8)

O “dever” de centralizar o Estado, trazido nos discursos do presidente Vargas, como medida de proteção e de organização da nação é um dos pontos centrais para compreender o que acontece na política do Estado Novo. Sendo os objetivos do regime a “paz, justiça e o trabalho”, a necessidade de educar a população ultrapassa apenas as linhas das reformas educacionais e do papel dos educadores. Era necessário educar o indivíduo para que utilizasse seu tempo livre em algo positivo, pertinente e de valor para a formação do cidadão.

Essa estratégia de "educação cívica" através do controle do tempo livre refletia uma concepção funcional do indivíduo dentro do Estado. Vargas não apenas determinava o que a população deveria aprender nas escolas, mas também influenciava como deveria se comportar fora delas. O incentivo ao esporte – especialmente ao futebol – e às celebrações cívicas exemplifica esse processo: ao praticar esportes, o trabalhador exercitava disciplina, cooperação e respeito às

regras, virtudes essenciais para a construção do "novo Brasil". Da mesma forma, a exaltação da pátria em eventos públicos e nos discursos radiofônicos reforçava a identidade nacional e o pertencimento a um projeto coletivo (Drumond, 2009).

Dentro dessa lógica, a educação do indivíduo não se limitava às escolas e reformas educacionais, mas abrangia a formação de uma mentalidade disciplinada, produtiva e alinhada aos valores do governo. A ideia de que o tempo livre deveria ser utilizado de maneira “positiva, pertinente e de valor” reflete a preocupação do regime com a modelagem do cidadão ideal, inserido em um projeto nacionalista e corporativista.

Essa perspectiva explica a mudança na rigidez do discurso de Vargas ao longo do Estado Novo. No início do regime, a retórica varguista enfatizava a ordem, a segurança e a necessidade de eliminar conflitos sociais, justificando a centralização do poder como um meio para alcançar a "paz, justiça e trabalho". Entretanto, à medida que o governo se consolidava, o foco discursivo deslocou-se para um tom mais educativo e persuasivo, incentivando a adesão voluntária da população ao ideal nacionalista. O futebol, o rádio, as festividades cívicas e o trabalho foram promovidos como ferramentas pedagógicas, destinadas a disciplinar o lazer e integrar os cidadãos ao espírito da pátria.

Nesta direção utilizamos outro exemplo para melhor compreender as ações do Governo Federal. Destacamos então o discurso do próprio Getúlio Vargas na inauguração do Pacaembu:

Ao declarar inaugurado este Estádio, sob impressão das entusiásticas e vibrantes aclamações com que fui recebido, não posso deixar de dirigir-vos algumas palavras de vivo e sincero louvor. Este monumento consagrado à cultura física da mocidade, em pleno coração da capital paulista, é motivo de justo orgulho para todos os brasileiros e autoriza a aplaudir merecidamente a administração que o construiu.

[...]

É ainda e sobretudo este monumental campo de jogos desportivos uma obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação física. Agora mesmo assistimos ao desfile de dez mil atletas, em cujas evoluções havia a precisão e a disciplina, conjugadas no simbolismo das cores nacionais. Diante dessa demonstração da mocidade forte e vibrante, índice eugênico da raça, mocidade em que confio e que me faz orgulhoso de ser brasileiro - quero dizer-vos: Povo de São Paulo Compreendestes perfeitamente que o Estádio do Pacaembu é obra vossa e para ela contribuístes com o vosso esforço e a vossa solidariedade. E compreendestes ainda que este momento é como um marco da grandeza de São Paulo a serviço do Brasil. Declaro, assim, inaugurado o Estádio do Pacaembu (Negreiros, 1997, p.42)

O discurso de 1940 ilustra que a apropriação do futebol pelo governo federal neste período não se restringiu apenas ao campo legislativo, mas também se refletiu diretamente no cotidiano da sociedade. O discurso de Getúlio Vargas evidencia a forte conexão entre o Estado e o futebol, reforçando como o esporte já estava profundamente inserido na cultura brasileira. Naquele período, o futebol consolidava-se como a modalidade esportiva de maior popularidade e prestígio no país, tornando-se um instrumento estratégico para a construção da identidade nacional e a mobilização das massas.

Os estádios de futebol que passam a ser inaugurados e frequentados chamam atenção dos políticos pela diversidade do público que o frequentava, e também pela popularidade do esporte, capaz de reunir milhares de pessoas no mesmo local, faça sol ou faça chuva. Neste viés, o surgimento cada vez maior de Getúlio Vargas vinculado aos estádios de futebol é outro ponto profícuo para esta análise.

Partindo da premissa de que a análise discursiva não se limita apenas às palavras utilizadas, mas também aos locais e circunstâncias em que o discurso foi proferido, um aspecto crucial para sua adesão popular. O estudo destaca como o governo Vargas escolheu estrategicamente estádios e eventos esportivos como espaços privilegiados de propaganda política. Reflexo disso são as aparições dentro de estádios do presidente, agora ditador, para eventos festivos e celebrações:



Figura 5: Getúlio Vargas desfilando pelo estádio São Januário no dia da instauração do feriado do dia do trabalhador no 1º de Maio de 1942.

Em seu pronunciamento aos trabalhadores, Vargas ressignificou o Dia do Trabalho, transformando-o de um dia de luta sindical para uma celebração cívica e patriótica. Ele enfatizou a necessidade de harmonia entre empregadores e empregados, alinhando essa lógica ao futebol como metáfora de ordem, disciplina e coletividade, assim proferiu o presidente: "Na desordem, nada se constrói. O Brasil precisa de ordem, disciplina e cooperação, como um time que joga unido pelo progresso da nação." (Vargas, 1942).



*Figura 6: Desfile em celebração do dia 1o. de maio no estádio de São Januário 1942.
Foto: Arquivo Nacional*

Os pronunciamentos de Vargas em grandes estádios, como São Januário (RJ) e Pacaembu (SP), reforçavam sua conexão com o povo e transmitiam a ideia de uma liderança acessível e comprometida com o bem-estar dos cidadãos. O futebol não era apenas um esporte; tornou-se um espetáculo cívico, onde a presença do Estado era exaltada e legitimada.

O local onde um discurso é proferido desempenha um papel fundamental na construção de sua recepção e impacto. Segundo as ideias da análise de discurso, o espaço físico não é neutro; ele carrega significados históricos e simbólicos que moldam a forma como a mensagem é interpretada. No caso de Getúlio Vargas, os estádios de futebol foram utilizados estrategicamente para reforçar sua conexão com

as massas e consolidar sua imagem de líder nacionalista e paternalista. Esses espaços, frequentados por amplas camadas da população, criavam um ambiente de envolvimento coletivo, onde o discurso presidencial se mesclava às emoções já presentes no evento esportivo. Além disso, a estrutura arquitetônica dos estádios, com grandes arquibancadas e disposição hierárquica dos espectadores, facilitava a construção de uma relação de autoridade entre o orador e a plateia, remetendo a rituais políticos de mobilização de massa comuns em regimes autoritários da época.

O Estádio de São Januário (RJ), palco de diversas cerimônias políticas, tornou-se um símbolo da aliança entre governo e futebol. Vargas utilizou esse espaço para reafirmar o futebol como instrumento de identidade nacional e integração social. O uso do São Januário para celebração do 1º de Maio vai virar parte da agenda política, iniciando assim uma tradição envolvendo o espaço e a celebração com a imagem de Getúlio. Em 1940, outros trechos discursivos de Vargas trazem analogias esportivas para se comunicar com a população. Na medida em que o esporte toma maiores proporções, após a Copa do Mundo de 1938, as referências esportivas do ditador em seus discursos passam a aumentar: "*O Brasil se ergue sobre a força de seu povo, e aqui, nos gramados, vemos o exemplo da união, da garra e da disciplina que moldam uma grande nação.*" (Vargas, 1940). Essa fala reflete o uso de cenografias discursivas, onde o local do discurso (um estádio de futebol) reforça o vínculo emocional e simbólico entre esporte e nacionalismo.

A análise do discurso varguista vai além do conteúdo das palavras; também se debruça sobre onde e para quem Vargas falava. Daher utiliza o conceito de cenografia discursiva (Maingueneau, 1993) para mostrar como o espaço e o contexto do pronunciamento influenciam sua recepção e significado.

O primeiro discurso de 1º de Maio ocorreu no Palácio Guanabara, um ambiente oficial e fechado. Nos anos seguintes, Vargas proferiu discursos em locais de grande aglomeração popular, como o Estádio de São Januário e o Pacaembu, buscando aproximação simbólica com os trabalhadores e criando verdadeiros rituais políticos. Essa mudança na escolha dos espaços de enunciação reforça a interação entre governante e governados, consolidando a imagem de Vargas como líder acessível e protetor do povo.

Além disso, o discurso não se restringia à multidão presente no local; ele era transmitido nacionalmente pelo rádio, um dos principais instrumentos de propaganda do Estado Novo. Isso permitia que Vargas alcançasse até mesmo trabalhadores afastados dos grandes centros urbanos, ampliando seu poder de persuasão e seu domínio sobre a narrativa nacionalista do regime.

No Estado Novo, Vargas soube explorar essa relação emocional entre o público e o futebol, onde se dirigia diretamente aos trabalhadores e atletas para associar sua figura ao progresso e à unidade nacional. A escolha desses espaços não apenas reforçava o caráter popular de seu governo, mas também interligava os sentimentos de orgulho, pertencimento e vitória esportiva à sua liderança política. O futebol, como um fenômeno de grande apelo emocional e de forte identidade nacional, tornou-se uma metáfora do próprio Brasil moderno que Vargas tentava construir— disciplinado, forte e vencedor. Ao posicionar-se nesses ambientes e vincular sua imagem a esses valores, Vargas instrumentalizou o esporte como ferramenta de propaganda e legitimação, associando sua política ao sentimento de euforia e coesão proporcionado pelas grandes celebrações esportivas, Ribeiro e Souza destacam a importância desta movimentação para a política nacional:

A construção de estádios e a transmissão radiofônica dos jogos permitiram ao governo Vargas transformar o futebol em um evento de massa, no qual se reforçava a identidade nacional e o sentimento patriótico. (Ribeiro & Souza, 2021, p. 11)

O cidadão no novo Estado Nacional passa a ser “educado” pelo rádio, cinema, esporte, música popular. A cultura popular é usada para singularizar o Brasil, um aspecto de grande importância no projeto cultural estado-novista é a reconceituação do popular e a exaltação do sentido positivo de popular. De acordo com Velloso:

Nessa reconceituação do popular há um elemento novo: a positividade. De modo geral, o nosso pensamento político vinha localizando no povo as raízes da problemática nacional e do nosso descompasso. Assim, as origens raciais, o caráter inato era ideais recorrentes, através das quais as elites procuravam justificar a defasagem do Brasil em relação aos centros hegemônicos europeus. Essa visão ideológica começaria a ser reformulada no fim da década de 1910, mais precisamente em 1918. A tese da saúde pública, apontando a doença e o analfabetismo como fatores responsáveis pelo atraso, viria então isentar a figura do jeca-tatu dos males do Brasil. (Velloso, 2013 p.173)

Nesta conjuntura histórica o que se pretendia era a descoberta de um Brasil autêntico, longe do padrão europeu que predominava no período imperial, buscavase a brasilidade, rompendo com o passado de dependência política e cultural. Nesse sentido, o resgate dos elementos fundadores da nação era fundamental, assim como a inserção de práticas culturais consideradas pertinentes para os cidadãos aderirem em seu cotidiano eram mediadas pelo Estado Novo.

Essa estratégia ressoa com a experiência de regimes autoritários europeus da época, como o fascismo italiano e o nazismo alemão, que também usaram o esporte como instrumento de propaganda e mobilização popular. É vasto o número a observar de políticos que ganharam notoriedade utilizando-se do futebol. Galeano (2004, p. 42) lembra que no final do século XX o dono do Milan ganhou as eleições italianas com o lema “Forza Itália!”, que vinha das arquibancadas dos estádios. Silvio Berlusconi, a seu tempo, prometeu que salvaria a Itália como havia salvado o Milan. Mesmo assim, é necessário enfatizar que poucos regimes políticos souberam utilizar o futebol como o fez as ditaduras. Galeano (2004) traz as reações dos presidentes de grandes clubes espanhóis durante a ditadura de Franco. Santiago Bernabéu do

Real Madri dizia: “Estamos prestando um serviço à nação. O que queremos é manter as pessoas contentes”. Vicente Calderón, do Atlético de Madri não deixava por menos: “O futebol é bom para que as pessoas não pensem em outras coisas mais perigosas” (Galeano, 2004, p.183).

Entendendo toda a estrutura consolidada em torno da popularidade de Vargas, junto das mudanças e permanências durante o Estado Novo e sua estruturação, é possível ao historiador perceber o processo desta construção de brasilidade como um dos fatores que auxiliou o legado de Vargas na história do Brasil. O uso do futebol, do carnaval, do samba e demais elementos da cultura popular refletia quais eram os espaços de maior mobilização do período, e onde era pertinente a política estar vinculada sem perder seu objetivo na cooptação dos cidadãos ao projeto político-ideológico. José Eduardo de Carvalho (2012) destaca o futebol e sua capacidade dentro da sociedade:

Nada mais natural, portanto, que essa atividade humana com reconhecida capacidade de mobilização faça parte das agendas políticas de governos de todos os matizes, como acontece com as ações culturais e educativas, com

os projetos econômicos e sociais. No momento em que o futebol passa a fazer parte da sociedade – por meio de um clube associativo, que possui um amplo local para abrigar seus seguidores, o estádio, e que congrega pessoas em torno de alguns objetivos - já não há mistério, trata-se de um reduto de atitudes políticas por definição. (Carvalho, 2012, p.154)

O trecho acima destaca um aspecto fundamental da relação entre política e futebol: a capacidade do esporte de mobilizar grandes massas e, por isso, tornar-se um espaço privilegiado para agendas políticas. Do ponto de vista da Análise do Discurso, o trecho revela que o futebol não é apenas um entretenimento isolado, mas um campo discursivo ativo, no qual se constroem identidades coletivas, se estabelecem narrativas nacionalistas e se disputam espaços de poder. A ideia de que o futebol, ao institucionalizar-se por meio de clubes e estádios, torna-se "um reduto de atitudes políticas por definição" reflete a noção de que qualquer prática cultural de grande apelo pode ser apropriada como ferramenta de adesão popular e de manipulação simbólica por parte dos governantes. (Carvalho, 2012)

Dentro do contexto da Era Vargas, essa relação foi explorada de maneira estratégica. A presença do Estado no futebol não se restringiu à regulamentação do esporte, mas também se manifestou em sua apropriação simbólica, associando a seleção brasileira ao projeto nacionalista varguista. O estádio, nesse sentido, não era apenas um espaço de lazer, mas um palco político, onde a exaltação ao time se misturava à exaltação do próprio governo. Como aponta a citação, ao reunir milhares de torcedores sob uma identidade comum, o futebol permite que sentimentos como pertencimento, orgulho e lealdade sejam transferidos para a esfera política, tornando-se um território fértil para discursos e práticas de poder.

A presença de políticos em eventos esportivos segue essa lógica discursiva, pois representa uma oportunidade de se conectar emocionalmente com a população de forma mais direta e simbólica. A associação com times populares e a participação em celebrações esportivas ajudam a construir uma imagem de líder próximo do povo, inserindo-se na linguagem e nos sentimentos que já fazem parte do cotidiano da sociedade. Essa estratégia foi amplamente utilizada por Vargas, que comparecia a estádios e vinculava a ideia de disciplina e cooperação no esporte aos valores de seu governo. O discurso não se restringia à palavra falada, mas se manifestava também no gesto, no local escolhido para a fala e na atmosfera emocional que o esporte proporcionava.

Junto a isso, além das fontes de imprensa analisadas que tiveram o papel de educar sobre os fundamentos do esporte, junto de uma reforma educacional que implementava na educação física a base teórica e prática do futebol, ocorreu um sistemático envolvimento dos periódicos, objetivando aproximar os torcedores das questões organizacionais do futebol. Em São Paulo, essa tarefa foi aceita com muita naturalidade pelo jornal *A Gazeta*, que produzia um suplemento esportivo semanal, *A Gazeta Esportiva*. Assim, no início de abril de 1938, quando a seleção brasileira de futebol já se preparava para disputar a Copa do Mundo na França, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) lançava a “Campanha do Selo”, que imediatamente é apoiada pela *Gazeta*:

A Campanha do Selo, a tão bem inspirada iniciativa, teve um sucesso invulgar, ao se iniciar há dias, no Rio, está quase esgotada a emissão de 100 mil selos. Com essa campanha os afeiçoados podem se interessar diretamente pela viagem da nossa seleção, pois adquirindo um selo o “torcedor” faz sua fezinha de ir também à “Taça do Mundo”. É a sorte que designará o feliz afeiçoado que acompanhará a delegação (...)

Melhor iniciativa para interessar os nossos afeiçoados não poderia surgir. Os que adquirirem o “selo cebedense” não só auxiliarão patrioticamente o comparecimento do Brasil na III “Taça do Mundo” como se tornarão, igualmente, candidatos a um lugar na delegação por...500 réis. Assim, enquanto os “fans” gastarão uma quantia tão modesta, a CBD, para cada emissão, arrecadará 50 contos, uma quantia que muito contribuirá para a nossa seleção viajar com maior comodidade, para melhor se hospedar na França, etc. E tudo isso importa na melhor disposição dos nossos “azes” para lutar naquele importante torneio dentro de suas reais possibilidades. Sendo assim, maior será nossa “chance” de vitória. Quanto melhor conforto tiver o “XI” brasileiro, tanto melhor será a margem que teremos para impor nosso valor.

A campanha do selo foi um sucesso, acontecendo em diferentes estados do Brasil e informando a todos que a Copa do Mundo estava se aproximando, e o Brasil tinha chances reais de ir longe na competição. O papel dos cidadãos era participar da campanha para, através dos valores gastos, incentivar a seleção e fomentar a CBD para o rumo da taça do mundo, através do seu papel ativo no “auxílio patriótico”.

A *Gazeta* de São Paulo vai fomentar dentro do seu público leitor, uma das principais fontes de interação entre a população e o futebol do período da Copa do Mundo de 1938. Os brasileiros continuaram colaborando com mais incentivos. Sob o sugestivo título *Todas as classes sociais enviam telegramas de incentivo aos*

brasileiros , o telegrama *Gazeta* listou alguns dos inúmeros telegramas que foram enviados à delegação brasileira na França:

(...)

- 'Parabenizamos os nossos bravos compatriotas pela demonstração desportiva inabalável que demonstraram ao mundo. Aguardamos confiantes novos triunfos. Parabéns. Oficiais Alfadenga Santos.'

- 'Autoridades, oficiais e fiscais da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo abraçam seus valentes compatriotas, contando com seus esforços para a vitória de amanhã.' - 'Estudantes da Universidade Politécnica de São Paulo estão confiantes na vitória de seus bravos heróis contra os italianos.' (Jornal A Gazeta, 1938. "Todas as Classes sociais enviam telegramas de incentivo aos brasileiros", p.9)

Além do papel de educar, instruir e propagar os fundamentos do futebol, a imprensa vai ser fundamental na construção do elo afetivo entre torcedores e jogadores. Sendo a principal ligação entre o esporte e a população, o papel do DIP na construção do torcedor é inegável. A exibição das partidas no rádio, a participação dos jornais com atividades interativas como "mande seu recado para a seleção" e a Campanha do Selo, terão efeitos positivos na aproximação do futebol com o brasileiro, fazendo parte do seu cotidiano, tendo a habilidade de melhorar seu humor com resultados positivos nas partidas, gerando momentos de lazer entre as famílias e jovens nas partidas amadoras, e ganhando assim, um espaço significativo na vida dos cidadãos.

O processo de elevação das práticas culturais a símbolos nacionais ocorreu progressivamente ao longo do governo de Getúlio Vargas. Dentre essas práticas, o futebol, que já havia conquistado grande adesão popular, passou a receber interferências do Estado antes mesmo de sua regulamentação oficial em abril de 1941. O principal interesse de Vargas no esporte estava na sua ampla capacidade de mobilização das massas, tornando-se um canal eficaz para a difusão da ideologia do regime. Como destaca Drummond (2009):

O esporte atuaria então como mais um elo de contato entre o governo e as massas. Atuando junto ao sentimento nacional, ele projetaria uma imagem de sucesso internacional da 'raça' pátria. O sucesso da Copa de 1938 fez o governo enxergar os fracassos de 1932, 1934 e 1936 e perceber o potencial simbólico a ser aproveitado. (Drummond, 2009, p.234)

A apropriação do futebol pelo governo Vargas foi uma estratégia política eficiente, que se valeu da grande popularidade do esporte para reforçar a construção da identidade nacional e dos valores propagados pelo Estado Novo. Além disso, a imprensa, amplamente controlada pelo governo, desempenhou um papel essencial

nesse processo, ajudando a consolidar a imagem do Brasil como **“país do futebol”**. Nos jornais da época, o futebol era frequentemente retratado como um esporte coletivo que simbolizava a unidade nacional desejada pelo regime, minimizando conflitos e destacando valores como disciplina e cooperação. Dessa forma, o esporte foi instrumentalizado como reflexo da harmonia que o governo buscava estabelecer na sociedade brasileira, e a imprensa foi um veículo fundamental para difundir essa visão, promovendo um país singular e autêntico, consolidado em torno do futebol e da política.

Para o historiador, o estudo do futebol como ferramenta política se torna essencial para compreender como regimes populistas e autoritários constroem sua base de apoio e legitimidade. A análise do discurso aplicado ao esporte revela que o poder não se manifesta apenas por meio das instituições tradicionais, mas também em espaços de sociabilidade e lazer. Assim, compreender como os políticos ocupam e ressignificam o futebol permite lançar luz sobre a dinâmica de formação da identidade nacional e dos processos de adesão política, elementos fundamentais para a interpretação das relações entre cultura, poder e história.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, ao abordar a relação entre política, intelectuais e futebol no Brasil, especialmente durante a Era Vargas, revela a complexidade dessa interseção e sua importância para a construção da identidade nacional. A análise dos discursos e das estratégias utilizadas pelo governo varguista evidencia que o esporte não foi apenas um meio de lazer e entretenimento, mas sim um recurso utilizado na política de grande impacto na sociedade. Vargas soube explorar essa dinâmica, transformando o futebol em uma ferramenta de mobilização popular, exaltação nacionalista e legitimação do Estado, reforçando sua imagem de líder paternalista e próximo do povo.

A presença do Estado no futebol não se limitou a sua regulamentação formal, mas estendeu-se à construção simbólica do esporte como expressão da identidade brasileira. A profissionalização do futebol na década de 1930, o incentivo à prática esportiva nas escolas e a associação da seleção brasileira à ideia de progresso nacional foram elementos fundamentais para consolidar essa narrativa. Os estádios de futebol tornaram-se palcos privilegiados para discursos políticos, onde Vargas reforçava valores como disciplina, unidade e patriotismo. Assim, a escolha dos locais para a construção de uma identidade nacional não foi arbitrária: os espaços esportivos proporcionavam uma atmosfera emocional propícia para a adesão ao regime, onde a paixão pelo esporte era facilmente transferida para o culto à liderança varguista.

O uso de espaços, a seleção de palavras e a representação de intelectuais de diferentes segmentos aliados ao regime, esclarece todo um projeto político-ideológico muito bem fundamentado, e feito por diversos pensadores. Seguindo as ideias de Monica Velloso, os intelectuais na Era Vargas, como Cassiano Ricardo e Olavo Bilac, eram figuras centrais na construção e na difusão da ideologia nacionalista do regime. Eles desempenhavam um papel ativo na criação de uma identidade nacional coesa, legitimando o governo e influenciando a sociedade através de suas obras e atividades culturais. Um intelectual, nesse contexto, é entendido como um mediador entre o poder e a sociedade, utilizando seu conhecimento e prestígio para moldar a opinião pública e contribuir para os projetos

políticos em curso (Velloso, 2013). No caso da imprensa, do DIP e das obras do período, os intelectuais estão atuando atrás destas ferramentas, mas merecem dignamente seu papel reconhecido neste processo. Vargas, embora se fizesse presente quando pertinente, não atuou sozinho nesta construção nacionalista do período de 1930 a 1945.

No entanto, a instrumentalização do futebol pelo Estado Novo evidencia não apenas a capacidade agregadora desse esporte na construção de uma identidade nacional, mas também as tensões e ambiguidades que perpassam tal processo. Se, por um lado, o futebol foi erigido como um símbolo de coesão social e como meio de inserção das massas na esfera da cultura política, por outro, a política nacionalista varguista operou mediante sofisticados mecanismos de controle social, limitando a autonomia popular e disciplinando as manifestações coletivas. A relação entre Vargas e os trabalhadores, nesse contexto, não se configurou como uma simples dicotomia entre dominação e resistência, mas como um arranjo ambíguo: o Estado oferecia benefícios concretos — como as leis trabalhistas, o acesso ao lazer e a valorização simbólica da cultura popular — enquanto restringia a organização sindical autônoma e monopolizava os discursos sobre cidadania e direitos.

Neste cenário, o papel da imprensa e dos intelectuais foi determinante na consolidação do futebol como um catalisador de identidades nacionais. Por meio de crônicas esportivas, revistas ilustradas e editoriais entusiásticos, tais agentes não apenas mediaram o acesso das massas ao esporte, mas também participaram ativamente da elaboração de uma narrativa nacionalista que conferia ao futebol a condição de metáfora da própria brasilidade. A celebração do futebol como símbolo de unidade, no entanto, frequentemente mascarava as profundas desigualdades sociais e políticas, enquanto reforçava a centralização do poder estatal e a construção de uma memória seletiva e dirigida.

A historiografia recente sobre o populismo e a cultura política da Era Vargas tem avançado no sentido de complexificar a compreensão desse fenômeno, superando a visão tradicional que o definia exclusivamente como uma prática de manipulação das massas. Trabalhos recentes destacam que os trabalhadores e torcedores não atuaram como meros receptores passivos da política cultural varguista, mas como sujeitos históricos que negociaram, resistiram e ressignificaram

as práticas e símbolos impostos. O futebol, portanto, emerge como um campo de tensão, onde se articulam adesão e contestação, cultura popular e instrumentalização política, identidade e poder. Analisar esse processo permite não apenas compreender as especificidades do nacionalismo autoritário da Era Vargas, mas também iluminar a forma como intelectuais e veículos de imprensa contribuíram para tornar o futebol um dos principais vetores de construção e difusão da identidade nacional brasileira.

Por fim, ao abordar a articulação entre futebol, política e identidade nacional, evidencia-se que a formação do imaginário coletivo é, antes de tudo, um campo de disputa simbólica, no qual governos, elites intelectuais e setores populares interagem e confrontam-se permanentemente. Como fenômeno de massas, o futebol permanece um espaço privilegiado para o exercício e a contestação do poder simbólico, sendo fundamental para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais do Brasil. Embora o tema já possua significativa densidade historiográfica, ele ainda oferece vasto potencial para novas investigações, sobretudo no que tange ao papel da imprensa e dos intelectuais na mediação entre Estado e sociedade, bem como na análise comparativa das políticas esportivas e de identidade nacional em distintos contextos históricos, inclusive no presente.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. . A Gazeta Esportiva, São Paulo, dia mês 1938, p. 7-15.

A GAZETA. Encorajemos os nossos "azes" à vitória!, São Paulo, 10/06/1938, p. 10

A Juventude no Estado Novo. CPDOC/FGV. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/departamento-deimprensa-e-propagandadip>. Getúlio Vargas, o amigo das crianças. CPDOC/FGV. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Disponível em: <https://expo-virtualcpdoc.fgv.br/departamento-deimprensa-e-propaganda-dip>.

ABRÚCIO, Fernando Luiz. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALVES, Márcio Fagundes. *A reconstrução da identidade nacional na Era Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

AMOSSY, Ruth. A argumentação no discurso. Ed. Contexto. São Paulo. 2018

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: companhia das letras, v. 305, 2008.

ANDRADE, Almir de. "Intelectuais e políticos. A Manhã, Rio de Janeiro, 23/01/1944

ANDRADE, Oswald. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. Correio da Manhã, 18 mar. 1924.

ARANHA, G. A esthetica da vida. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1921. 236 p.

AZEVEDO, F. A Educação physica. Rio de Janeiro: Editora Weiszlog Irmãos, 1920. A regeneração racial pela Educação Physica. Revista Educação Physica, n.8. p.8-12, 1939

BARBOSA, Pedro Paulo Lima. *Lindolfo Collor e a questão social e trabalhista no Brasil no imediato pós-30*. Tese (Doutorado em História e Sociedade) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

BARBOSA, Pedro Paulo Lima. *Lindolfo Collor e a questão social e trabalhista no Brasil no imediato pós-30*. Tese (Doutorado em História e Sociedade) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

BARCELOS, Gabriela Loureiro. *Era Vargas: a cultura popular e a legitimação da identidade nacional*. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, p. 405-417, 2023

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

BRASIL. Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Dispõe sobre a organização dos desportos em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 16 abr. 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>.

BRASIL. Presidência da República. Equipe de governo de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getuliovargas/equipe-de-governo>.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 119, p. 115–130, 2018. DOI: [10.11606/issn.2316-9036.v0i119p115-130](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i119p115-130). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/151581>.

CARVALHO, José Eduardo De. Geopolítica: 150 anos de futebol. Ed. SESI-SP. São Paulo. 2012. P. 88

CARVALHO, José Eduardo De. Geopolítica: 150 anos de futebol. Ed. SESI-SP. São Paulo. 2012. P. 88

CERRI, Luís Fernando. Ensino de História e nação na publicidade do milagre econômico - Brasil: 1969-1973. Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, 2000.287p. (tese de doutorado).

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. FRONTEIRAS: Revista de História, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

COLLOR, Lindolfo. Entrevista concedida pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1931, p. 4

CPDOC – FGV – Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. Arquivo Pedro Ernesto. Rio de Janeiro: CPDOC –FGV, [19--]. Fot. 894

CURY, Cláudia Engler. *Políticas culturais no Brasil: subsídios para lembrar construções de brasilidade*. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

DAHER, Del Carmen. *Uma análise linguístico-discursiva do pronunciamento de Getúlio Vargas aos trabalhadores em 1º de maio de 1938*. Revista Matraca, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p. 57-76, jan./jun. 2007

DAMATTA, Roberto. Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro. In: Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

DAMATTA, ROBERTO. As Copas do Brasil e as Copas no Brasil. O Globo. p.23, 11 jun. 2014.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/5/1934, Página 9451 (Publicação Original)

DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. *História* (São Paulo), v. 30, p. 401-419, 2011.

DRUMOND, M. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estud. hist.* (Rio J.) vol.22 no.44 Rio de Janeiro July/Dec. 2009

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Editora XYZ, 1911.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

FERREIRA, Jorge Luiz. O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERRO, Marc. Cinema e História. Tradução: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FILHO, F. (2018). As muitas faces de uma cultura parafascista: arquitetura, política e poder no regime de Vargas (1930–1945)., 7, 175-212. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/22116257-00702003>.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Intellectuals and Power: A Conversation between Michel Foucault and Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Language, Counter-Memory, Practice*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977. p. 205-217.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Intellectuals and Power: A Conversation between Michel Foucault and Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Language, Counter-Memory, Practice*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977. p. 205-217.

FRAGA, André Barbosa; LAGO, Mayra Coan; MOURELLE, Thiago. *Interpretações sobre a Revolução de 1930*. Antíteses, Londrina, v.15, n. 29, p. 220-249. 2022.

FRAGA, André. LAGO, Mayra. MOURELLE, Thiago. “Interpretações sobre a Revolução de 1930: história e historiografia”. Antíteses, Londrina, v.15, n. 29, p. 220-249, jan-jul. 2022

FRANCO JR, Hilário. A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade. 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e Senzala. Rio de Janeiro, Maia e Schmidt Ltda., 1933, p. 376-377

GALEANO, Eduardo. Futebol ao Sol e à Sombra. Tradução: NEPOMUCENO, Eric; BRITO, Maria do Carmo; FARACO, Sérgio; SSÓ, Ernani. Porto Alegre, L&PM, 2004

GEELAN, D. R. (1997) Epistemological anarchy and the many forms of constructivism. *Science & Education*, 6(1-2), 15-28. (traduzido para o português)

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.

GOULART, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

GUEDES, Simoni Lahud. O Brasil no campo de futebol: Estudos antropológicos do significado do futebol brasileiro. Niterói, RJ: EDUFF, 1998.

HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HELAL, Ronaldo; GORDON, Cesar. A crise no futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. *ECO-PÓS*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 37-55, 2002.

HOBBSAWM, Eric John. Nações e nacionalismos. (PT) Paris: Gallimard, 1990.

HORTA, José Silvério Baía.. Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil (uma contribuição à história da educação brasileira no período de 1930-1970) São Paulo. Ed. Autores associados/Cortez. 1982

JARDIM, Eduardo. A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Jornal "A Noite" edições de 1941 a 1945. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=51333

LAMOUNIER, Bolívar. *De isolamento à aliança: as relações interamericanas no início da década de 1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LAUERHASS JR., Ludwig. Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, v. 22, p. 237-256, 2008.

LODI, Euvaldo. Economia e educação . Rio de Janeiro. 1952a [Conferência pronunciada na Faculdade Nacional de Filosofia, em 15 de maio de 1952.] MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*, rio de janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Repressão política e os usos da constituição no governo vargas (1935-1937): a segurança nacional e o combate ao comunismo. Brasília, 2011. Dissertação de mestrado em Direito.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. Capítulos de História Política. São Leopoldo: Oikos, 2018.

MASCARENHAS, Gilmar. Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MAUAD, Ana Maria; DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Ed.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. Letra e Voz, 2016.

MELCHIONNA, F. Vianna, M. ECONOMIA E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS GOVERNOS VARGAS, JK E JOÃO GOULART. Revista Historiador. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009 Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>

MELO, Victor Andrade De. Garrinha x Pelé: Futebol, cinema, literatura e a construção da identidade nacional. Revista brasileira de educação física e esporte. São Paulo, v.20, n.4 p. 281-185. 2006.

MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. Revista educar mais, v. 3, n. 2, p. 167-172, 2019.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social (PAGuareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de C. "O estádio do Pacaembu." ENCONTRO de história do esporte, lazer e educação física. Ijuí: UNIJUÍ (1997): 31-44.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. A Narrativa da Ordem e a Voz da Multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PECAULT, François. Os intelectuais e a política cultural no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEREIRA, Roberto. Rodas Negras: Capoeira, Samba, Teatro e Identidade Nacional (1930-1960). Editora Perspectiva S/A, 2023. Revista "Cultura Política" edições de 1941 a 1945. Disponível em:

<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. FrontLog, 1996.

RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. *O Futebol na Proposta Autoritária e Corporativista da Era Vargas (1930-1945)*. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 160-181, jan./abr. 2021. Disponível em: www.revistatopoi.org.

RIBEIRO, José Augusto, A Era Vargas Vols 1 à 3. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001

RISÉRIO, Antonio. A utopia brasileira e os movimentos negros. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. 437p.

RUFINO, DOS SANTOS, Joel Rufino. Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

SALOMÃO, IVAN COLANGELO. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro: da colônia ao Estado Novo. Revista de História da UFes, 2017.

SARMENTO, Carlos Eduardo. A construção da nação canarinho: uma história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 377-404, jan./abr. 2017

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. Ciência e cultura, v. 64, n. 1, p. 48-55, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Érika Pires Ramos da. Presos políticos e perseguidos estrangeiros: Brasil, 1930-1945. São Paulo: Humanitas, 2010.

SILVA, Kelen Katia Prates; CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. Políticos, intelectuais e futebol: a construção da identidade nacional durante a Era Vargas: os políticos, os intelectuais e o futebol. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá-MT, vol. 3, n. 1, jan/jun., 2016.

SOARES, Jorge. Justiça Desportiva: O Estado Novo entra em Campo (1941-1945). Tese de doutorado em História Social. PUC-SP. São Paulo, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck, História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966

Todas as classes sociais enviam telegramas de incitamento aos brasileiros. A Gazeta, São Paulo, 16/06/1938, p. 9.

TUBINO, M. 500 anos de Legislação Esportiva Brasileira: do Brasil Colônia ao início do Século XXI. Rio de Janeiro: Shape, 2002, p. 39)

TUBINO, Manoel José Gomes. O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias. São Paulo: Ibrasa, 1996.

VARGAS, Getúlio. Discurso de posse. 1930. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

VARGAS, Getúlio. Discurso de implementação do Estado Novo. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

VARGAS, Getúlio. Discurso de Dia do Trabalhador, Estádio São Januário, 1938. 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

VARGAS, Getúlio. Discurso de inauguração do Estádio do Pacaembu. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

VELLOSO, Mônica Pimenta. (1997). OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA CULTURAL DO ESTADO NOVO. *Revista De Sociologia E Política*, (09), 57–74. <https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i09.39298>

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e poder político no Estado Novo: uma configuração do campo intelectual”. In . Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar. 1982

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Brasil Republicano 2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2013

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 10, n. 20, p. 13-36, 1990.

VIEIRA, Alboni Marisa D. Pianovski. *As condições de produção do discurso em Getúlio Vargas e a cultura escolar*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 191205, jan./abr. 2005.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br